

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PEGUEI O DIPLOMA, E AGORA?  
DESAFIOS, DILEMAS E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DE  
JOVENS RECÉM-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Autora: Tauvana da Silva Yung

Brasília, 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PEGUEI O DIPLOMA, E AGORA?  
DESAFIOS, DILEMAS E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DE  
JOVENS RECÉM-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Autora: Tauvana da Silva Yung

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Departamento de Sociologia da Universidade  
Brasília - UnB como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre.

Brasília, julho de 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

PEGUEI O DIPLOMA, E AGORA?  
DESAFIOS, DILEMAS E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DE  
JOVENS RECÉM-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Autora: Tauvana da Silva Yung

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

Área de concentração: Trabalho e Sociedade

Data: 19 de julho de 2013

Banca: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes (UnB)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Tânia Cristina Alves de Siqueira (UNIEURO)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Christiane Machado Coelho (UnB/SUPLANTE)

Dedico essa dissertação a minha família: mãe, pai, irmã  
e irmão, principais responsáveis por tornar este trabalho  
possível.

## AGRADECIMENTOS

Longa foi a jornada. Vários percalços, surpresas, alegrias, dúvidas, choros, aprendizados e reclamações enobreceram a dedicação e esforços empreendidos nesse trabalho. Algumas pessoas foram fundamentais e a elas quero agradecer.

Primeiramente, a minha mãe Jôse, ao meu pai Sunny, a minha irmã Daiane e ao meu irmão Eduardo, pelo apoio moral, emocional, financeiro e estrutural realizado de forma incondicional. Obrigada família!

A professora Christiane Girard, minha orientadora, fonte de inspiração e aprendizado, depositou confiança em meu trabalho que foi essencial para superar algumas inseguranças minhas.

Ao professor Brasilmar Ferreira Nunes e a professora Tânia Siqueira, pelo aceite em compor a banca de avaliação, pela disponibilidade e atenção.

Ao Felipe, grande companheiro que acompanhou todo processo e aguentou com muito carinho e paciência todas as inconstâncias emocionais proporcionadas pela vida acadêmica, inclusive sendo parceiro nas buscas por cafés e doces para aliviar as tensões nos horários mais impróprios. Obrigada por fazer parte da minha vida! Também agradeço a sua família, pessoas queridas que me apoiaram sempre.

As amigas Lygia Bitencourt, Thamires Castelar e Ana Beatriz Esteves que estiveram presentes ao longo do mestrado de formas variadas e prestaram apoio nos momentos de dúvida e sofrimento, compartilharam distrações, alívios e sorrisos quando necessários.

A Raquel Meirelles e Rafael Cazarin, grandes amigas conquistadas desde a graduação. Apesar das distâncias trazidas pelas escolhas e pelos rumos traçados, sinto que estamos juntos nessa vida.

A Natalia Silveira, por me mostrar sempre novas possibilidades, por dividir esperanças, desejos, frustrações e reclamações. Por ouvir sem julgamentos e ser compreensiva apesar das irracionalidades. Difícil expressar a empatia que compartilhamos. Com toda certeza, uma amizade valiosa.

Por fim, não posso deixar de agradecer às minhas e aos meus colegas de curso que colaboram com conversas, entrevistas e compartilhamentos de vivências. Sem vocês esse trabalho não seria possível. Obrigada.

## RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar os efeitos da prorrogação da entrada no mercado de trabalho sobre os jovens recém-graduados em Ciências Sociais e residentes em Brasília, a partir da análise qualitativa de trajetórias de vida e profissional, utilizando o método da Sociologia Clínica. Para tanto, é feita uma contextualização de Brasília e seu mercado de trabalho e da profissionalização das Ciências Sociais, por conterem especificidades relevantes para a determinação da realidade desses jovens. Discussões sobre trabalho, geração e juventude amparam a percepção dos sentidos que esses jovens alvos de um mercado de trabalho excludente têm sobre o mundo laboral, sobre o próprio trabalho, e do reflexo deste mundo sobre a sua subjetividade, considerando que seu contato com ele não ocorreu ou ocorre de maneira alternativa àquela pretendida enquanto projeto profissional, em um contexto socioeconômico e geracional específico. Esses processos de dificuldade de acesso ao trabalho, principalmente neste momento de transição da inatividade, marcada pela família e escola, para a atividade, entendido como acesso ao emprego e desemprego, mostram-se significativos para esses jovens se sentirem profissionais inseguros, apesar da constante e ininterrupta capacitação que surge como alternativa à falta de trabalho.

**Palavras-chaves:** Jovens, Graduados, Inserção ocupacional, Trabalho, Sociologia Clínica.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the prorogation effects of the entrance in the labor market about the young people who are recent graduated in Social Sciences and who live in Brasília, from the qualitative analysis of their life and professional trajectories, using the Clinical Sociology method. Therefore, it was made a contextualization of Brasília and its labor market and of the Social Sciences professionalization, for its relevant specificities which determines the reality of these young people. Discussions about work, generation and youth support the senses perceptions that these young people, as targets of an exclusionary labor market, have about the labor world, about their own job, and about the reflects of this world on their subjectivity, considering that this contact did not happen or happens in an alternative way of that which was desired as a professional project, in a socioeconomic and specific generational context. These processes of work access difficulty, especially at this moment of transition from inactivity, characterized by family and school, to activity, understood as job access and unemployment, appear to be significant for these young people to feel as insecure professionals themselves, despite the constant and uninterrupted capacitation that appears as an alternative to this lack of jobs.

**Key-words:** Young people, Graduates, Work, Occupational insertion, Clinical Sociology.

## LISTA DE SIGLAS

DF	Distrito Federal
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CF	Constituição Federal
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
FFCL	Faculdade de Filosofia , Ciências e Letras
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo



## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 - Introdução</b> .....	1
1.1 Contexto do desemprego dos jovens .....	1
1.2 Que jovem é esse? .....	6
<b>Capítulo 2 - Brasília: planejamento, modernidade e especificidades</b> .....	12
2.1 A cidade como objeto de reflexão sociológica .....	12
2.2 Surgimento, ideais e configurações .....	14
2.3 Cultura, concreto e interação .....	16
2.4 Cidade dos concursos públicos .....	19
<b>Capítulo 3 – O mercado de trabalho das Ciências Sociais</b> .....	24
<b>Capítulo 4 - Fundamentação Teórica</b> .....	32
4.1 As bases que configuram o mercado de trabalho: acumulação flexível, alienação e desalienação .....	35
4.2 Os sentidos do trabalho.....	41
4.3 Os jovens em busca de trabalho e o mercado excludente .....	47
4.4 A questão da geração .....	53
4.4.1 Dificuldades e desafios do trabalho para a geração Y – análise das fragilidades, exclusão e superação .....	56
<b>Capítulo 5 - Considerações Metodológicas</b> .....	60
5.1 A pesquisa qualitativa .....	60
5.2 Algumas considerações sobre a Sociologia Clínica .....	63
5.3 A importância do sujeito .....	64
5.4 Especificidades da abordagem socioclínica .....	66
<b>Capítulo 6 - Análise de dados</b> .....	72
6.1 Perfil dos entrevistados .....	72
6.2.1 Perfil individual .....	75
6.2 Dinâmica familiar .....	76
6.3 O curso de Ciências Sociais - experiências e expectativas .....	79
6.4 O mundo real do trabalho.....	86
<b>Capítulo 7 – Considerações Finais</b> .....	98
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	102
<b>ANEXO</b> .....	107

# Capítulo 1 – Introdução

## 1.1 Contexto do desemprego dos jovens

A juventude remete a ideia de vigor, de oportunidades, de tempo de aprendizado, de construção do futuro. Vários são os investimentos familiares realizados, mesmo em contextos carentes e deficitários, para que os jovens<sup>1</sup> tragam esperança e mudança às suas famílias. A dedicação aos estudos se torna prioridade em muitas realidades com vistas à obtenção de uma melhor colocação profissional e consequente ascensão social. E quando a educação não é central no arranjo familiar, o trabalho assume este lugar para preencher as necessidades financeiras existentes. Entretanto, é importante considerar que o investimento familiar não é o suficiente para que esse jovem se eduque e se profissionalize. É necessária uma contrapartida por parte da sociedade e do Estado para que as expectativas possam se realizar. A inserção do jovem no mercado de trabalho se torna importante por, além de trazer crescimento individual e consequente inserção no mundo adulto, trazer contribuições ao crescimento econômico de sua localidade.

Tanto em contexto global, quanto regional e local, o jovem atualmente não encontra um meio que favoreça sua inserção laboral. Projeções sobre o panorama mundial demonstram que os jovens poderão ser os principais afetados pela crise econômica instaurada. Recente relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT – intitulado "Tendências Mundiais do Emprego Juvenil"<sup>2</sup> (Global, 2011) afirma que o índice de jovens desempregados no mundo permanecerá na faixa de 12,7% até o ano de 2016 (o índice mais recente refere-se a 2011 com o percentual de 12,6% que equivale a aproximadamente 75 milhões de pessoas) contrariando o movimento anterior de declínio desse índice verificado entre os anos de 2002 e 2007. A taxa de desemprego juvenil foi 2,8 vezes maior que a taxa dos adultos. A OIT sugere que a tendência de taxas elevadas de falta de emprego deve se

---

<sup>1</sup> Consideram-se jovens aqueles indivíduos que estão na faixa dos 15 aos 24 anos. Esta definição está presente nos relatórios da OIT aqui utilizados e é passível de contestação visto que a depender da análise é possível estender a categorização de jovem para além dos 24 anos ou, em alguns casos, para abaixo dos 15 anos. O próprio documento traz uma ressalva sobre o assunto: "las definiciones de 'joven' se basan, en parte, en el uso final de la medición. Si lo que se desea es, por ejemplo, medir la franja etária en que se prevé que una persona ingrese al mercado de trabajo, entonces la definición estadística de 15 a 24 años de edad puede ya no ser válida, dado que hoy en día más y más jóvenes posponen la entrada al mercado de trabajo hasta mucho después de los 25 años" (Tendências, 2010, p.1).

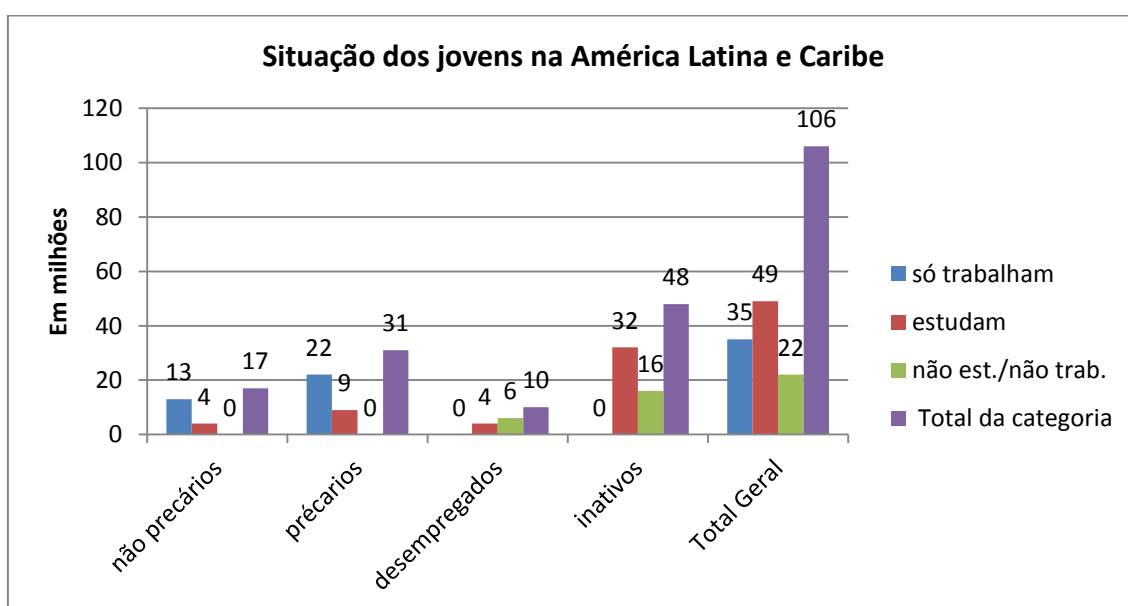
<sup>2</sup> Livre tradução do título original que pode ser encontrado em inglês ou espanhol.

manter mesmo em países aonde os efeitos da crise econômica global não foram tão impactantes, pois todas as regiões enfrentam desafios no setor de emprego.

Este mesmo relatório aponta algumas justificativas para existência de altas taxas de desemprego juvenil, em comparação a mesma taxa dos adultos. Do ponto de vista da oferta, existem algumas realidades possíveis, a primeira delas é quando o jovem possui suporte familiar e financeiro, o que permite que ele mude de emprego constantemente a fim de encontrar a oportunidade que esteja mais de acordo com suas expectativas e sua formação. Outra possibilidade é o jovem que, na ausência do referido apoio externo e com o acréscimo de dificuldades financeiras e sociais, se vê obrigado a aceitar a oportunidade de trabalho que lhe aparece, independente de suas condições, remuneração e concordância com sua formação. Além disso, existem os jovens que não possuem informações sobre o mercado de trabalho e nem experiência profissional o que dificulta consideravelmente sua obtenção de trabalho por não saberem nem como nem onde devem procurar ocupações. Há, ainda, a realidade dos jovens que só encontram trabalho através de redes de relações, familiares e amigos que forneçam indicações, ou até mesmo essas pessoas contratam esses jovens, o relatório destaca que esta ocorrência é muito frequente em países em desenvolvimento. Pelo lado da demanda existem duas principais razões que colaboram para o desemprego do jovem, essa categoria é a primeira a ser dispensada e a última a ser considerada em uma contratação. Entre um adulto com experiência, tempo de trabalho e qualificações interessantes ao empregador, e um jovem recém-ingresso que ainda tem a possibilidade de estar num contrato temporário, os custos referente à demissão do primeiro (direitos trabalhistas, investimentos já realizados no profissional) são maiores que aqueles despendidos na dispensa do segundo. E quando a demanda de mão de obra é menor que a oferta, as características que favorecem a permanência do adulto em seu emprego (maiores formação, especialização e experiência, principalmente) se tornam decisivas na competição que se estabelece com os jovens que não as possuem.

Se nos focarmos sobre a realidade latino-americana e caribenha, a OIT aponta que existem cerca de 106 milhões de jovens que estão ameaçados pela inatividade, desemprego e informalidade, fato que limita o crescimento econômico e o combate à pobreza da região. Este mesmo relatório registra que aproximadamente 10 milhões de jovens estão desempregados, o que representa 16% da força de trabalho dessa categoria, desse grupo 4 milhões estudam, e 31 milhões estão em empregos informais que são marcados pela

precarização, instabilidade e baixa remuneração. Além disso, 13 milhões estudam e trabalham (4 milhões em postos não precários<sup>3</sup> e 9 milhões em postos precários); 48 milhões de jovens são considerados inativos porque não estão à procura de trabalho, dos quais 32 milhões estudam. A causa frequente da inatividade é a falta de oportunidades ou a existência de oportunidades insatisfatórias. Somados os 6 milhões de desempregados e os 16 milhões de inativos que não estudam, são 22 milhões de jovens que não estudam e nem trabalham, dos quais 81% reside nas cidades. Concluiu-se que este é o maior número de jovens que já existiu na América Latina e Caribe, e também é a geração mais escolarizada constatada.



Nota-se que os jovens ocupam mais postos precários quando em situação de atividade. Isto ocorre porque a sua entrada se dá em um contexto de acúmulo de experiência e conhecimento para futuro investimento na sua carreira profissional. E diante da ausência de postos que atendam as suas expectativas, os jovens aceitam os trabalhos precários, com baixas remunerações, ausência de seguridade social na esperança de que esses trabalhos encaminhem para oportunidades melhores. Esta dinâmica está fortemente presente na região latino-americana, que ainda tem como agravante o alargamento da precariedade no mercado de trabalho, de um modo geral, prejudicando o progresso na esfera do trabalho, constata a OIT.

<sup>3</sup> Considera-se trabalho não precário a atividade econômica remunerada com seguridade social (saúde e pensões). Trabalho precário também é remunerado, mas não usufrui da seguridade social.

A realidade brasileira está incluída nas descrições apontadas anteriormente, com alguns diferenciais que valem ser apontados. No Perfil do Trabalho Decente no Brasil traçado pela OIT (Guimaraes, 2012), há a indicação que um dos principais traços da estrutura do mercado de trabalho de jovens no Brasil é a predominância de elevadas taxas de desemprego em comparação àquelas constatadas na população adulta, assim com ocorre mundial e regionalmente. Houve um declínio na taxa de desemprego de jovens entre os anos de 2004 e 2008, de 18,1% para 15,5%, e a mesma tendência ocorreu na taxa total de desemprego que diminuiu de 9,0% para 7,2% durante o mesmo período, mas essa realidade não perdurou. Os efeitos da crise econômica internacional foram mais significativos para a população jovem, a taxa de desemprego aumentou de 15,5% em 2008 para 17,8% em 2009. Mas, com vistas a não enfrentar um panorama recessivo, o Brasil adotou algumas medidas que frearam os efeitos da crise sobre seu mercado de trabalho, impedido o agravamento da situação diferentemente dos países europeus, por exemplo. No período analisado e apresentado pelo perfil do trabalho decente brasileiro que compreende a segunda metade dos anos 2000, a economia do país teve um crescimento acumulado de 28,4% entre os anos de 2005 e 2010, com média anual de 7,5%, com uma pequena pausa apenas em 2009 por efeitos da crise internacional. Além disso, houve um desenvolvimento positivo significativo do Produto Interno Bruto (PIB) e considerável diminuição da desigualdade de renda com consequente melhoria das condições de vida da população oriundas da “significativa ampliação dos programas de transferência de renda condicionada - principalmente o Programa Bolsa Família-, do crescimento do emprego formal e da ocupação de um modo geral, o aumento real do salário mínimo e a ampliação da cobertura da previdência e da assistência social” (OIT, 2012, p. 10). Percebe-se, portanto, que o contexto econômico e social brasileiro é positivo se comparado a outros países que enfrentam os efeitos da crise econômica mundial, ou ainda de países vizinhos que não desfrutam dos avanços que aqui se desenvolvem. Ainda assim, a realidade do trabalho dos jovens não acompanha as vantagens encontradas, fato que fortalece a necessidade de reflexão sobre esta realidade.

Brasília é a cidade em que o trabalho aqui apresentado acontece. Nela o contexto do mercado guarda algumas peculiaridades. Atualmente, é a terceira cidade brasileira com maior PIB, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro, e seu mercado de trabalho é notadamente marcado pelo funcionalismo público que é forte determinante das

configurações da cidade. Ao mesmo tempo, encontramos serviço e comércio como secundários no mercado local. Por ter essas características, é expressivo o número de jovens que estudam para concurso, realidade que favorece a inatividade desse grupo.

O ano de 2012 foi significativo para a problemática da ocupação dos jovens. Neste ano, a 101ª Conferência Internacional do Trabalho realizada em Genebra, Suíça, teve como uma das discussões centrais o desafio do emprego dos jovens. Anterior a essa reunião, ocorreu o Fórum Mundial do Emprego Juvenil, também em Genebra, e no Brasil, foi realizado o Fórum Nacional do Trabalho Decente para os Jovens que busca fortalecer a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude. Sobressalente a essas discussões internacionais e nacionais que estão ocorrendo, é importante destacar que no Brasil está havendo um esforço por dar visibilidade às necessidades dos jovens com a inclusão de seus interesses na Constituição Federal e da criação de um estatuto específico que fortaleça a garantia de proteção e emancipação a este grupo. A Constituição teve alteração da denominação do capítulo VII do título VIII e do seu artigo 227, onde estava “Da Família, da criança, do adolescente e do idoso” passou para “Da Família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso”; e o texto do referido artigo passou a ser, com o acréscimo da palavra jovem:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Quanto ao Estatuto, que ainda está em tramitação, tem por objetivo contemplar os diferentes perfis que compõem a juventude brasileira, incluindo os encarcerados e as minorias sociais. O Estatuto da Juventude vem para apontar os princípios e diretrizes que nortearam as políticas públicas voltadas para esse segmento populacional, garantir a emancipação dos jovens e completar as garantias que o Estatuto da Criança e do

Adolescente já coloca, nele está definida a faixa etária de 15 a 29 anos<sup>4</sup> que a norma abrangerá, os dois estatutos tornam-se, portanto, complementares e não contrapostos. Atualmente, no Brasil, 28,8% da população está nesta faixa etária, são mais de 53 milhões de brasileiros e brasileiras, segundo dados da Secretaria Geral da Presidência da República.

Interessante ressaltar a definição da faixa etária presente no Estatuto que compreende os jovens. Ao longo dos quase 10 anos de tramitação do projeto, tornou-se ponto polêmico a extensão até os 29 anos de idade, várias foram as discussões para que se diminuísse este parâmetro, porém, chegou-se ao consenso que a realidade social e econômica atual tem favorecido o alongamento da condição juvenil, a permanência na condição de estudante para maior e melhor formação profissional e a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho são as principais causas. Vemos aqui uma concordância com a ressalva que a OIT coloca em sua aceção de jovem, e uma comprovação em termos de ações políticas sobre a realidade de dificuldade de inserção profissional da juventude.

## **1.2 Que jovem é esse?**

Diante do panorama apresentado, muitos jovens desanimados pelo contexto laboral que os cerca têm optado por trabalhos temporários ou por ocupações não correspondentes a formação que possuem e, quando sua situação familiar permite, por prolongar sua formação, permanecendo, desse modo, na categoria de estudante. Esta condição pode ser considerada relativamente recente, haja vista que anteriormente entrar no mercado de trabalho era um processo quase que óbvio, logo após a finalização dos estudos, e compreende a atual geração com idade entre 20 e 29 anos que é marcada por algumas peculiaridades que podem ser motivo para colaborar com o alongamento da permanência dos jovens na inatividade, e merecem reflexão.

Estudos atuais sobre as gerações, principalmente aqueles com foco no mercado de trabalho, conceituam três gerações que estão em situação de empregabilidade. São elas:

---

<sup>4</sup> Optarei por essa faixa etária para definir a categoria de jovens, visto que tratarei dos indivíduos recém-formados, como será descrito mais a frente, que certamente ultrapassarão o teto dos 24 anos determinado pela OIT.

geração baby boom, nascidos entre as décadas de 50 e 60, camada mais antiga de empregados no mercado, que em sua maioria estão próximos à aposentadoria, quando já não estão aposentados; geração X, nascidos entre os anos 60 e 70, predominam o mercado, tem idade entre 30 e 50 anos, são anteriores a explosão tecnológica que marca a geração seguinte; e a geração Y, composta por nascidos entre os anos 80 e meados de 90 que compõem o grupo populacional que está entrando no mundo de trabalho (é dessa que aqui está sendo tratada), esta geração nasceu e cresceu num mundo que se transformava em uma grande rede global de compartilhamento de informações por meio da tecnologia.

A geração Y<sup>5</sup> é definida por jovens multitarefa que possuem internet, e-mails, redes de relacionamento, recursos digitais e equipamentos eletrônicos como itens comuns, quando não essenciais, em suas vidas. Suas relações sociais são notadamente pautadas pela relação que estabelecem com esses itens. É possível afirmar que a mobilidade nas comunicações é uma forte característica dessa geração. Os indivíduos da geração Y são classificados como ambiciosos, exigentes, confiantes, foram protegidos pelos pais e, por isso, se acostumaram a ser valorizados (Geração, 2010).

Em situação de trabalho, os jovens da geração Y são taxados como autocentrados por se preocuparem mais com suas carreiras do que com a organização, o que gera uma imagem individualista, pois mudam de trabalho constantemente em busca de melhores oportunidades e promoções. O Laboratório de Negócios, empresa focada no desenvolvimento de pessoas, desenvolveu um manual<sup>6</sup> (Geração, 2010) no qual faz sugestões de como lidar com esses jovens no ambiente corporativo. Antes das sugestões fez uma lista de características para definir a postura profissional desse grupo:

- Não confiam nas instituições tradicionais de poder
- Têm foco no sucesso pessoal
- Perspectiva de carreira de curto prazo
- Não veem limites claros entre vida e trabalho

---

<sup>5</sup> A discussão aqui proposta se refere, essencialmente, à parcela de jovens residente nas cidades com acesso, mesmo que mínimo, as tecnologias atuais. É sabido que existem exceções a esta definição, como aqueles que nasceram na mesma época, mas são residentes rurais ou possuem situação econômica que não possibilitam partilhar das características listadas.

<sup>6</sup> As impressões reveladas por este manual são compartilhadas por uma grande parcela de profissionais que lidam com o desenvolvimento de pessoas no mercado de trabalho. A conceituação da geração Y tem amplitude internacional comprovada por diversas pesquisas, livros e reportagens publicadas a respeito do tema.



- Esperam trabalhar a qualquer hora, de qualquer lugar, virtualmente e com mais flexibilidade
- Valorizam autonomia e otimismo
- Gostam de trabalhar em equipe
- Esperam obter resultados rapidamente

Além disso, assegura que as pessoas dessa geração “não reconhecem muito a hierarquia, nem têm o mesmo tipo de respeito pela autoridade como as gerações anteriores”. Este manual ainda afirma que a geração Y tem maior facilidade para se comunicar e, por esse motivo, não tem limites ao dizer o que pensam mesmo que estejam em posições hierárquicas inferiores nas empresas. Exalta a necessidade de estabelecer limites para esses indivíduos, deixando-os informados de sua ocupação e conhecimento.

Por mais adequadas ao mundo mais complexo de hoje, em que a informação é fragmentada, em que precisamos de vários especialistas e em que tudo está em constante transformação, essas pessoas precisam compreender os limites do que sabem e do que não sabem ainda. Por terem o instinto de trabalhar de forma colaborativa, é preciso mantê-las no foco do trabalho que deve ser realizado e não deixar que façam o que têm vontade de fazer. Elas precisam reconhecer os limites do seu conhecimento (Geração, 2010).

As orientações se direcionam no esforço de fazer os trabalhadores das outras gerações compreenderem as especificidades da geração Y, visto que a contrapartida para tantas características ditas complicadas é uma maior dedicação por conta da ânsia por responsabilidades e envolvimento em decisões. Ainda assim, há aqueles que se preocupam com o fato de que o jovem dessa geração não é adaptável ao ambiente de trabalho, mas espera que o trabalho que se adapte as suas necessidades, gerando assim o conflito entre as gerações.

Algumas consultorias enfatizam que as diferenças geracionais são um ponto positivo dentro das organizações, pois promovem a diversidade cultural que favorece a produtividade. É importante, portanto, adotar uma postura inclusiva diante dos novos profissionais que se inserem no mercado, e para reter e desenvolvê-los deve haver uma preocupação em promover estratégias que estimulem as pessoas (Generation, 2009).

Trabalhar juntos oferece a oportunidade de alavancar as melhores qualidades de cada geração, além de ajudar a construir um ambiente de trabalho que aproveita completamente os talentos disponíveis. Afinal, comunicação efetiva, feedback constante e flexibilidade no trabalho é interessante para qualquer geração, independentemente de idade ou repertório. Por isso, é importante reconhecer os fatores geracionais presentes no atual ambiente de trabalho e estabelecer planos de gestão responsáveis, que otimizem esse aspecto da diversidade (Geração, 2010).

Mesmo com esforços de analistas e consultores de mercado em retirar o peso da imagem que se tem sobre os jovens da geração Y, ainda há muita resistência e preconceito por parte de contratantes, como é o caso mostrado pelo portal Terra que apresentou uma pesquisa publicada pelo *Journal of Management* a qual concluiu que a geração Y não quer saber de trabalhar duro, pois os dados coletados indicaram que esses jovens só querem desfrutar de status e boas remunerações “e também querem empregos que possibilitem muitas horas de lazer, muitos feriados e também ritmo de trabalho moderado” (Terra, 2010).

A partir dessa realidade, é importante questionar por que uma geração tão escolarizada e informatizada, que em tempos anteriores significava renovação da força de trabalho, encontra dificuldades para se inserir no mercado. Além das questões referentes à influência do panorama econômico mundial, revela-se relevante investigar outras especificidades que colaboram com a exclusão do jovem no mercado de trabalho atual, visto que essa exclusão trará consequências tanto para a estrutura do mercado, quanto para a própria construção da carreira profissional dos indivíduos envolvidos. Assim sendo, a pesquisa que aqui está sendo apresentada analisa os efeitos da prorrogação da entrada no mercado de trabalho sobre os jovens que correspondam ao padrão definido pela conceituação de geração Y. O objetivo principal é perceber os sentidos<sup>7</sup> que esses jovens atribuem ao trabalho considerando que seu contato com ele não ocorreu ou ocorre de maneira alternativa àquela pretendida enquanto projeto profissional, considerando um contexto socioeconômico e geracional específico. Escolheu-se, para tanto, investigar jovens residentes em Brasília que possuem nível superior em Ciências Sociais que estejam trabalhando, estudando ou desocupados, mas que estão ou estiveram em busca de emprego

---

<sup>7</sup> Os sentidos do trabalho se relacionam à percepção quanto à possibilidade de inserção social, aos processos de cooperação realizados na socialização, à construção de uma identidade, à aquisição de status, à ocupação de um espaço na sociedade e ao acesso ao consumo (Antunes, 2000).

que correspondesse a sua formação. Esses jovens compõem a classe média alta ou alta, são residentes de áreas consideradas nobres na cidade e todos se formaram na Universidade de Brasília. Tais características são importantes para definir a especificidade do grupo analisado, por terem um bom poder aquisitivo e residirem numa cidade metropolitana, compartilham os atributos acima descritos da definição geracional proposta e ainda instigam uma reflexão aprofundada por encontrarem dificuldades em acesso ao mercado, apesar da condição social privilegiada.

Espera-se, partindo de análises de trajetórias de vida e profissionais, utilizando a metodologia da Sociologia Clínica, com base em teorias sobre juventude e trabalho, investigar as influências do atual mercado excludente sobre as percepções que os jovens alvos dessa exclusão têm sobre o mundo laboral, sobre o próprio trabalho, e o reflexo deste mundo sobre a sua subjetividade<sup>8</sup>.

O interesse na questão do desemprego de jovens com bons níveis de escolaridade surgiu a partir da minha própria vivência enquanto uma jovem que está nessa categoria, da convivência com outros jovens na mesma situação e da percepção de que em Brasília essa realidade é predominante por se tratar de uma cidade aonde o funcionalismo público domina, exigindo dessa forma uma maior permanência na inatividade, pois o acesso a este setor se dá por via dos concursos públicos, os quais dificilmente possibilitam um acesso imediato. Por este motivo, muitos candidatos às vagas oferecidas podem passar vários anos com dedicação exclusiva aos estudos com objetivo de obter os cargos com melhores remunerações. Esta é uma especificidade do campo escolhido, mas que não invalida as constatações sobre a permanência dos jovens fora do mercado de trabalho que se estendem para uma realidade maior.

Os comportamentos aqui investigados, além das influências culturais e sociais que compuseram a formação desses indivíduos, podem ser um meio alternativo de lidar com a situação de dificuldade de inserção social. Um jovem que almeja resultados rápidos pode ter esse comportamento justificado pela sua entrada tardia no emprego. Ou sua capacidade de ser multitarefa advém da necessidade de ser ágio, eficiente e adaptável em função da

---

<sup>8</sup> A subjetividade é entendida aqui como o conjunto de vivências, representações e fenômenos compostos pela produção histórica e social que caracteriza o indivíduo, sua percepção sobre si e sobre o meio em que está inserido.

variedade de trabalhos que precisa aceitar por não se inserir em sua área de formação. São possibilidades de reflexão sobre a temática aqui proposta.

Estudar esses processos de dificuldade de acesso ao trabalho, principalmente neste momento de transição da inatividade, marcada pela família e escola, para a atividade, entendido como acesso ao emprego e desemprego, são significativos, pois podem elucidar as causas de problemas encontrados no contexto socioeconômico nacional. Conforme as afirmações de Márcio Pochmann (1998), tanto a antecipação da entrada na vida ativa, quanto a protelação dessa entrada, configurando um maior tempo de inatividade, podem repercutir sobre a dinâmica do mercado de trabalho.

## **Capítulo 2 – Brasília: planejamento, modernidade e especificidades**

### **2.1 A cidade como objeto de reflexão sociológica**

Pensar sobre a cidade implica numa diversidade de perspectivas e abordagens que vêm se construindo historicamente. A cidade enquanto objeto, o fenômeno urbano como foco de estudo, ganhou contornos mais definidos no início do século XX com a concretização da industrialismo e sua conseqüente urbanização. Barbara Freitag (2006) aponta que a cidade não foi tema principal de teorias sociológicas fundadoras porque os teóricos clássicos tinham uma formação muito diversificada ao ponto que o interesse pela cidade se tornasse apenas “um aspecto do seu desenvolvimento intelectual”. No caso da escola francesa, havia uma perspectiva unilateral adotado pelos teóricos focada no estudo do espaço, de sua ocupação e da produção social nele gerada, ao passo que na escola alemã existia a predominância de estudos sobre o histórico, as dimensões do tempo e a cultura. Já na escola inglesa, havia uma marca de utilitarismo e pragmatismo, ainda mantendo o caráter multidisciplinar que impedia o foco na cidade como objeto central.

Foi, então, com a efervescência da cidade de Chicago que o urbano consolidou-se como problema de pesquisa. Na primeira metade do século, Chicago passou por um intenso processo de industrialização, acompanhado de migrações consistentes que trouxeram um panorama novo para cidade: misturas e embates culturais, pobreza, reconfigurações na esfera do trabalho, conflitos sociais. Foi este ambiente fértil para reflexão que incentivou uma produção intelectual intensa e deu origem a Escola de Chicago. Brasilmar Ferreira Nunes (2008) ressalta que a cidade de Chicago se tornou um “laboratório vivo para os pesquisadores e professores” que privilegiaram “três grandes problemas: o desenvolvimento urbano, a migração, e os seus desvios”. Os sociólogos de Chicago tinham interesse em buscar soluções para o caos encontrado na metrópole, para tanto recorriam à análise das diferentes dimensões da realidade urbana tentando perceber, principalmente, os processos de socialização que permeavam os acontecimentos sociais. Era a formação de um novo homem urbano, munido de “mecanismos de integração social em ambientes com um grau de hostilidade acima do normal”, que se tornava central nos

estudos empreendidos, segundo Nunes. É possível afirmar, portanto, que a Sociologia Urbana enquanto ciência especializada se consolida a partir desse período.

Considerando a concretização da cidade como problema de pesquisa a partir do exposto acima, é sabido que Brasília<sup>9</sup>, de maneira inegável, constitui-se como ambiente fértil para análises sociais. Desde sua ideia até sua concretização, Brasília trouxe consigo questionamentos importantes para aqueles que pensam a cidade. Como alinhar o planejado da construção e do concreto ao imprevisto trazido por seus habitantes? O ideal posto se manteve? Quais são as verdadeiras configurações que Brasília assumiu? Estas e outras questões permeiam o estudo sobre a cidade.

Ao tentar traçar um discurso sociológico sobre Brasília, Nunes (1997) coloca com precisão alguns aspectos relevantes para a compreensão da cidade em meio à tamanha complexidade. O estudioso afirma que “para percebê-la, é necessário vivê-la”, e isso se refere tanto ao ponto de vista arquitetônico e estrutural quanto ao ponto de vista social e subjetivo. Pessoas que observam Brasília sem habitá-la tendem a menosprezar valores que só podem ser apropriados se vivenciados. E é seguindo essa lógica que Brasília carrega uma interação social própria que é percebida principalmente por migrantes que passam pela cidade, sejam eles turistas ou pessoas com a intenção de fixar residência. Uma expressão comumente utilizada resume essa particularidade, trata-se da “frieza<sup>10</sup> brasiliense”, definida por muitos como a dificuldade de manter contato, estabelecer vínculos com as pessoas residentes na cidade aqui abordada. Alguns atribuem essa característica a configuração arquitetônica e urbanística da cidade, outros se referem à multiplicidade de origens dos moradores que favorece a uma não aproximação entre os diferentes grupos. Há, também, quem diga que o caráter burocrático da cidade, sem espaços de lazer e socialização, faz com que o cidadão tenha uma rotina focada no trabalho tendo como espaço de descanso a sua casa, principalmente. Dessa maneira, o que parece é que as relações pessoais que se traçam ficam condicionadas aos espaços de convívio que fazem parte da rotina: trabalho, escola, locais de prática de atividade física, igrejas, etc.

---

<sup>9</sup> Optou-se por tratar da Brasília planejada, ou seja, o Plano Piloto, visto que há outras características complexas nas áreas que a circundam que não serão tratadas aqui.

<sup>10</sup> Entende-se frieza como relações sem vínculos fortes, poucas demonstrações de afeto, indiferença e individualismo acentuados.

Mas será mesmo que essa frieza é real? Ou é fruto da percepção daqueles que não vivenciam por completo a cidade?

## **2.2 Surgimento, ideais e configurações**

Em meados do século XX, o Brasil tinha uma forte concentração populacional, econômica e política em sua região litoral. Foi este panorama, mais a tentativa de se criar uma identidade autêntica brasileira que o então candidato a presidência Juscelino Kubitschek apresenta a construção de uma nova capital do país como um grande empreendimento a ser considerado. As regiões do Norte e Centro-Oeste “estavam praticamente fora do processo de modernização da sociedade e algumas ações deveriam ser implementadas” (NUNES, 2004) para se ter um desenvolvimento do país mais amplo. Estes foram os fatores que direcionaram a escolha do local que receberiam a nova capital. Uma região pouco habitada, de economia agrária no centro do território foi a escolha final.

O empreendimento ganhou tanta popularidade que atraiu um fluxo migratório, ou fortaleceu a intenção de migrar, para ajudar na construção da nova capital do país. Este fluxo reflete-se até atualidade na configuração da cidade, mesmo passados mais de 50 anos, Brasília ainda é vista como a terra das oportunidades e atrai migrantes de todas as regiões trazendo remodelagens locais. Pode se afirmar que a capital, por reunir habitantes originários de diversas partes do território, é um microcosmo do país. Percebida, então, como uma forma de desenvolver e integrar o país, e de possibilitar certa abertura política para os mais diversos interesses regionais por não estar mais concentrada no litoral, a capital tornou-se o sonho nacional.

Tem-se, então, uma cidade de arquitetura moderna, planejada, obra do urbanista Lúcio Costa e do arquiteto Oscar Niemeyer. O formato de um avião define a o Plano Piloto, que o próprio nome diz é plano, composto por linhas retas, dotado de simetria. Juntamente como os bairros localizados na beira do Lago Paranoá, também construído junto com a cidade, Lago Norte e Lago Sul, o Plano se tornou o local de moradia dos funcionários que trabalhariam na cidade da burocracia do Estado. Todavia, em sua ideia

original, o Plano Piloto era visto como um espaço de mistura de origens e de classes sociais, mas acabou sendo a materialização de uma homogeneidade social desigual, já que os habitantes de classes mais baixas só frequentam essa região enquanto trabalhadores (domésticas, porteiros, prestadores de serviço...), bem diferente do imaginário criado sobre a capital que reuniria em sim uma mistura populacional, sendo um reflexo do país. James Holston (1993) é enfático na crítica a essa pretensa cidade de iguais. Ele percebe que por trás do discurso de uma “perfeita coexistência social” entre os mais diversos tipos de habitantes dentro de prédios arquitetados para serem iguais sem diferenciação de moradia estava a ocultação de uma realidade social brasileira dispare e estratificada, e que Brasília seria apenas um aparente antídoto para toda essa conjuntura desigual.

Porém, Brasília não fugiu a lógica de urbanização presente nas metrópoles brasileiras. Brasilmar Nunes e Arthur Costa (2007) caracterizam esse processo de urbanização metropolitana através dos seguintes pontos:

- a) amplo processo de periferização, resultando em espaços com elevado padrão de infraestrutura ao lado de áreas carentes e precarizadas;
- b) padrões de renda familiar com elevados níveis de desigualdade;
- c) distribuição também desigual do emprego no território intra-urbano, gerando áreas com alto potencial de empregabilidade ao lado de outras com baixíssimos potenciais;
- d) índices de violência guardando estreita correlação com índices econômicos e culturais;<sup>11</sup>

Atualmente, constata-se na cidade todos os aspectos supracitados, mas com um nítido esforço de preservação da área que mantém a imagem da modernidade e do planejamento. O resultado visto é um Plano Piloto quase imaculado com uma crescente expansão urbana em seu redor, que ainda ocorre de forma controlada, mas que não escapa a lógica de urbanização que acaba de ser referenciada.

Brasilmar Nunes (2004) resume bem o que é Brasília:

um aglomerado humano singular quando visto dentro da sociedade brasileira. Um espaço pensado, com funções principais predefinidas, implantado numa área física

---

<sup>11</sup> NUNES, B. F.; COSTA, A. T. *Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade sócia*, p.36.



relativamente desocupada, sem nenhuma barreira social que se contrapusesse ao projeto original<sup>12</sup>.

### **2.3 Cultural, Concreto e Interação**

É possível falar de uma ausência de identidade em Brasília, mesmo já havendo algumas gerações de brasilienses. Considerando a idade da cidade, os mais velhos estão na casa dos 40 e poucos anos e, em geral, seus habitantes tem influências expressivas das regiões de seus ascendentes quando não são eles próprios de outras regiões. Por esse motivo, não há uma cultural local expressiva, que se anuncie por uma comida típica ou por alguma manifestação cultural própria, por exemplo. O que se vê é uma mistura de expressões das diversas origens culturais dos que a compõe. Neste sentido, parece que o habitante de Brasília é um estrangeiro dentro de seu próprio lugar. O estrangeiro aqui citado se refere àquele apresentado por Euler Siqueira (2007), um agente social com o potencial de transformar o local em que está inserido, e apresenta em si uma síntese das características de proximidade, por compartilhar um mesmo ambiente com outros do qual não é originário, e de distância, por ser outro o seu ambiente de origem. Entretanto, dada paisagem e relações fixadas, esse estrangeiro não dispõe de uma interferência tão dinâmica como se supõe em outros casos. Em Brasília, o estrangeiro que na verdade é o seu habitante é absorvido pelo esquema de sociabilidade dominante no ambiente.

Brasília é uma cidade nova, sem história consolidada, que, além de uma identidade em construção, também não favorece a uma imagem clara de seus habitantes. Talvez seja por isso que se percebam relações tão racionais, visto que, se não há uma imagem definida de um brasiliense, e que não se sabe como lidar com esse brasiliense, diferentemente do que ocorre com o carioca que tem a fama de conversador e extrovertido, ou do gaúcho que é percebido com ríspido e autoritário, ou do baiano que é o preguiçoso e festeiro. Mesmo que esse imaginário sobre os diversos tipos de brasileiros seja carregado de preconceito e não seja fiel ao real perfil, facilita, de certa forma, o acesso ao ambiente de cada um. A inexistência dessa caricatura do habitante de Brasília poderia favorecer, então, o contato

---

<sup>12</sup>NUNES, B. F. *Brasília: a fantasia corporificada*, p. 56.

formalizado, frio, racional. Há que se considerar, contudo, que a mistura cultural existente dá origem a uma realidade única, original, diferente de qualquer outra cidade do país. Abandonando um pouco essa perspectiva da racionalidade advinda das relações entre uma multiplicidade de origens, percebe-se que essa variedade cultural é um marco da identidade ainda não fixada de Brasília.

Ainda, Brasília dispõe de uma arquitetura peculiar que na visão de muitos só contribui para esse seu caráter racional. Nunes sintetiza com eficiência a percepção aqui tratada:

Como se pode habitar em uma cidade que não tem calçada, não tem esquina, onde as referências no *bric-à-brac* dos espaços urbanos de qualquer cidade estão absolutamente ausentes? Uma cidade que não tem cafezinho da esquina, não tem boteco, onde não se estabelecem vínculos cotidianos com o verdureiro, o padeiro ou o marceneiro. Uma cidade em que a divisão do trabalho se reduziu ao espaço público e à vida doméstica, descaracterizando qualquer possibilidade de construção de relações interpessoais que são as que trazem a delícia de se morar no espaço urbano. Uma cidade que não aceita aquele que não tem automóvel, transformando a apropriação de seu espaço como algo impessoal, distante. Uma cidade sobre a qual, apesar de sua funcionalidade, é de se perguntar como se construirá sua história<sup>13</sup>.

Holston (1993) evoca a morte da rua ao falar da Brasília plana sem esquinas. Nessa cidade, as esquinas são trocadas por balões, e a rua por vias longas expressas. Essa formatação modernista, segundo o autor, interfere decisivamente sobre as interações entre os habitantes. Em Brasília, pessoas são substituídas por carros, dada sua organização espacial. Além disso, há grandes distâncias entre os prédios e as quadras, as atividades estão localizadas em setores isolados, como setor de diversões norte, setor comercial sul, setor de clubes, etc. Esses fatores contribuem para ausência de pessoas nas ruas com conseqüente interferência sobre as relações sociais, sobre as trocas pessoais, econômicas, comerciais, culturais. Como afirma Holston, “a ausência de uma multidão urbana conferiu a Brasília, a reputação de ser uma cidade em que ‘falta calor humano’”. A ausência de esquinas, então, favorece a uma “interiorização” das pessoas. Elas ficam mais dentro de seus apartamentos, e os encontros espontâneos são substituídos pela formalidade de

---

<sup>13</sup> NUNES, B. F. *Fragments para um discurso sociológico sobre Brasília*, p. 17.

encontros marcados nas residências. Este, possivelmente, é o aspecto mais preponderante na consideração das relações frias traçadas em Brasília. Se não há pessoas nas ruas, se a espontaneidade da convivência social é eliminada, fica difícil traçar vínculos com novas pessoas. Todavia, apesar desse distanciamento, há um fenômeno interessante que se concretiza sob esse panorama. Os brasilienses não se tornam íntimos, mas se reconhecem, pois acabam por compartilhar espaços comuns: o elevador do prédio, a garagem, a padaria do comércio local. Vê-se aqui uma população de estranhos conhecidos.

Por outro lado, deve se questionar se essas relações racionais de Brasília não são favorecidas pela lógica de interação presente na urbanização metropolitana apresentada por George Simmel (2001), o qual afirma que sob uma forte influência da vida econômica, o indivíduo tem sua personalidade estimulada a ser apática, reservada, calculista e pouco solidária, diferentemente do que ocorre no campo ou em pequenas localidades, onde estão presentes emoções, costumes, um ritmo de vida mais leve e lento. No caso da vida na metrópole, a racionalidade aparece como um mecanismo de proteção do indivíduo metropolitano, pois é através da intelectualidade que ele protege sua vida interior traçando relações distantes em seu cotidiano, protegendo-se em sua individualidade, gerando liberdade. Simmel chama isso de reserva mental. Essa reserva pode ser confundida com a antipatia, mas na verdade o indivíduo reage com frequência aos estímulos externos, a diferença está na preservação da saúde mental por meio desse mecanismo. Brasília foi planejada para ser metrópole, dispõe de estímulos incessantes, pode ser considerada uma cidade nervosa com seu horário de funcionamento concentrado ao expediente do funcionalismo público. E seus habitantes vieram e vem para cidade justificadas pelo trabalho. Possivelmente, o cidadão brasiliense é dotado da reserva mental acima citada.

Seriam essas relações distantes algo realmente peculiar a Brasília? Ou seu caráter planejado, moderno e controlado dentro de um espaço relativamente pequeno, comparado a grandes metrópoles como São Paulo, que acentua a “frieza” a ela atribuída? Se for considerada a perspectiva sobre a urbanidade apresentada por Louis Wirth (1973), talvez o segundo questionamento seja mais coerente. Wirth coloca que urbanização se faz presente quando maior for a presença de densidade habitacional e heterogeneidade em uma localidade. A respeito da heterogeneidade, o autor expõe que a cidade exibe um grau dela que não pode ser explicada por números e categorias objetivas, e ela é representada pela

multiplicidade de raças, povos e culturas que se misturam e geram híbridos. A cidade se adapta bem a variabilidade. Partindo desse ponto de vista, percebe-se que Brasília é dotada de farta heterogeneidade, e o seu número de habitantes variados afeta a natureza das relações sociais e da cidade com conseqüentes diferenciações individuais, segregação espacial e relações afetivas distanciadas e enfraquecidas. É provável que Brasília esteja dentro da lógica de urbanização, como qualquer outra metrópole, mas as especificidades de sua estética acentuam ainda mais as interações sociais marcadas pela indiferença e pela distância.

Brasília já nasceu com a urbanidade efervescendo em suas vias. Constrói contornos próprios, ainda não muito claros, na medida em que a história ganha idade. É possível que sua cultura seja o híbrido dessa heterogeneidade que a forma, trazida pelos movimentos de migração desde o início de sua construção. Talvez Brasília não seja tão peculiar quanto às relações sociais distanciadas que a caracteriza. Sua peculiaridade reside mais na formatação das coisas que geram tais relações. Pois, como Brasilmar Nunes (2004) coloca, nos primórdios as cidades simbolizavam o desenvolvimento da modernidade, da cultura e da economia. Hoje a cidade é vista como um padrão universalizado de vivência social, que se expande nas mais variadas sociedades, mas, que não assume uma lógica única de formação. Ainda sob a visão de Nunes, o fenômeno urbano que ocorre dentro das cidades está submetido às relações que nelas se constroem “cotidianamente em função da proximidade territorial e de um anonimato necessário para o equilíbrio entre a dimensão privada e a dimensão pública”, das quais o produto é uma cultura local. Esse processo de produção da cidade é permanente, sendo o espaço físico invariavelmente mutante. Brasília, portanto, compartilha desse padrão universalizado com sua lógica própria afetada por seu caráter modernista, e tem sua cultura constantemente modelada, produzida.

## **2.4 Cidade dos Concursos Públicos**

Percebe-se que não estavam previstas as diversas dinâmicas e subjetividades presentes na ordem social que se conformou na capital federal. Brasília foi o exemplar de cidade planejada para uma população restrita a qual seria residente devido às funções

públicas nela realizadas. Entretanto, a capital se tornou um grande atrativo para vários daqueles que buscavam uma oportunidade de trabalho e/ou uma vida melhor. Um movimento migratório oriundo das outras regiões do país, consolidado desde o tempo da construção da cidade, trouxe uma realidade imprevista pelos planejadores, que definiu diversas caracterizações do espaço urbano nela traçado. E nessa mescla de migrantes planejados e não planejados surgiram mecanismos de convivência particulares.

Hoje já é possível dizer que Brasília conta com algumas gerações. São brasilienses que desfrutam da cidade, que nutrem um afeto por ela, que descartam essas considerações feitas por um olhar externo a sua vivência, apesar dessa identidade cultural ainda em construção influenciada pela mistura proporcionada pela diversidade de migrantes e indeterminada pela jovialidade da cidade. O *ser brasiliense* já está imbuído de características muito próprias que criam alternativas às especificidades impostas pela sua conformação urbana. Não se tem praças e esquinas em Brasília, mas há grandes eventos a céu aberto que possibilita o encontro de pessoas favorecendo suas interações, revelando uma forma alternativa de ocupação urbana. Têm-se também as quadras comerciais que como uma espécie de rearranjo tornaram-se pontos de encontro para os habitantes da cidade, bares, restaurantes, lanchonetes e pubs ocupam esses espaços inclusive nas madrugadas.

Mas quando se trata do mercado de trabalho da cidade, ainda enfrentamos limitações. Brasília enquanto sede administrativa nacional permanece tendo como maior empregador o Estado. Além dele, é possível afirmar que serviços e comércio aparecem como alternativa, e ainda há a construção civil determinada pela expansão nos arredores da cidade ou por empreendimentos sazonais, como é o caso das reestruturações da cidade em função de grandes obras arquitetônicas. Assim sendo, é difícil encontrar um jovem recém-formado ou em vias de se formar, das mais diversas áreas, que não cogite fazer concursos públicos. A incompatibilidade entre formação e oportunidades disponíveis no mercado, a pretensa segurança e estabilidade que um emprego público evoca, faz com que jovens permaneçam estudando por muitos anos com a finalidade de passar num concurso.

Existem defensores do estímulo ao desenvolvimento industrial na região, mas questões ambientais e referentes ao tombamento da cidade impedem o investimento em tal setor. Há também aqueles que propõem uma ampliação do setor de serviços, tornando

Brasília um local de excelência em prestação de serviços de saúde, educação, cultura, tecnologia, tanto para o DF quanto para o entorno, mais ainda são incipientes os avanços nessa proposta. Considerando esse panorama, o funcionalismo público permanece predominante na economia local, fato que trás conformações peculiares a vida de seus habitantes, principalmente dos jovens que querem ingressar no mercado de trabalho.

Complementar a essa realidade, existem certas características do concurso público que favorecem o investimento dos jovens neste caminho de inserção ocupacional. A primeira delas é a exigência de qualificações mínimas para se submeter a concorrência, de uma forma geral, os concursos exigem como requisito o diploma de nível médio ou superior, apenas, salvo alguns casos em que titulações e experiência contam como critérios classificatórios, raramente eliminatórios. Esse tipo de seleção sugere a ideia de que depende muita mais de um esforço individual de estudo do que da submissão a uma análise rígida de seu currículo e experiências num processo seletivo altamente competitivo, típico do setor privado, por exemplo. Isto não quer dizer que os concursos públicos tenham menor competição, mas neste caso, o potencial como competidor depende quase que exclusivamente de si e não de avaliações de terceiros. Mariléia Silva (2010) resgata uma pesquisa realizada na França (Audier, 1997, apud Mariléia Silva, 2010, p. 255) para ilustrar um pouco da realidade do investimento dos jovens no funcionalismo público. Ela cita Audier que afirma ser o serviço público a principal porta de entrada ao mercado de trabalho para os jovens, que possuem uma maior qualificação, se comparados a outros indivíduos contratados no mesmo setor que possuam a vida profissional iniciada. Estes jovens representam um quantitativo elevado e acabam por ocupar postos de trabalho mais qualificados dentro do serviço público. Informa que se feita uma comparação com os postos ofertados por outras empresas, vê-se que há uma predominância de empregos públicos qualificados para o grupo etário em questão. Mas esta é uma realidade dominada por jovens escolarizados com nível socioeconômico elevado, perfil dos sujeitos selecionados pela pesquisa que aqui está sendo apresentada.

Recentemente, o jornal Correio Braziliense (Amorim, 2013) publicou uma matéria intitulada “Direto da escola para o governo” enfatizando o crescente número de jovens no setor público. A matéria fez uma análise baseada em boletins estatísticos do Ministério do Planejamento, compreendendo dados da última década (2003-2013) e coloca que houve

um decréscimo de 10 anos na idade média do funcionário público, de 56 para 46 anos. Ainda, informa que o número de funcionários com até 30 anos de idade triplicou neste período. Em 2003 eram 26.490 servidores públicos, o que representava 5,4% dos servidores ativos no Executivo, agora em 2013 são 71.974 servidores, representando 13,5% do total analisado. Quanta a escolaridade, 45,8% do total de profissionais presentes no Executivo atualmente possuem ensino superior, ficando o ensino médio e ensino fundamental com 26,4% e 6,4%, respectivamente. As áreas com maior presença de servidores com até 30 são: carreira em previdência complementar – 43,6% dos servidores nesta faixa etária; Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) – 42,2%; e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – 41,9%.

A matéria coloca uma preocupação por parte de especialistas quanto a satisfação pessoal desses jovens que ingressam na carreira pública. É evidente que a maior motivação para se tornar servidor é a segurança financeira e estabilidade, em face de um mercado de trabalho altamente competitivo e pouco recompensador em seu início. É questionado se esse servidor que entra despreparado em termos de experiência profissional não trará baixa produtividade ao funcionalismo visto que esses jovens que ingressam no serviço público tendem a se frustrar com o sistema de trabalho que lhes é apresentado, pois ainda se encontra em discussão o que se chama de choque de gestão – “implantação de modelos inovadores de trabalho [...] que envolve reduzir custos, tornar as tarefas mais eficientes, desburocratizar processos, além do desafio de tornar as repartições ambientes mais produtivos com funcionários mais satisfeitos” (Amorim, 2013) -, isto é, dificilmente encontrarão trabalho prazeroso ou que possam ser desenvolvidas quaisquer habilidades adquiridas em sua formação inicial.

Em Brasília, por sua especificidade de mercado, a situação se torna mais preocupante. Já existem escolas que incluíram em seu currículo, desde a quinta série do ensino fundamental, matérias com conteúdo sobre cidadania e ética. A alegação da direção da escola é que essa foi uma solicitação dos pais dos alunos que desejam que os filhos tenham como opção de carreira, desde cedo, o funcionalismo público. O jornal expõe que existe uma supervalorização do serviço público, em função da insegurança quanto a obtenção de ocupação e, principalmente, pela pretendida garantia de estabilidade, muitos jovens estão abrindo mão da satisfação pessoal e do desenvolvimento de carreiras

promissores em troca de uma falsa felicidade adquirida pela segurança. Os resultados possíveis são a baixa produtividade no setor público, como já apontado, e a frequente troca dentro do setor, servidores que nunca deixam de ser concurseiros por estarem à procura de melhores condições de trabalho dentro do funcionalismo.



### Capítulo 3 – O mercado de trabalho das Ciências Sociais

Pode se dizer que o surgimento dos cursos de Ciências Sociais na década de 1930 – Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933; Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro, ambas em 1934 – foi o passo inicial para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Várias foram as mudanças ocorridas no espectro de atuação profissional do cientista social. A ELSP nasceu sobre o ideal de criação de uma elite intelectual capaz de influenciar nas concepções sociais e econômicas do país, dessa forma, maior seria a ação desses profissionais no governo, vislumbrava-se uma formação mais técnica. Já na FFCL, existia um discurso prestigioso do conhecimento que o curso passava. Havia um culto a informação cultural voltado a camadas sociais em ascensão. O objetivo principal da FFCL era a formação de uma elite intelectual e secundariamente a qualificação de professores para o nível secundário que estava em ascensão (Bonelli, 1993, p. 86). Se considerarmos os ideais e objetivos nos quais a ELSP e a FFCL foram fundadas, podemos afirmar que muito do que se entende como campo de atuação das Ciências Sociais hoje está definido por esses primórdios.

Maria da Gloria Bonelli (1993) descreve, em sua tese de doutorado, a história da profissionalização das Ciências Sociais no Brasil a fim de nos mostrar como essa área encontrou dificuldades para encontrar sua identidade e determinar seu campo de atuação. A autora afirma que

uma profissão não se resume a identidade de um de seus segmentos. Ela é resultado das interações que se estabelecem no mercado de trabalho, dos espaços que se disputam, se conquistam e se perdem. É na dimensão da história da profissão que conseguimos detectar como ela vem se desenvolvendo, para diagnosticar suas vitórias e suas derrotas (pg.96).

As Ciências Sociais, segundo Bonelli, se institucionalizaram num momento em que o sistema profissional era determinado pelo Direito, Medicina e Engenharias. Especialmente, no caso do Direito, as Ciências Sociais encontraram maior concorrência visto que até a criação dos cursos supracitados, a problemática social era posta como conteúdo das ciências jurídicas. Deste modo, vê-se que desde o início o cenário não era muito favorável

para a conquista de espaço no mercado de trabalho, vários enfrentamentos ocorreram, com diversas áreas, com vitórias e perdas na conquista de um espaço de trabalho.

Na década de 40, a legislação federal dispôs sobre a organização de diversos cursos que estavam em competição direta com as Ciências Sociais. Houve, dessa forma, uma definição de campos de atuação em que as Ciências Sociais também acabaram perdendo. Com a Administração, por exemplo, concorria pela formação de técnicos qualificados para atuar no setor público ou privado. As Ciências Sociais também buscavam espaço na formação de profissionais para a Administração Pública. Até a década de 60 era valorizado ter um diploma de Sociologia e Política para prestar concursos públicos. Mas este nicho foi perdido quando surgiu o curso profissionalizante para a Administração Pública na FGV. Com a Arquitetura que, por sua vez, também disputava espaço com a Engenharia, tentava definir suas atividades nas questões urbanas que efervesciam na década de 50 com o planejamento urbano impulsionado pela construção de Brasília e pela política desenvolvimentista da época. Perdeu para a Comunicação a autorização para formar profissionais para a imprensa.

Até esse momento, a pesquisa de mercado ainda fortalecia a Sociologia, este segmento surgiu com o advento do rádio, que data de 1927, e da propaganda, a primeira pesquisa realizada no Brasil data de 1934, foi um trabalho encomendado pelo Departamento Nacional do Café. O segundo registro de pesquisa ocorreu entre 1937 e 1937, realizada pela área da Psicologia sobre o registro mental de anúncios. Todavia, essa força se dissipou com a o surgimento da primeira Escola de Propaganda no Brasil na década de 50 e posterior estabelecimento do campo da pesquisa mercadológica na década de 70, no qual profissionais de criação encontraram maior espaço. Frente a todas essas mudanças, como afirma Bonelli, as Ciências Sociais tiveram que redefinir “seus objetivos e escopo, condicionados pelas disputas que tinham que enfrentar ou pelo surgimento de novas oportunidades” (1993, pg.100).

A década de 1970 possibilitou avanços profissionais para as Ciências Sociais com a ampliação do sistema educacional brasileiro, tanto na educação básica quando no ensino superior. Vale mencionar que a sociologia entrou nos currículos das escolas de ensino médio nas décadas de 1920 e 1930, mas sua permanência obrigatória se restringiu apenas às Escolas Normais. Houve um aumento dos cursos de graduação e de programas de pós-

graduação, com conseqüente ampliação da pesquisa acadêmica. Essa realidade permitiu que cientistas sociais conquistassem o meio acadêmico como seu espaço reconhecido de atuação, é dessa situação que se origina a “equivocada impressão que a profissão é voltada para a reprodução do seu corpo docente” (Bonelli, 1993, p. 104).

Bonelli considera que as Ciências Sociais são uma área fraca no sentido que seus campos de atuação estão em constante disputa, como mostra o histórico, não sendo nunca completamente definidos. Entretanto, pondera que isso não é exclusividade dessa área, aponta que a maioria das profissões está em condições parecidas com exceção do Direito e da Medicina que detêm um forte controle sobre os seus mercados. Até mesmo profissões classificadas como tradicionais, como as engenharias, não possuem tal controle. Essas configurações determinam, em suma, que as interações que acontecem no sistema profissional podem trazer ou retirar espaços e oportunidades para grande parcela das profissões, o que revela um dinamismo permanente.

No Brasil, é possível se formar em quatro habilitações possíveis: licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia, bacharelado em Ciências Sociais, bacharelado em Sociologia, bacharelado em Antropologia e bacharelado em Ciência Política. Há diferentes maneiras de conjugar essas habilitações, alguns cursos oferecem todas as habilitações possíveis, outros têm os cursos separados, como é o caso da Universidade de Brasília em que a Ciência Política se constitui um curso diferente, com vagas distintas no momento do vestibular, das Ciências Sociais que abriga as quatro outras habilitações restantes.



Estrutura da Formação em Ciências Sociais (Baltar, 2013).

Atualmente, o mercado de trabalho para Ciências Sociais pode ser dividido em três grandes áreas de atuação, como define Machado, Silva, Tadokoro e Wanderley (2007): áreas reservadas, áreas não exclusivas e áreas de disputa com outras profissões. As áreas reservadas, segundo esses autores, são aquelas que não estão, a princípio, em disputa direta com outras áreas afins, como a docência em Sociologia tanto no ensino médio quanto em nível superior, e a pesquisa social “que contam com a participação do sociólogo nos mais diversos níveis, do planejamento e o treinamento à execução” (Machado, Silva, Tadokoro e Wanderley, 2007). As áreas não exclusivas são consideradas de mercado relativamente aquecido, nas quais há disputas com profissionais de outras, mas que a presença do cientista social é importante. É o caso dos sindicatos, da área do meio ambiente, do urbanismo e da política, nessas o cientista social pode prestar assessoramento, compor estudos sobre impacto, realizar planejamentos. O setor público entra nesta categoria de

área não exclusiva, com destaque para os setores de desenvolvimento e planejamento urbano em diversas esferas do governo e o campo das relações internacionais. Por último vem as áreas de disputa com outras profissões. Nestas, o cientista social complementa as equipes multidisciplinares que são formadas para atuar nos mais diversos setores, como saúde, judiciário, recursos humanos, legislativo, mercado editorial, instituições de reabilitação.

Em razão de um conjunto de fatores – baixa demanda por docentes na academia, aumento da oferta de cientistas sociais no mercado de trabalho com a expansão universitária e do fomento à pós-graduação, inúmeras estratégias de inserção e novas possibilidades de atuação – a inserção profissional dos cientistas sociais atravessa os limites das universidades. E, assim, estabelece-se e desenvolve uma clara separação entre as atividades realizadas por cientistas sociais dentro e fora das universidades, estas últimas designadas, não sem controvérsia, para o caso específico que ressaltarei aqui, por ciência social aplicada ou prática, incorporando um leque diversificado de atividades, desde avaliação de políticas públicas e educacionais, assessoramento de organizações não-governamentais, consultoria, marketing político, pesquisas de mercado, pesquisas por contrato, sociologia clínica, pesquisas nas áreas de saúde, instituições especializadas em opinião pública, entre outras, algumas ainda em seus primeiros passos no Brasil, outras mais institucionalizadas (Braga, 2009, p.141).

Vemos que o cientista social acaba por se tornar um profissional multifacetado em função de não encontrar um mercado de trabalho definido para a sua formação. Até mesmo nas áreas definidas como exclusivas pelos autores acima citados, os profissionais de Ciências Sociais encontram competição com egressos de outros cursos afins, a exemplo dos professores de Sociologia da rede pública de ensino do DF que não são exclusivamente formados em Ciências Sociais. Encontramos filósofos, geógrafos, historiadores e até mesmo pedagogos e administradores assumindo permanentemente as cadeiras de Sociologia<sup>14</sup>.

Outro dilema que o formado em Ciências Sociais encontra é a discrepância entre sua formação e as exigências do mercado de trabalho. Bacharelado ou licenciatura, não

---

<sup>14</sup> Dados obtidos de relatório parcial (ainda não publicado até o momento da elaboração deste texto) de pesquisa desenvolvida em 2012 no âmbito da licenciatura em Ciências Sociais da UnB, intitulada *Novos rumos para o ensino de Sociologia nos ensinos básico e médio: qualificação e inovação*, sob coordenação da professora Sayonara Leal.

importa qual das habilitações, em ambos os casos, a formação é aquém daquilo que se é praticado. Ronaldo Baltar (2013) aponta que a grade curricular das Ciências Sociais é majoritariamente, ainda que de uma forma não tão explícita, voltada para a formação de um professor universitário, fato que revela desinteresse na formação de professores para o ensino médio e nas atividades profissionais possíveis de um cientista social. Baltar ressalta que há uma crença que “formando o acadêmico de nível superior – o ‘pesquisador’-, forma-se também o sociólogo ou o professor de ensino médio, o que não é necessariamente verdade”. Ele ainda completa que a ausência de estágios realmente relacionados com a prática profissional só agrava a situação. Temos, portanto, um profissional que aprende, fundamentalmente, a sua profissão no contato com a realidade de seu trabalho.

São necessárias disciplinas voltadas para o perfil da profissão, como pesquisa não acadêmica, análise de dados, planejamento, organização de projetos sociais entre outros tópicos. Para o bacharel, o estágio profissional deve ser estruturado e acompanhado de perto por profissionais da área, para que se possa apresentar uma alternativa às barreiras para a entrada do jovem sociólogo no mercado profissional. Mais do que isso, é necessário encarar a formação do sociólogo e do professor de Sociologia no Ensino Médio em pé de igualdade com a formação do professor universitário, muito mais incentivada e valorizada pelo sistema acadêmico de avaliações (Baltar, 2013).

Quando se questiona um recém-egresso do curso de Ciências Sociais, ou até mesmo um formando, sobre a sua possibilidade de atuação no mercado de trabalho, existem duas respostas automáticas, o cientista social pode ser pesquisador ou professor. Apesar das diversas possibilidades que Eugênio Braga (2009) aponta, elas não parecem óbvias no primeiro contato com o mercado de trabalho, o que pode indicar que os rearranjos e alternativas que acontecem na busca por trabalho são os responsáveis por abrir o leque de atuações. A atividade de docência está intimamente atrelada à vida acadêmica, enquanto que o nicho não acadêmico exige como decisivo para a colocação profissional o domínio do ofício de pesquisador. Essa dupla qualificação atual da profissão de cientista social guarda relações diretas com o histórico do estabelecimento no mercado de trabalho das Ciências Sociais como apontou Bonelli (1993), fato que nos mostra que, mesmo passadas algumas décadas, ainda se encontra as dificuldades presentes logo após a institucionalização universitária da disciplina.

Para além da identidade difusa da disciplina que resulta dos postos variados do mercado de trabalho que absorvem os cientistas sociais, Braga suscita uma discussão acerca da identidade que esses profissionais fazem de si, lançando uma oposição entre identidade atribuída por elemento externo – mercado de trabalho, outras áreas profissionais – e, identidade adquirida pela formação. Esta oposição, segundo ele e também amparado pelas considerações de Bonelli, gera uma defasagem entre a expectativa da profissão vinda da esfera da formação e da dinâmica do mercado de trabalho. Aqueles que saem do campo acadêmico demonstraram ter uma identificação mais heterogênea com as Ciências Sociais do que aquela identificação que pode ser considerada típica e está presente na identidade de pesquisador dentro da academia, aponta Braga. Neste contexto, surgem dois grupos profissionais: acadêmicos e extra acadêmicos, e uma relação intraprofissional conflituosa é estabelecida “cercada por tensões, culpas, preconceitos, estratificação e lacunas de reconhecimento profissional” (Braga, 2009, p. 149).

A competição intraprofissional das Ciências Sociais é claramente dominada pela esfera acadêmica, devido ao histórico que sempre exaltou a reprodução do corpo docente já que a academia foi o espaço de atuação mais claramente identificado e apropriado.

Na prática, o meio acadêmico não demonstra sentir-se ameaçado por outro segmento profissional das Ciências Sociais. Essas ameaças são percebidas partindo de outras profissões – da competição interprofissional – ou das competições internas ao próprio meio acadêmico. O meio acadêmico não compete com os demais segmentos das Ciências Sociais. Ele compete internamente e com as profissões fronteiriças (Bonelli, 1993, p. 226).

A situação do mercado de trabalho atual descrita por Baltar (2013): a oferta de vagas vem principalmente de órgãos governamentais, organizações não governamentais, empresas de consultoria e pesquisa, essa oferta é frequente, mas não é crescente; segundo o registro do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED/MTE), os contratados como sociólogos<sup>15</sup> (CBO 251120) somam 30 profissionais em todo o país, entre janeiro e maio de 2013, com salário médio de 3.295 reais; os contratados como pesquisador de Ciências Sociais e Humanas (CBO 203505), nos primeiros meses de 2013, somam 66 profissionais, com média salarial de 3.297 reais. Se

---

<sup>15</sup> A profissão de sociólogo está estabelecida na lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

compararmos ao ano passado, o autor apresenta que foram contratados 46 sociólogos entre julho e dezembro de 2012, com média de salário de 2.849 reais, e 106 pesquisadores de Ciências Sociais e Humanas, com salário médio de 2.187 reais, no mesmo período. Ainda, Baltar acrescenta que segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS/MTE), o perfil médio do sociólogo contratado é de um profissional acima de 40 anos de idade e com mais de 10 anos em emprego. Cenário que se revela desfavorável para os recém-formados da carreira.

A situação dos professores de Sociologia é um pouco mais desanimadora, segundo o CAGED/MTE, o professor de Sociologia do Ensino Médio fora da rede pública tem média salarial de 900 reais em maio de 2013, enquanto o professor do ensino superior de rede privada tem salário médio de 1.139 reais. O piso salarial estabelecido para professor da rede pública de ensino pelo Ministério da Educação, em 2013, é de 1.576 reais, mas a realidade é que muitos estados não cumprem com esse piso. Importante lembrar que o ensino de Sociologia no nível médio só se tornou obrigatório no país a partir de 2008, com a sanção da lei nº 11.741, no DF a disciplina já consta na grade curricular do ensino público desde 2000, mas enfrentou muita resistência, conseguindo se estabelecer em todas as escolas, incluindo as particulares, só depois da obrigatoriedade imposta por lei.

Com um mercado de trabalho complexificado pela falta de definição da área de atuação de sua formação, com desprestígio dos segmentos não acadêmicos da profissão, com oferta restrita de postos dentro da academia e com uma formação voltada principalmente para a ocupação desses postos, é nesse cenário que o recém-graduado em Ciências Sociais vai buscar ocupação.



## Capítulo 4 – Fundamentação Teórica

A Sociologia enquanto ciência, tem como pressuposto teórico, objetivamente afirmando, a compreensão de fenômenos, fundamentos e processos referentes às diversas manifestações ocorridas em um meio social, levando-se em conta os indivíduos que o compõe e as reciprocidades que se estabelecem entre eles. A sociedade é um sistema autorregulado que carrega uma lógica social expressa em diversas esferas. O trabalho como constitutivo dessa ordem torna-se, portanto, um meio fértil que possibilita análises sociais que permitem objetivar os discursos que permeiam a ação social, favorecendo dessa maneira o entendimento da sociedade. A configuração do trabalho, então, pode refletir o meio em que se desenvolve.

O trabalho é historicamente um instrumento de ruptura e revelação do social. Ele é fundador da vida humana, humanizador. “Converteu-se em um momento de mediação sócio-metabólica entre a humanidade e a natureza, ponto de partida para a constituição do ser social. Sem ele, a vida cotidiana não seria possível de se reproduzir” (Antunes, 2008a). É por meio dele que o ser humano se socializa, se identifica e se constrói. Suas diversas configurações são expressões de tempos sociais que permeiam os indivíduos e caracterizam a sociedade.

Trajetórias profissionais podem ser relatos tradutores das conformações do trabalho de uma determinada época. Aliadas a apreensões conceituais oriundas da Sociologia do Trabalho e de outras áreas contribuintes para o pensamento, essas trajetórias podem elucidar a visão de mundo presente em um período histórico que favorece a leitura ou reconstrução do cenário social. Sendo assim, a problematização de trajetórias pode ser apreciada como um mecanismo revelador da ascensão da democracia, levando-se em conta o mundo contemporâneo, que tem como principal desafio a mobilidade social, a qual pode ser considerada um resultado do trabalho ou uma motivação para a sua realização. Por meio da relação criada entre o micro e o macro, torna-se possível facilitar a compreensão das transformações do mundo do trabalho.

Ao tomar os jovens como atores sociais dotados de trajetórias profissionais, mesmo que ainda iniciais, em busca dessa socialização, identificação e construção por meio do

trabalho, tem-se a possibilidade de apreender a dinâmica de inserção ocupacional e compreender o processo de estruturação que o trabalho exerce sobre os indivíduos. No Brasil, houve uma modificação significativa na dinâmica referida a partir dos anos 90 que permanece até o atual contexto, e que está sendo agravado pela crise econômica mundial que reverbera nas diversas regiões do mundo, mesmo que em proporções diferenciadas. Até a década de 80, o país desfrutava de um “ciclo virtuoso de crescimento econômico” que passou para “um período de estagnação da renda por habitante, alto desemprego e baixa mobilidade social” (Pochmann, 1998, p. 14) na década de 90, e agora se encontra ainda com taxas de desemprego relevantes, mas com um crescimento econômico positivo que resultou no alargamento da classe média brasileira. Márcio Pochmann (1998) afirma que os jovens são os principais penalizados no que se refere ao desemprego por não disporem de condições equitativas para enfrentar a concorrência no mercado. Neste caso, ressalta-se a falta de experiência tanto exigida. E ainda, este mesmo autor coloca que o caso brasileiro tem a especificidade do alargamento de determinadas faixas etárias que tende a aumentar a oferta de mão de obra jovem pressionando o mercado de trabalho. Ele destaca que a situação desfavorável encontrada na inserção ocupacional dos jovens colabora para consequências ruins na reprodução socioeconômica da população como, por exemplo, a manutenção da previdência social do país que depende da quantidade e qualidade de empregos existentes.

Considerando as condições frágeis de obtenção de ocupação, evidencia-se o predomínio de formas particularistas de acesso ao emprego, como os concursos públicos e ajuda da família e de amigos. Mariléia Maria da Silva (2010) mostra que os discursos vigentes que afirmam o mercado de trabalho como um espaço de neutralidade e justiça, no qual dizem ser possível se manter estável desde que o indivíduo tenha a capacidade de ser competitivo, são contrariados quando se analisa a realidade dos jovens graduados, neste sentido a supervalorização das características escolares como meio exclusivo de obtenção de emprego também se torna contestável. A realidade, segundo essa autora, é um mercado aonde jovens competem com adultos com escolaridade e qualificação semelhantes, mas com a desvantagem de não possuir experiência. Esta competição ocorre num cenário aonde as empresas possuem “uma política explícita de contenção de gastos adotada pelas grandes empresas, representada não apenas pela dispensa de trabalhadores, mas também pela intensificação da jornada de trabalho e redução salarial” (Silva, 2010, p. 247).

Além das influências da inatividade juvenil no contexto macro, há que se considerar os reflexos dela no próprio indivíduo. Gaulejac (2006), ao tratar sobre a construção da identidade na adolescência mostra as fragmentações que ocorrem no indivíduo quando afrontado com uma realidade que não nutre sua necessidade de valorização, necessidade essa existente por estar em dúvida do seu próprio valor. O indivíduo “se vê confrontado com um Eu ideal que nem sempre está em condições de sustentar. [...] nesta fase, rejeita o ideal parental e busca outro, mais elevado, sem ter certeza de estar à altura destas novas exigências” (p.154) que o mundo lhe coloca. Gaulejac afirma, portanto, que existe a sensação de incapacidade de poder corresponder aos anseios e aspirações que o indivíduo possui. Ele também se vê questionado profundamente em diversos planos: identidade sexual, afirmação de seu lugar na família, status social, etc. É neste momento que há a passagem para a situação de atividade, e esta passagem é responsável por um processo de perda de identidade que se reconfigura na medida em que se insere enquanto adulto na ordem social.

Os jovens saem da adolescência ao se instalarem, rápida ou progressivamente, segundo o meio, numa vida adulta. Esta inserção efetua-se pela autonomização objetiva que acelera o processo de autonomização subjetiva. Adquirem sua independência através da busca de emprego, de obtenção de uma renda pessoal, da instalação numa moradia independente e da constituição de uma nova célula familiar. Esses quatro elementos são o alicerce da identidade social (Gaulejac, 2006, p. 156).

Entretanto, o que se vê hoje é um processo tardio de reconstrução dessa identidade, pois o momento da adolescência se prolonga. O jovem não consegue reconhecer seu lugar por estar situado num limbo entre a infância e a vida adulta, e enfrenta paradoxos constantes vindas das exigências do mundo. Exige-se independência enquanto se mantém na casa dos pais, as empresas querem contratá-lo, mas só se tiver experiência, “exigem-lhe que obtenha diplomas para estar qualificado e posicionar-se melhor no mercado de trabalho, mas dizem-lhe que é demais isso ou de menos aquilo” (ibid.), está sempre inadequado. O jovem é exigido a se colocar numa posição que não é a sua e que não tem nem a possibilidade de se apropriar dela. Esse processo de desqualificação imposto acaba por desvalorizá-lo. Gaulejac completa que o valor do indivíduo tem relação íntima com sua definição profissional, se ele não a tem, então,

também não tem valor. A sociedade sugere que o próprio indivíduo deva provar o seu valor, dessa forma favorece a internalização dele como um ser nulo.

Este jovem consegue atribuir sentido ao trabalho? Questionamento relevante para alguém em que a ausência de trabalho aparece como um fator tão formador de sua incompletude, que pode ser até desestruturante. Entender o trabalho como um meio para concretizar a inserção social, como um espaço para o desenvolvimento de relações de cooperação, como determinante do lugar que se ocupa no social, como acesso ao consumo, e fundamentalmente como instrumento para construção da própria identidade, é um processo que se passa por meio do contato com a vida laboral, não necessariamente ter um emprego, mas também, por perceber que o trabalho é parte constitutiva de sua existência.

#### **4.1 As bases que configuram o mercado de trabalho: acumulação flexível, alienação e desalienação**

Falar sobre trabalho sugere que haja um retorno a sua historicidade. A cada momento histórico ocorre a valorização simbólica de um modelo de produção, apesar de existir configurações que articulem os diversos modelos. Vamos retomar a crise do modelo taylorista e fordista entre as décadas de 1960 e 1970 e o conseqüente surgimento do toyotismo.

De acordo com Santana e Ramalho (2004) o taylorismo pressupunha um trabalhador indolente, advogando, assim, uma radicalização do processo de separação entre a concepção e a execução do trabalho, cabendo à gerência o trabalho por se dizer intelectual e ao trabalhador o trabalho manual. Também defendia uma separação meticulosa do processo de trabalho em movimentos e tarefas fragmentadas e rigidamente controladas pelo tempo, sendo origem de uma hierarquização e desqualificação no interior do processo.

O modelo fordista apropriou-se de grande parte das ideias tayloristas em voga, ampliando a ideia de produção em massa de bens a preços cada vez menores para um mercado também de massa. Com exíguo aproveitamento do saber operário tendo em vista

contribuir para melhoria do processo produtivo e do produto. A crise desse modelo se deu com transformações nas demandas e do consumo, a produção em massa deparou-se com um mercado saturado exigindo mais versatilidade e qualidade nos produtos. As formas creditícias e a noção de Estado de bem-estar social, que davam suporte ao sistema, também foram reconsiderados e restringidos.

Essa nova noção de Estado, principalmente a partir de 1970, segue a lógica da filosofia Liberal, ou seja, a lógica de mercado. Essa preza por uma política de desmantelamento da ação do Estado nas áreas sociais e não-intervenção econômica, com um mercado auto regulador, fenômenos econômicos separados dos políticos, acreditando que o progresso seria a solução de todos os problemas. Contrastando com a visão anteriormente firmada de que o Estado deveria cumprir não só tarefas referentes ao controle da regulação econômica, mas também assegurar bem-estar social aos cidadãos, o welfare state ou Estado de bem-estar social.

Esse modelo centrado na acumulação e, portanto, na transformação de tudo em mercadoria, enfatiza a competitividade e a qualidade e inclui inovações técnicas e novas formas de gestão da força de trabalho. Deixa-se de lado uma produção em massa e um trabalhador desqualificado em uma linha de montagem rígida e aparece uma flexibilização nas relações de trabalho. Destarte, Santana e Ramalho (2004) afirmam que a flexibilização no processo de trabalho imporia a transferência da relação um homem com um posto e uma tarefa para a aproximação das etapas de concepção, execução e controle, baseando-se na incorporação progressiva da competência dos trabalhadores no processo produtivo. Esse trabalhador “coletivo” se organizaria em grupos que, com a diminuição da hierarquia gerencial no interior do processo e com o subsídio microeletrônico, passaria a ter sobre si a responsabilidade de agir qualificadamente sobre pontos diversos do processo. Há, então, uma especialização flexível. Num movimento de qualificação/desqualificação constante. O trabalhador passa a ter sobre si a responsabilidade de se manter empregável, não é mais responsabilidade do Estado. E essa competitividade vem introduzindo estratégias de racionalização e redução de custos, com sérias consequências para os níveis de emprego, veio a desregulação e reconfiguração das condições trabalhistas, além de haver fragilizado a instituição sindical como representação legítima dos trabalhadores.

O lucro se tornou central favorecendo o aumento de produtividade, as leis de mercado passaram a ser aplicadas à outras instâncias sociais. Todas essas mudanças sinalizaram a implantação do novo regime de acumulação e concentração de capitais, com regulação política e social distintas, era o toyotismo se enraizando, também chamado de Acumulação Flexível por David Harvey (1996) que enfatiza este momento histórico como a abertura da busca pelo moderno, pelo tecnológico, pela acumulação de capital, uma revolução que trouxe uma nova forma de compreensão do espaço-tempo.

Além das modificações na prática produtiva, esse novo sistema trouxe uma mudança relevante, como aponta Ricardo Antunes (2002). O capital trouxe uma reorganização as suas formas de domínio da sociedade para recuperar a hegemonias nas várias esferas sociais. A exemplo, o autor cita o culto ao subjetivismo “que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (p.24). A nova configuração desse trabalhador exigido pela acumulação flexível é definida pelo domínio da era da informação, o padrão produtivo instalado é fundamentado na utilização de tecnologias avançadas que dispensam uma mão de obra numerosa e exige um profissional multifuncional que domine a nova organização. Ainda tem-se o estímulo a terceirização de serviços visando a desconcentração produtiva. Sugere-se que neste padrão produtivo os trabalhadores têm uma maior autonomia e participação no processo produtivo, mas que na verdade somente faz parte da gestão imposta pela acumulação flexível.

Utiliza-se de novas técnicas de gestão de força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado (Antunes. 2002, p.29).

O resultado dessas transformações é o surgimento de empresas com força de trabalho enxugada, exploração dessa força de trabalho com conseqüente redução dos direitos trabalhistas, precarização do trabalho, terceirização e uma classe trabalhadora enfraquecida e fragmentada. O sistema de acumulação flexível trouxe intensificação do trabalho, em menor tempo de execução, com aumento de produtividade, às custas da qualidade de condições de trabalho e vida dos trabalhadores.

Se pensarmos sobre a qualificação, podemos entendê-la como uma política educacional que vai de encontro a uma estratégia de mercado. A qualificação passa a atribuir valor aos indivíduos, isto é, a qualificação determina as características do potencial trabalhador e estas características servem de base para determinar em que lugar e de qual maneira é possível ser aceito no mercado de trabalho. Mas esta qualificação está intimamente relacionada com a ideia de habilidade e competência, indo ao encontro da racionalidade presente no capitalismo corrente. Ricardo Antunes coloca que a qualificação do trabalho possui um sentido falacioso,

que, muito frequentemente, assume a forma de uma manifestação mais ideológica do que uma necessidade efetiva do processo de produção. A qualificação e a competência exigidas pelo capital muitas vezes objetivam, de fato, a confiabilidade que as empresas pretendem obter de seus trabalhadores, que devem entregar sua subjetividade à disposição do capital (2002, p.29).

Essa necessidade de qualificação nada mais é que a expressão “do domínio do capital na vida fora do trabalho” (2002, p.40). O trabalhador perde parte de seu tempo de lazer para obter empregabilidade e atender as necessidades de qualificação do capital. Sobre essa questão de buscar constante formação e sobre a necessidade de reunir atributos para a permanência no cargo ocupado, o termo *empregabilidade* tem muito que nos dizer em termos de categoria de análise. A formulação desse conceito diz:

A empregabilidade é aqui entendida como uma ação individual, que pode ser estimulada ou não pelas organizações, que faz com que os profissionais de todos os níveis busquem estar melhor preparados para enfrentar o mercado de trabalho e suas mutações, pressupondo uma postura proativa, no sentido de qualificar-se permanentemente, em termos de habilidades e capacidades técnicas, humanas, conceituais e de relações sociais. Tal ação pressupõe uma maior possibilidade de permanecer num mercado de trabalho crescentemente competitivo e restrito, seja através de um vínculo de emprego formal, assalariado ou atuando em diferentes organizações, mantendo uma demanda frequente por seus serviços e obtendo daí remuneração permanente (Sarsur, 2001)

Este é apenas um exemplo da dominação da vida fora do trabalho pelo capital, o lazer que resta acaba sendo direcionado ao consumo, como é possível identificar com a existência de grandes centros comerciais que sempre estão cheios, ou os serviços públicos que estão cada vez mais privatizados. Os trabalhadores perdem gradativamente os exercícios de suas subjetividades em prol de um sistema capitalista que transforma as necessidades,

pensamentos e ações individuais em espelhos das necessidades do capital e das empresas. O trabalhador torna-se refém dessa realidade para não perder o seu emprego, pois ele torna-se peça facilmente substituível por outros indivíduos que demonstrem as aptidões requeridas.

Outro ponto interessante suscitado por Antunes é a questão do estranhamento do trabalho. A subjetividade é alienada pelo processo produtivo que, por meio de processos de reificação, tira a autonomia real dos trabalhadores nos projetos que estão envolvidos nas empresas. Há uma aparente liberdade no espaço produtivo que na realidade só corrobora a tomada das personificações no trabalho pelo capital. Antunes cita como exemplo a alocação da dimensão intelectual no processo produtivo. Parte do conhecimento intelectual é repassada as tecnologias implementadas que se tornam responsáveis por parcela das atividades. Pela incapacidade das máquinas em suprimir completamente o trabalho humano, há o estímulo a uma maior interação entre a subjetividade do trabalhador e o maquinário, que Antunes coloca como um processo estimulador do estranhamento do trabalho.

Se humanidade é definida como atividade - a pressuposição básica de Marx – então alienação significa que a humanidade existe sobre a forma de inumanidade, que o sujeitos humanos existem como objetos. Alienação é a objetificação do sujeito. O sujeito (homem ou mulher) aliena sua subjetividade, e esta subjetividade é apropriada por outros... Ao mesmo tempo, como o sujeito é transformado em objeto, o objeto que o sujeito produz, o capital, é transformado no sujeito da sociedade. A objetificação do sujeito implica também na subjetificação do objeto" (Holloway, 1997, apud Antunes, 2002, p. 41).

Entretanto, Antunes completa que a alienação (ou estranhamento) é um processo de luta pela sobrevivência e resistência do capital, pelo seu domínio do poder. Desse modo, é imperativo que a desalienação aconteça como parte desse processo. A desalienação surge como a luta contra o sofrimento e a passividade, “é a expressão da revolta da atividade contra a sua condição estranhada”.

Se nos detivermos sobre as conformações atuais do ensino superior, podemos fazer mais uma reflexão sobre o imperativo da lógica capitalista. Uma das possíveis caracterizações do contexto social atual, com foco na cultura ocidental, é que estamos vivenciando uma sociedade do conhecimento marcada pela globalização, fatores que



definem uma realidade baseada na informação, na inovação e no processo de aprendizagem. Nota-se o desenvolvimento de novas áreas de conhecimento interdisciplinares que sugerem uma renovação curricular e que influenciam sobre as demandas do mercado de trabalho; surgem, diariamente, novas tecnologias que redefinem os espaços de aprendizagem e novos processos de transferência e gestão de conhecimento. O profissional formado neste contexto é um daqueles previstos e desejados pelo sistema de acumulação: multifuncional, polivalente e altamente intelectualizado.

O crescente estímulo a internacionalização da educação tem como um dos pilares a propagação desse sistema de educação com vistas a suprir as demandas econômicas e sociais que constituem o mercado de trabalho. Quando se fala no ensino superior da América Latina, por exemplo, este é considerado atrasado porque, além dos fatores relacionados às restrições de desenvolvimento econômico regional, há pouco investimento em pesquisa, fato que representa uma baixa produção de conhecimento aplicado, de publicações científicas e de patentes (Didriksson, 2008). Ainda, afirma-se que existe uma grande concentração de estudantes nas áreas de Ciências Sociais, Administração, Direito, Humanidades, Artes e Educação, o que reflete diretamente sobre a carência de desenvolvimento nas áreas da saúde e tecnologia. Simon Schwartzman (2002) esclarece que “o baixo custo destes cursos [relacionados às áreas acima citadas], e a dificuldade que os novos estudantes teriam de entrar em cursos com conteúdo técnico e científico mais intenso, por falta de preparo adequado” são os principais motivos dessa configuração. Temos, portanto, uma supervalorização das áreas aplicadas e tecnológicas em detrimento daquelas consideradas filosóficas, analíticas, com amplitude de conhecimento. A sociedade de conhecimento que se evoca não é uma sociedade de qualquer conhecimento, mas aquele que pode ser aproveitado diretamente na produção e no mercado.

As reformas ocorridas na educação da América Latina foram orientadas, principalmente, pelas pressões da globalização econômica. Os países que tiveram maior dinamismo de mudanças foram aqueles com maior exigência para entrar no processo de globalização. A partir dessa inserção se tornou imprescindível que além do contato com a esfera econômica se realize também com as esferas culturais e sociais, aonde se encontra enraizada a educação. Para tanto, marca-se como importante que os países estabeleçam um mercado educacional sem fronteiras com o estabelecimento de novos modelos de ofertas

educativas qualificadas mundialmente. A globalização definiu uma nova divisão do trabalho intelectual e técnico emergente em todo o mundo, decorrente das exigências do funcionamento produtivo internacionalizado. Por esse motivo, afirmam que a educação, principalmente a superior, deve se adequar as novas demandas para que o desenvolvimento social do contexto em que está inserida seja viável. Benício Schmidt (2000) exemplifica através do caso brasileiro, como a relação entre as exigências econômicas e a educação se estabelece:

O desenvolvimento globalizado de nossos dias está profundamente ancorado em matrizes de produção que requerem conhecimento científico e informação. Mesmo em conjunturas de franca abertura econômica - como atravessa o Brasil hoje - com importação de modelos tecnológicos provocados pela privatização das estatais e entrada de grandes multinacionais que não dependem da produção científica brasileira, somente com alta educação será possível participar criativamente desse processo (n.p.).

As colocações aqui postas não intentam contra a internacionalização da educação e nem desconsideram que são necessários maiores investimentos no sistema educacional latino-americano e brasileiro. Porém, a proposta é refletir sobre quais bases se discutem as intenções de tais reformas educacionais. Se for sobre o investimento em ferramentas que possibilitem uma evolução educacional coerente com o desejo de superar desigualdades e alcançar melhorias econômicas, sociais e culturais, além de estimular a autonomia e criatividade das pessoas, esse é um viés que está de acordo com uma sociabilidade emancipadora. Mas se é um estímulo para a competição e capacitação dos indivíduos para o sistema produtivo com objetivação de lucros, de criação do valor, disfarçado de desenvolvimento social, estamos tratando de uma lógica excludente, hierarquizante e alienante própria do capital.

## **4.2 Os sentidos do trabalho**

As modificações ocorridas pela implementação do modelo de acumulação flexível também atingiram a conformação da classe trabalhadora que Antunes (2000) redefine como a classe-que-vive-do-trabalho. Esta reúne um corpo social que tem suas relações

estabelecidas pelo sistema dominante do capital, que funde o público e o privado em favor da ordem posta. Ocorre, portanto, uma reorganização do processo produtivo que interfere nas variadas esferas da sociabilidade como meio de garantir a hegemonia do capital. Um exemplo utilizado por Antunes é o que ocorre no plano da ideologia, há a exaltação de um subjetivismo que qualifica e verticaliza as diferenças, por consequência ocorre o estímulo a um individualismo em detrimento da solidariedade e coletividade. É o que acontece no caso da qualificação profissional que é extremamente valorizada e se estende para as relações do cotidiano, como já foi abordado no tópico anterior. Podemos afirmar, então, que se trata de um processo paradoxal que torna homogêneas as esferas sociais, por um lado, mas que também fragmenta tais esferas, por outro.

A classe-que-vive-do-trabalho pode ser considerada mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexa se comparada a classe trabalhadora antes das mudanças no mundo do trabalho. Ela ainda é mais qualificada, comporta setores de trabalho intelectualizados em função da informatização da produção, porém, também tem sua parcela que se desqualificou e teve o trabalho precarizado como parte do equilíbrio do sistema que se instaurou. Antunes divide esta classe em dois grandes grupos:

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (Antunes, 2011, p. 8).

Seriam formadores da classe trabalhadora, portanto, todas as pessoas que recebem salário em troca da sua força de trabalho, isto inclui o proletariado industrial e rural, os assalariados do setor de serviços, o proletariado precarizado, os trabalhadores terceirizados, os assalariados da economia informal, além dos desempregados. Altos funcionários e gestores do capital, todos aqueles que detêm algum controle sobre o processo de trabalho e de reprodução do capital, aqueles que vivem de juros e especulação, a burguesia rural e urbana e ainda os pequenos empresários, todos esses são considerados excluídos da classe trabalhadora, segundo Antunes.

Essa nova classe surgida com as mudanças estruturais a partir dos anos 70 trouxe também uma nova configuração ao mundo do trabalho. Houve um aumento significativo de mulheres trabalhadoras no universo laboral. Até, então, com presença restrita e muitas limitadas a esfera privada, as mulheres foram inseridas principalmente no trabalho precário e desregulamentado. Algumas considerações são relevantes sobre a expansão do trabalho feminino. Sabe-se que o contexto social e cultural atrelava a mulher à esfera doméstica. A mulher era posta como suporte essencial para a existência de uma infraestrutura familiar, tanto na reprodução da força de trabalho masculina, como na reprodução de futuras mãos-de-obra, função de esposa e mãe, respectivamente. Tais construções são reflexos da cultura instituída na sociedade que atribui à mulher a domesticidade e determinam certas características como femininas, esse fato acaba por delimitar as funções das mulheres no mercado de trabalho. Trata-se da divisão sexual do trabalho, executada pelo capital e que inicialmente definiu como espaço para o trabalho feminino os postos de menor qualificação e trabalho mais intensivo, postos também ocupados por imigrantes e negros, enquanto que as atividades baseadas em capital intensivo eram ocupadas por trabalhadores homens. A discriminação de certos setores de atividade é pautada pela cultura machista e excludente vigente, esses trabalhos “quando não são extensões diretas da domesticidade, requerem qualidades muito estimuladas na socialização das meninas (paciência, docilidade, meticulosidade, delicadeza, etc.), como por exemplo, nas linhas de montagem da indústria eletromecânica” (Yannoulas, 2002, p. 15). No trabalho feminino, a separação entre as esferas pública e privada não é claramente definida, o que implica numa jornada dupla de trabalho, doméstico não-remunerado e remunerado. Esta divisão não se originou com o surgimento da acumulação flexível, tem raízes históricas, ganhou contornos nítidos na instauração da sociedade industrial do século XIX que tendeu a colocar a domesticidade no centro da vida das mulheres. Tais contornos perduram até a atualidade passando por gerações através dos valores internalizados nos processos de socialização que, mesmo com as modificações da contemporaneidade, ainda são expressos por dados estatísticos referentes às ocupações das mulheres e à acessibilidade que este grupo tem a certos tipos de trabalho.

O atual panorama sobre o trabalho da mulher é marcado por: maior escolaridade, em comparação aos homens, não acompanhada pela devida remuneração; dificuldades na ascensão profissional; problemas com acesso a certas profissões e dificuldade de admissão

por causa das responsabilidades domésticas e das possibilidades de reprodução. Barros (Penido, 2006) afirma que a experiência aponta que a problemática do tratamento desigual atribuído às mulheres não decorre apenas do preconceito e da legislação trabalhista limitante, a exigência de mais custos do empregador devido à maternidade e o cuidado com os filhos dificulta a contratação da mão-de-obra feminina.

Assim sendo, percebemos que o trabalho feminino ilustra bem as transformações trazidas pela acumulação flexível. A expansão do capital permitiu a entrada maciça da mulher na esfera do trabalho, mas em condições precarizadas, sua dupla jornada é essencial para a manutenção do metabolismo social do capital, além da contribuição óbvia enquanto trabalhadora no espaço público, seu trabalho doméstico contribui para a reprodução da força de trabalho que sua família origina. Do mesmo modo que as diversas conformações desse mundo do trabalho inaugurado há aproximadamente 40 anos atrás perdura até os dias atuais, as condições de trabalho das mulheres ainda são influenciadas pelos mesmos mecanismos descritos.

“O trabalho que estrutura o capital, desestrutura o ser social” (Antunes, 2011, p.19), essa afirmativa esclarece a real interferência de um trabalho alienado, assalariado e fetichizado sobre a subjetividade do indivíduo. Ao analisar o sentido que o trabalho traz a vida, Antunes afirma que um trabalho vazio de sentido não é compatível com uma vida fora do trabalho cheia de sentido, ambas as esferas só são preenchidas de sentido se for simultaneamente. A expressão clara da busca pelo sentido vem por meio da tentativa de romper barreiras com o mecanismo social imposto pelas necessidades do capital. Rompimento que busca a emancipação e autonomia dos indivíduos através do acesso a subjetividade real e abandono da subjetividade imposta pela ordem dominante. O trabalho intelectual tornou-se objetivado a serviço do capital, o tempo é gerido de acordo com as necessidades vindas da esfera laboral, o consumo é ordenado pelo mesmo sistema, as interações familiares se voltam para o a manutenção da vida dos trabalhadores, é o metabolismo do capital imbricado nas diversas esferas da sociedade e uma manifestação de ruptura com algum desses mecanismos já se torna suficiente para iniciar o processo de autonomização. A reivindicação de menor tempo de trabalho é um bom exemplar para refletir sobre esta ação.

A discussão da redução da jornada de trabalho configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida. E, por outro, ao possibilitar o afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho (Antunes, 2011, p. 18).

Um trabalhador ou trabalhadora que disponha de total autonomia para gerir seu tempo pode combater o vigor do trabalho abstrato e desenvolver novas formas de sociabilidade. O tempo livre, o ócio, as artes, a música, a literatura, o lazer complementam o trabalho possuído de sentido que estimulam a realização da liberdade e necessidade dos indivíduos. É o exercício de um trabalho autônomo, vivo e concreto, sem os excessos de tempo e produção, sem fatores destrutivos e superficiais sobre o ofício que se exerce, que possibilita o resgate do sentido do trabalho estruturante que se opõe radicalmente ao sentido desestruturante do trabalho abstrato detido pelo capital. Portanto, o trabalho que reestrutura o social é o mesmo que desestrutura o capital.

Retomando brevemente a noção de trabalho abstrato, esse como expressão simbólica da dominância do capitalismo, que se caracteriza por um trabalho no qual a diferenciação qualitativa se reduz a quantidade, e que produz valor para o capital, ele se opõe ao trabalho concreto, ou útil, aquele que produz valores de uso para sociedade e através do saber criativo e produtivo das pessoas, resgatando aqui as teorias de Marx em sua obra “O capital”. O trabalho adquire um caráter duplo e essa distinção é fundamental para se compreender a crítica que se faz a centralidade do trabalho. Trabalho alienado ou atividade vital consciente? Antunes acentua a necessidade de se ter atenção sobre qual forma de trabalho estamos tratando. O autor faz crítica às teses que propõem o descentramento do trabalho no mundo contemporâneo já que quando se trata da crise do mundo do trabalho é da sociedade do trabalho abstrato que se está falando que, segundo ele, é responsável por reduzir o trabalho vivo e ampliar o trabalho morto. Falar da crise do trabalho é falar da predominância da lógica capitalista movida por um sistema de produção de mercadorias de suas consequências, interferências e permanência. O que não significa que se fala do trabalho em sua dimensão concreta, o qual atua como estruturador do intercâmbio entre o social e a natureza, como atividade útil e vital do ser humano. Nas palavras de Antunes:

não nos parece plausível conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar, para além do capital, a eliminação da sociedade do trabalho abstrato - ação esta naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias - é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma da atividade humana. Em outras palavras: *uma coisa é conceber, com a eliminação do capital e de seu sistema de metabolismo social, o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado e alienado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador*<sup>16</sup> (Antunes, 2011, p.12).

Outra perspectiva adotada para definir os sentidos do trabalho, que não é desconexa da apresentada acima, vem da noção mais explícita dos retornos diretos que o trabalho traz aos indivíduos. Estelle Morin (2001) afirma que a garantia de autonomia, independência e segurança trazem sentido ao trabalho, assim como o sentimento de realização e o prazer na execução de atividades laborais. Trabalhar permite que as pessoas exerçam seus talentos, executem resoluções de problemas, adquiram novas experiências e competências, trazem senso de utilidade, é um exercício do potencial criativo que permite alcançar autonomia. A liberdade e independência, na realização do trabalho, trazidas pela autonomia que traz o sentimento de responsabilidade aos indivíduos. Acrescenta que atualmente está difundida que a noção de trabalho está ligada de forma direta a noção de emprego. O salário obtido a partir do emprego, capaz de prover as necessidades de consumo, é o fator agregador de segurança e independência. Veremos mais a frente que para os jovens entrevistados essa noção misturada de trabalho e emprego é o que pauta suas percepções sobre o trabalho. Falar sobre o trabalho quase sempre vem acompanhado do poder de subsistência que ele exerce e da ocupação que se adquire, primeiramente, para depois tratar do trabalho enquanto atividade humana transformadora, produtora ou executora de algo.

---

<sup>16</sup> Grifos do autor.

### 4.3 Os jovens em busca de trabalho e o mercado excludente

A maneira pela qual os jovens têm acesso ao emprego, na atualidade, revela, em certa medida, além do seu pertencimento social, as condições de fragilidade impostas pela nova lógica de acumulação capitalista. Isso evidencia a inconsistência dos discursos que enaltecem as características escolares como exclusivas para a aquisição de um emprego (Silva, 2010, p. 245).

As mudanças que ocorreram no panorama econômico na década de 1980 foram decisivas para reconfigurar a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Marcio Pochmann (1998) descreve que após o fim do ciclo de crescimento econômico que vinha acontecendo no Brasil até esse período, ocorreu um período de aumento do desemprego, congelamento da renda e freio na mobilidade social, diferentemente do que acontecia anteriormente. Deu-se início ao período de desestruturação do mercado de trabalho que se acentuou na década 90. Com a carência de empregos, a oferta de postos precários aumentou e os jovens foram o grupo mais prejudicado por não dispor de condições suficientes para a concorrência por trabalho. Pochmann aponta um fenômeno importante para o grupo em questão, houve uma alteração da “dinâmica demográfica juvenil, destacando o alargamento de determinadas faixas etárias como uma das marcas da especificidade da inserção atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro” (1998, p. 16), que gerou uma pressão maior no padrão de inserção no mercado de trabalho, além do crescimento de geração de postos de trabalho precários que acabaram sendo direcionados para a absorção dessas faixas etárias. Estes são as duas linhas principais que norteavam vertentes de estudo sobre o emprego dos jovens.

Pochmann se detém sobre o padrão de inserção ocupacional dos jovens para marcar as diferenças que ocorrem no mundo do trabalho com consequências para a realidade econômica do país. Ele afirma que tanta a entrada antecipada que caracteriza maior atividade, quanto a entrada tardia, definindo maior inatividade, trazem conformações diferenciadas para o mercado de trabalho. Como exemplo, o autor cita a possível interferência na previdência social do país que depende da qualidade, quantidade e regularidade dos empregos que existem. Em linhas gerais, a entrada do jovem no mercado tende a ser marcada pela obtenção de diferentes ocupações que podem ser caracterizadas por instabilidade, baixa remuneração e precariedade.



O padrão de inserção ocupacional dos jovens sofre uma interferência importante que define a dinâmica da oferta e demanda de mão-de-obra. Segundo Pochmann, no setor não mercantil, existem algumas barreiras para a contratação de jovens, com a requisição de alguns critérios mínimos – limite de idade, exigência de certificações e diplomas – com o objetivo de manter algum equilíbrio na concorrência entre jovens e adultos. Já no setor mercantil, ocorre o estabelecimento de critérios específicos “no recrutamento e gestão de trabalhadores jovens, por conta da existência de dispositivos institucionais – como os contratos de formação profissional e de aprendizagem” (1998, p. 25). Quanto a oferta de mão-de-obra, tem-se que os jovens dispõem de pouca experiência ocupacional, ou nenhuma, com pretensões salariais superiores àquelas disponíveis na realidade do mercado, enquanto que as contratações são pautadas pela qualificação profissional obtida em momento anterior, tanto experiências práticas quanto formação educacional, além da limitação de postos gerados pela economia.

Mariléia Silva (2010) fala da importância das formas de relação entre capital e trabalho, existentes para atender a lógica capitalista descrita, na definição das formas de acesso ao emprego pelos jovens. A acumulação flexível como modelo de acumulação capitalista traz consigo o imperativo da tecnologia nos processos de trabalho, que se tornam integrados e flexíveis, colabora com a diminuição dos postos de trabalho e passa a exigir um trabalhador polivalente e multifuncional. Deste modo, o que se vê é um mercado de trabalho excludente e rígido em sua seleção, ávido por qualificações, condição indispensável para contratação. “O elemento central dessa reestruturação do trabalho está no deslocamento do foco do componente manual do trabalho para a exigência de padrões formativos diferenciados, o que passou a requerer da força de trabalho um esforço na sua auto-qualificação” (Albuquerque e Cavalcante, 2005, p. 84).

São descritos, por Pochmann, quatro segmentos do mercado de trabalho que auxiliam na compreensão da dinâmica na inserção ocupacional dos jovens. O primeiro deles é o segmento profissional, que define a inserção mais tardia do jovem, por serem necessárias certificações e diplomas que caracterizam um maior tempo de inatividade devido a prolongação dos estudos, com ingresso no mercado após os 20 anos, mas que possibilita uma maior mobilidade profissional dentro de um setor de atividades. Em seguida, temos o segmento interno notadamente definido pelo contratação por meio de

concursos públicos ou grandes seleções com critérios rígidos. Neste caso, há um maior investimento por parte do contratante a fim de construir uma carreira funcional dentro da instituição. O indivíduo que entra neste segmento passa por várias posições dentro da empresa, pode adquirir uma maior remuneração com o passar do tempo e com a obtenção de experiência e formação profissional. Por outro lado, é necessária certa dedicação aos estudos para passar nos concursos, o que também pode prolongar o período de inatividade, ou é preciso algum esforço em se adequar as exigências das seleções realizadas por empresas privadas. Há ainda o segmento externo que pode ser caracterizado pela contratação por empresas de pequeno e médio porte, sem grandes exigências de qualificação, mas também sem regulação entre as diferentes faixas etárias que concorrem pelos postos. Neste caso, pode haver elevada instabilidade e precarização do trabalho. E, por último, existe o segmento não organizado. Aqui, não existem grandes exigências quanto a qualificação do contratado, mas por outro lado, não ocorrem garantias trabalhistas, a precarização e instabilidade são regra, é possível até que haja condições ilegais de trabalho.

Diante da reestruturação do mercado brasileiro iniciada nos anos 80 e consolidada na década seguinte, houve um maior estímulo no investimento em capital intelectual a fim de driblar a crescente seletividade no mercado de trabalho e escassez de oferta de postos, “o aumento da inatividade dos jovens em virtude do maior tempo dedicado à educação (alongamento da escolaridade) decorreu, em parte, da preocupação generalizada de fortalecimento da formação profissional como antídoto ao agravamento do desemprego” (Pochmann, 1998, p. 40). Entretanto, isso não impediu que parcela dos jovens se deslocasse dos segmentos profissional e interno para os segmentos externo e não-organizado como alternativa a desocupação, fortalecendo a situação de precariedade do trabalho juvenil. Um dos resultados é a ocupação de postos com baixas exigências de qualificação por trabalhadores com qualificação muito elevada, trabalhos que funcionam alternativamente como porta de entrada no mercado de trabalho. Mariléia Silva (2010) complementa que o prolongamento dos estudos por parte dos jovens como estratégia as dificuldades de inserção no mercado não exclui a possibilidade de presença no mercado, já que podemos constatar que existem jovens que trabalham em empregos aquém de suas expectativas, porém de forma provisória, e que continuam os estudos visando uma maior qualificação com efeito sobre sua obtenção de melhores postos de trabalho posteriormente.

Ademais, ela acrescenta que, na realidade brasileira, este jovem com alongamento de escolaridade constitui uma parcela estatisticamente pequena dentro do total da população jovem. São jovens que pertencem a famílias com maiores recursos financeiros. Portanto, tanto o alongamento dos estudos, quanto o exercício de atividades remuneradas durante os estudos, como as ocupações alternativas, por vezes, instáveis e precárias, são mecanismos de enfrentamento as dificuldades de obtenção de ocupação.

Além da precarização da ocupação juvenil, podemos apontar alguns outros efeitos. A maior permanência na inatividade influencia diretamente na emancipação dos jovens. Esta se torna tardia, com conseqüente permanência na casa dos pais, adiamento da formação de novos núcleos familiares e dependência financeira familiar prolongada. Paula Silveira e Adriana Wagner (2006) colocam que existem alguns rituais que sinalizam a aquisição do status de adulto. Um deles, considerando a cultura brasileira, é a formatura universitária que se subentendia que o jovem tinha sua entrada automática no mercado de trabalho. Na ausência dessa passagem entendida como um processo óbvio, quase que natural, a aquisição desse novo status é bloqueada. O jovem passa a ter um status duplo, o qual não permite ser completamente autônomo e nem completamente depende da família. Vemos que as dificuldades encontradas na inserção ocupacional também trazem mudanças estruturais para a família. Diante dessa duplicidade da situação do jovem, os familiares provedores se colocam na função de apoio, fornecendo concessões, incentivos e cuidados que muitas vezes favorecem uma permanência ainda maior desse jovem dentro de casa. Pode se inferir que, em alguns casos, a dificuldade de obtenção de trabalho alimenta a permanência no lar de origem e essa permanência pode favorecer a inserção tardia no mercado de trabalho. Hoje é notável o número de jovens com mais de 25, até mesmos aqueles que chegam na casa dos 30 anos que ainda moram com os pais. São as conformações do mundo do trabalho influenciando significativamente a estruturação familiar. Machado e Predebon (s.n.t.) refletem que outro processo é influente sobre esse alongamento dos estudos e permanência no lar de origem, trata-se da demanda social contemporânea que aborda a independência financeira e emocional pelas vias do consumo. Isto quer dizer que a não obtenção de bens materiais dentro dos parâmetros inculcados pelo processo de socialização vivenciado, expresso pelo padrão de consumo da família e dos amigos principalmente, traz insegurança e sensação de ausência de autonomia frente a própria vida. Permanecer na casa dos parentes provedores surge como uma estratégia a

mais para “evitar possíveis conflitos diante das incertezas frente ao mundo do trabalho, das experiências afetivas e do mundo social” (Machado e Predebon, s.n.t., n.p.).

Importante salientar que aqui, neste trabalho, tratamos de uma parcela da população jovem brasileira. Tais reflexões sobre a permanência na família são mais apropriadas à realidade das famílias de classe média e alta que possuem condições financeiras suficientes para manutenção dos jovens em casa, este é o caso dos entrevistados que serão analisados posteriormente. Se nos determos sobre famílias de outras classes sociais, possivelmente, este fenômeno não seja encontrado. No caso de famílias de classe baixa, por exemplo, a necessidade de suplementar a renda familiar ou uma renda familiar restrita exige que os jovens aceitem quaisquer condições de trabalho para suprir as carências postas. Possivelmente, tais jovens sejam os mais afetados pelo trabalho precário. Ainda, é provável indicar que jovens desta realidade devam ter uma saída de casa antecipada, com formação familiar precoce, em função do imperativo de desafogar a renda da família de origem.

Sob a perspectiva de Silva (2010), a autora ressalta que é importante considerar também que os jovens em condição de prolongamento de permanência nos estudos e na família de origem são aqueles que conseguiram vencer o vestibular, passaram pela graduação e que estão em momento de disputa por um lugar no mercado de trabalho. Esta trajetória sugere que esses indivíduos foram postos em posição de igualdade na competição por ocupação por obterem um diploma de nível superior, entretanto, pondera que esse título é apenas um requisito mínimo, “uma espécie de senha que autoriza sonhar com possibilidades mais próximas das expectativas criadas” (Silva, 2010, p. 257).

A inserção profissional dos jovens graduados não se faz com rupturas, mas antes com continuidades e reecaminhamentos, a partir de determinadas estruturas previamente construídas e em constante reconstrução. O diploma de graduação não é o marco zero da vida profissional dos jovens (Silva, 2010, p. 257).

Lucie Tanguy (1999) questiona a relação que se estabelece entre formação e emprego que remete a um período longo de configuração dessa relação. Nos anos 50, a formação surgiu como instrumento de concretização de mudanças na esfera do desenvolvimento econômico. Já nos anos 60, foram postas políticas de emprego que definiam a criação de instituições que eram fundamentalmente locais de formação. Dentro

destes e de outros contextos, a formação surgiu como resposta às demandas surgidas das dificuldades encontradas no âmbito do trabalho. Todavia, tal relação atravessou os tempos e as diversas reconfigurações da realidade social não acompanharam seu sentido inicial. Constatções estatísticas afirmam, segundo Tanguy, que os menos diplomados têm mais chances de enfrentarem o desemprego do que aqueles que conseguem alguma titulação mínima. Mas, a partir de meados da década de 1990, os diplomados ficaram expostos a um risco maior de desemprego, registro que se mostra relativamente maior ao constatado para os não-diplomados no mesmo período. Retomamos aqui a realidade brasileira descrita por Pochmann, em que a década de 90 foi o momento de consolidação da reestruturação econômica do país e que corrobora o avanço da acumulação flexível sobre as mudanças socioeconômicas sinalizadas por Antunes. Os anos 90 foram palco para a transformação do mercado de trabalho, mudanças que se refletem até a atualidade.

Antes do período citado, entendia-se que o diploma era “fator de proteção contra o desemprego” (Taguy, 1999, p. 51), mas a autora enfatiza que essa não é uma verdade, já que o aumento dos níveis de formação não interfere sobre o aumento geral das taxas de desemprego. A conjuntura modificou a ideia de que o diploma era condição necessária e suficiente para inserção no mercado de trabalho, a proteção contra o desemprego aparece, portanto, de modo relativo.

A crença na formação como instrumento de resolução dos problemas do emprego está na base do dispositivo de inserção social e profissional dos jovens. Quase duas décadas de persistência do desemprego destes revelam, contudo, que, para essa população, a formação era antes um substituto do emprego, uma senha numa fila mais ou menos comprida. No final das contas, a translação para cima operada em matéria de educação e de formação com fins de ajuste ou de antecipação dos movimentos do emprego teve por efeito o de intensificar a concorrência no mercado de trabalho entre categorias de diplomados avaliadas de acordo com o nível de seus diplomas e não de acordo com suas competências efetivas (op. cit., p. 65).

O panorama posto aos jovens é o que reforça a sua inatividade. Se seu diploma não é chave para abertura de portas no mercado de trabalho, não estar no mercado é não adquirir experiência, sua permanência prolongada nos estudos e em sua família de origem surge quase como uma imposição da situação em que se encontra.

#### 4.4 A questão da geração

Entende-se geração, a partir da perspectiva de Mannheim, como um grupo de pessoas nascidas em um mesmo tempo cronológico com a possibilidade de processarem experiências, acontecimentos e fatos de forma semelhante, ou seja, “a identificação geracional comum implica em formas semelhantes de ordenação e estratificação dessas experiências.” (Weller, 2007, p.6). Assim sendo, torna-se secundária ao embasamento da definição de geração a possibilidade de presenciarem ou vivenciarem essas experiências e acontecimentos semelhantes. Diferentes grupos etários podem estar num mesmo período cronológico, vivenciar as mesmas coisas, mas isso não é significativo da composição da geração. É a presença de um tempo interior não mensurável, qualitativo que só pode ser apreendido subjetivamente que determina a questão da geração (Weller, 2007).

Karl Mannheim é considerado pioneiro no estudo sobre gerações dentro da sociologia. Ele afirmava ser tarefa sociológica investigar os mecanismos mais simples e fundamentais que compõem o problema das gerações. Em termos gerais, é possível afirmar que o pertencimento a uma geração está intimamente relacionado com o compartilhamento de saberes, ideias, identidades, valores e influências num momento cronológico específico.

Por sua relevância no campo de estudos das gerações, nos deteremos sobre suas considerações para refletir sobre esse fenômeno. Mannheim (1982) assegura que o fator cronológico é decisivo para determinar as gerações. Uma geração está necessariamente contida em um espaço de tempo limitado, em que está situada de forma similar, compartilhando o mesmo processo histórico coletivo. Entretanto, ponderar que vivenciar um mesmo momento, seja a juventude, a vida adulta ou a velhice, não é significativo do partilhar de uma mesma similaridade de situação. O essencial é, além desse momento cronológico estabelecido, a possibilidades de vivenciar as mesmas manifestações culturais, sociais, econômicas dadas no contexto em que se está inserido.

Não é difícil perceber por que uma mesma contemporaneidade cronológica não pode, por si própria, produzir uma situação de geração comum. [...] Somente onde os contemporâneos estão definitivamente em posição de partilharem, como um grupo integrado, de certas experiências comuns podemos falar corretamente de similaridade de situação de uma geração. A mera contemporaneidade torna-se

significante sociologicamente apenas quando envolve também a participação nas mesmas circunstâncias históricas e sociais. (MANNHEIM, 1982, p. 80)

Para se avaliar quais aspectos da vida social resultam da existência de gerações, Mannheim sugere que se tente imaginar como seria a vida social se uma geração vivesse para sempre e não se seguisse nenhuma outra para substituí-la ou anteceder-la. Perceberíamos que dificilmente haveria evolução de ideias e transformações sociais necessárias a evolução ou melhor ajuste da vida dos indivíduos em sociedade.

A experiência se torna motor da formação das gerações. É ela que permite que os indivíduos passem pelo processo de socialização, adquiram valores, aprendizados e conhecimento que estruturam a sua existência em sociedade.

que a experiência dependa da idade é, de muitas maneiras, uma vantagem. Que, por outro lado, falte experiência aos jovens significa um alívio do fardo para os jovens; pois facilita a vida deles num mundo em transformação. [...] Na juventude, por outro lado, onde a vida é nova, as forças formativas estão começando a existir, e as atitudes básicas em processo de desenvolvimento podem aproveitar o poder modelador de situações novas. Assim, uma raça humana vivendo eternamente teria que aprender a esquecer para compensar a inexistência de gerações novas. (MANNHEIM, 1982, p. 78)

Complementar a experiência está a passagem de informações entre as gerações. Mannheim coloca que a transição entre as gerações ocorre de maneira ininterrupta, através de um processo dialético que ocorre entre elas, o qual permite que gerações mais velhas se tornem receptivas às influências das novas gerações que surgem, e estas, por sua vez, podem se beneficiar do aprendizado que as gerações anteriores compartilham. O autor explica que a mudança de gerações é um processo social fundamental, sem ela “os novos impulsos que podem originar-se somente em organismos novos não poderiam ser refletidos de volta sobre os representantes da tradição; e se a transição entre as gerações não fosse contínua, essa ação recíproca não poderia ocorrer sem atrito” (1982, p. 85). Mannheim ainda revela que o surgimento de novos participantes do processo cultural é sempre acompanhado do desaparecimento de outros, pois os integrantes de qualquer geração só podem participar de um segmento de tempo, como transmissão da herança cultural de forma contínua. Há que se considerar nesse processo a existência da memória social, ela é condicionada e organizada por essa interação que ocorre entre presente e passado num mesmo espaço

temporal. Vive-se, então, uma preparação para o esquecimento necessário a essa ação de passagem contínua entre as gerações. Mannheim coloca que tanto a recordação como o esquecimento social são essenciais para a existência da sociedade.

O jovem é responsável por vivenciar o contato original, definido por Mannheim como o primeiro contato com a herança cultural e social, que é considerado um potencial para mudanças sociais, uma vez que a nova participação nas diversas esferas da sociedade inerente a juventude permite que novas relações e atitudes sejam traçadas por esses atores. Essa característica está presente em todas as gerações quando iniciadas, a herança obtida das gerações anteriores é ressignificada, fato que traz um novo processo social e cultural. Os jovens, segundo o autor, não são capazes de absorver completamente toda a bagagem acumulada oferecida por seus antecedentes, por outro lado, eles possuem a capacidade de avaliar o legado que recebem, podendo optar por aquilo que consideram útil ou conveniente para a formação social que estão construindo. Esta dupla posição frente as heranças socioculturais pode ser considerada como uma ambiguidade carregada pelo jovem.

Janice Souza (2006) descreve que a juventude é, sem dúvida, um momento repleto de ambiguidades devido às transformações intensas que marcam a consciência individual, a formação social e a conteúdo das experiências vividas.

Toquemos nas ambiguidades. Elas dimensionam-se individualmente e sob a influência de aspectos psicossociais, num percurso de (in)definições: busca identitária, tendência de estar em grupo, deslocamento constante de situações e vínculos, atitude de contestação e insatisfação sociais, intelectualização dos fatos, mudanças de humor, separação do universo familiar, questionamento de valores sociais, fatores que se desenvolvem em pleno vigor na adolescência. Superados alguns destes fatores, a continuidade das (in)definições se mantém como crise e conflitualidades provocadas na debilidade dos rituais de passagem, no descrédito dos lugares institucionais tradicionais que tornam mais difíceis as escolhas e definições dos jovens diante dos papéis a serem assumidos como projeto de vida adulta (Souza, 2006, p.11).

Podemos considerar, então, que a experiência dos jovens é fator propulsor da dinâmica da sociedade, constitui-se como meio de inserção de mudanças, e renovações nas variadas



esferas da sociedade. O enfrentamento das dificuldades e desafios próprios deste segmento permite que as gerações se concretizem.

#### **4.4.1 Dificuldades e desafios do trabalho para a geração Y – análise das fragilidades, exclusão e superação.**

Para pensar sobre a categorização de geração Y que colabora para a dificuldade de acesso trabalho formal, criada por alguns especialistas para definir esses jovens, revela-se interessante utilizar o trabalho de Goffman sobre o estigma como uma possibilidade de reflexão sobre a condição fragilizada dos jovens. Este teórico define estigma como uma característica depreciativa capaz de afetar o indivíduo portador de maneira a interferir inclusive em sua cidadania. Se pensarmos sobre os jovens da geração Y como sujeitos marcados por atributos generalizados em decorrência das características sociais, econômicas e culturais que marcaram sua socialização, e, por esse motivo, não conseguem se inserir no mercado de trabalho tendo, então, seus direitos, enquanto cidadãos, limitados, visto que sem trabalho, não há renda, sem renda não há sobrevivência, a não ser que se conte com entes próximos ou mecanismos do governo para suprir tal carência, é possível dizer que tais jovens podem ser considerados estigmatizados. Para os não portadores de estigmas, ou seja, os normais, o estigmatizado é incompleto e carrega consigo algum perigo que poderá interferir no meio social e, por esse motivo, o segrega. São criadas ideologias pelos normais que racionalizam essa diferença representada pelo estigma e que justificam sua ação de exclusão. É possível inferir que a categorização da geração Y pode ser uma forma de racionalização criada frente aos atributos dos jovens aqui discutidos.

Ser da geração Y pode se identificar logo pela idade aparente e, em alguns casos, por atributos que portam como os *gadgets*,<sup>17</sup> pela facilidade e agilidade que lida com esses itens, demonstrando naturalidade em seu uso. A identificação do estigma ocorre no momento em que, numa situação de interação, o outro assimila a identidade social do indivíduo a partir das normas e valores que compõem a percepção desse outro. Então,

---

<sup>17</sup> Equipamentos eletrônicos que tem como características a praticidade, portabilidade e utilidade. Exemplos: *smartphones*, leitores de mp3, *tablets*, etc.

numa situação de seleção para um emprego, por exemplo, o entrevistador traça um perfil a partir da primeira imagem que ele vê do entrevistado, este perfil já está imbuído de julgamentos valorativos os quais fazem uma predefinição sobre a adequação ou não do entrevistado às suas exigências. Se o entrevistado é um jovem, o entrevistador pode já supor que ele carrega todas ou a maioria das características que definem a geração em questão, assim, se não for sua expectativa já limita a possibilidade de seleção do entrevistado.

A pressuposição de que todo e qualquer indivíduo componente dessa geração pode ser um problema no ambiente de trabalho mostra que suas características são consideradas socialmente desqualificadas por outros membros da sociedade, neste caso pessoas mais velhas que integram o mundo laboral. Mas antes, é necessário refletir sobre que tipo de estigma esses jovens possuem. Segundo Goffman (1988), o estigma possui uma dupla perspectiva, ele poder ser desacreditado que significa ser imediatamente identificável, ou desacreditável que não é nítido ao primeiro contato ou é desconhecido dos outros que estão presentes no processo de interação. Além disso, o estigma pode ser permanente ou temporário, vai depender do tipo de estigma - físico, psicológico ou social – e de sua visibilidade. Os atributos que geram estigma não são necessariamente desonrosos, pois essa qualificação dependerá da situação em que se está inserido. Um mesmo atributo pode ser um estigma ou pode confirmar a normalidade, também tem a função de diferenciar ou aproximar o eu, ou o grupo, do outro.

Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto (Goffman, 1988, p.14).

Existem alguns nichos de mercado que desejam as características que são relacionadas à geração Y, e a maioria de profissionais desses segmentos dispõe dessas características, nesse caso, o que se considera estigma em empregos mais tradicionais é considerado um caráter normal. A partir dessas definições, é possível pensar que ser um jovem da geração Y, quando em situação de descrédito, o estigma que ele carrega é tanto desacreditado quanto desacreditável, pois a primeira característica se confirma pela aparência advinda da idade, e a segunda, se anuncia pela expressão de alguns comportamentos que se relacionem

aos atributos estigmatizadores, comportamentos que não se identificam num primeiro contato. Além de ser temporário, visto que a idade avança, a aparência física se modifica, e há a experiência adquirida em outros meios de trabalho, sejam eles informais ou mal remunerados, e a inatividade que se estende com conseqüente acúmulo de formação intelectual trazendo novas caracterizações ao indivíduo.

Goffman fala da insegurança que o indivíduo estigmatizado adquire quando percebe que a identificação feita pelos outros não é óbvia. Ele cita Roger Barker para mostrar a extensão dessa insegurança a grupos que possuem o estigma numa condição menos definida:

Para a pessoa inabilitada, a certeza quanto ao status, somada à insegurança em relação ao emprego, prevalece sobre uma ampla gama de interações sociais. O cego, o doente, o surdo, o aleijado nunca podem estar seguros sobre qual será a atitude de um novo conhecido, se ele será receptivo ou não, até que se estabeleça o contato. É exatamente essa a posição do adolescente, do negro de pele clara, do imigrante de segunda geração, da pessoa em situação de mobilidade social e da mulher que entrou numa ocupação predominantemente masculina (Barker, 1948 apud Goffman, 1988, p.23).

Os jovens que entram em contato com o mercado de trabalho, num primeiro momento, não tem plena noção da imagem que carregam o que pode dificultar sua obtenção de ocupação. Ao sair de sua formação escolar, há nesses jovens a expectativa de serem rapidamente absorvidos devido ao frescor de sua escolaridade e sua jovialidade que deveriam sugerir disposição em trabalhar, somadas a ansiedade por capacitação e ganho de independência. Quando se deparam com negativas constantes ou exigências aquém de sua formação, como a requisição de experiência prévia, ou formações específicas que supostamente deveriam ser adquiridas num momento posterior, as expectativas profissionais diminuem e estes passam a aceitar trabalhos que não condizem necessariamente com sua formação, como é o caso dos recém-formados no ensino superior que trabalham em lojas de shopping, com maior frequência em livrarias, cumprido tarefas que não aproveitam suas formações. Sobre essa situação, Goffman afirma que como estratégia, o indivíduo estigmatizado pode tentar corrigir a sua condição dedicando-se a outras áreas (1988, p. 18). Essa dedicação pode também se estender a atividades consideradas difíceis, como é caso de concursos públicos com remunerações altas, é

constante a quantidade de jovens não empregados se dedicando exclusivamente a concursos para diplomacia, tribunais, auditorias, carreiras que demandam um aprendizado superior e, muitas vezes, completamente diverso de sua formação original.

Outra estratégia encontrada por estigmatizados em situação de insegurança é o isolamento. É possível que o grande número de jovens inativos ou de jovens que nem estudam ou trabalham apontados pelo relatório da OIT se justifiquem por esse comportamento. O isolamento, além de reduzir as interações sociais que os indivíduos participariam, também pode trazer consequências para sua condição psicológica, como aponta Goffman: “Faltando o feedback saudável do intercâmbio social cotidiano com os outros, a pessoa que se auto-isola possivelmente torna-se desconfiada, deprimida, hostil, ansiosa e confusa” (1988, p.22). É importante destacar que o indivíduo acaba absorvendo os elementos significativos do discurso que permeia seu estigma, assim sendo, esse discurso se reflete no estigmatizado.

Portanto, vê-se que o processo de modificação da imagem estigmatiza atribuída aos jovens classificados como geração Y é complexo, visto que esses indivíduos tornam-se desacreditados no meio social em que estão inseridos, eles próprios podem absorver a ideia construída a seu respeito se refugiando em estratégias que lhes permitam a sobrevivência, como a inatividade, a aceitação de trabalhos informais ou trabalhos mal remunerados, ou até mesmo a exclusão social. A aceitação de sua desqualificação do ponto de vista dos outros considerados normais, afeta sem dúvida o seu autoconceito. A exclusão social a que é submetido pode, em certas circunstâncias antecipar a morte do indivíduo pela perda da cidadania e do acesso a seus direitos, é a chamada morte civil, que deixa uma atmosfera de medo e insegurança obrigando as pessoas a manipularem suas atitudes frente às necessidades. A dinâmica que explica a vivência do estigmatizado em sociedade é utilizada aqui como meio de reflexão para esse momento de dificuldade que os jovens com dificuldade de inserção ocupacional passam diferentemente do que ocorria com a geração anterior que viveu uma abertura de mercado. Além disso, falar sobre os processos que a situação de estigma suscita permite mostrar relações muito próximas com os processos de construção de identidade em meio a uma situação adversa que exija estratégias de adaptação frente aos impasses impostos, como a situação dos jovens com prolongamento da permanência em condição de inatividade.

## Capítulo 5 – Considerações Metodológicas

### 5.1 A pesquisa qualitativa

Iniciada dentro da Antropologia e Sociologia, a pesquisa qualitativa ganhou espaço também em áreas como a Educação, Psicologia e Administração. Sua diferenciação reside no fato de não tratar os seus dados através de métodos estatísticos, seu foco está na busca de dados descritivos obtidos por meio do contato entre pesquisador e objeto de estudo. A pesquisa qualitativa pode assumir diferentes significados dentro das Ciências Sociais. Em geral, este tipo de pesquisa abrange técnicas interpretativas que pretendem decodificar e descrever fatores de um sistema complexo de significados, com o objetivo de elucidar o sentido dos fenômenos sociais. Ela pressupõe um recorte de espaço e tempo para maior fundamentação das análises apreendidas. Essencialmente, o que revela uma pesquisa qualitativa é o seu caráter descritivo, como já citado, a atenção dada a significação que as pessoas fazem das questões propostas, incluindo sua própria vivência, “o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental” (Neves, 1996, n.p.).

Apesar de adotarem perspectivas diferenciadas, não é possível dizer que a metodologia qualitativa e a quantitativa se excluem, elas surgem, na verdade, como possibilidade de complementação. A união dos dois métodos poderia possibilitar, por exemplo, o emprego do dinamismo da realidade obtido pela análise qualitativa em um grupo de causas e fatos constatados pelo método quantitativo. A pluralidade de abordagens revela uma integração entre diferentes Ciências Sociais existentes. Os métodos qualitativos, nas palavras de Neves, “trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos” (op.cit., n.p.). Ainda sobre a perspectiva deste autor, afirma-se que a utilização da pesquisa qualitativa pelas Ciências Sociais revela a preocupação em visualizar o contexto pesquisado além de mostrar que estão mais focados com o processo social.

A pesquisa qualitativa surgiu como um meio de acessar a subjetividade e sua complexidade que eram relegadas pela pesquisa social. Ao considerar que o real é formado

por uma teia complexa de diferentes campos inter-relacionados, é preciso ponderar que o conhecimento possui um carácter construtivo-interpretativo. Esta afirmação necessariamente sugere que o contato do pesquisador com real se dá de maneira mediada por suas experiências e saberes e que o acesso ao real não é ilimitado e direto. Fernando González Rey (2005) coloca a complexidade do contato com o real como um desafio positivo para os pesquisadores, quando esses acessam a realidade por meio de suas práticas de pesquisa científica, há a formação de um novo campo de realidade nos quais ficam interligadas as práticas e os aspectos reais do contexto estudado. Afirma que

“a única tranquilidade que o pesquisador pode ter nesse sentido se refere ao fato de suas construções lhe permitirem novas construções e novas articulações entre elas capazes de aumentar a sensibilidade do modelo teórico em desenvolvimento para avançar na criação de novos momentos de inteligibilidade sobre o estudado, ou seja, para avançar na criação de novas zonas de sentido” (Rey, 2005, p.7).

É importante que o trabalho do cientista social seja enraizado na realidade o máximo que for possível. Por vezes, a rotina que caracteriza os comportamentos no cotidiano dificulta o acesso aprofundado do pesquisador, que não deve jamais esquecer a premissa que compõe a sua formação: construir conhecimento fundamentado num universo de fatos. Quanto mais baseado na realidade melhor será o entendimento do conhecimento sociológico. Piedade Lalanda (1998) expõe que a aplicação de técnicas qualitativas favorecem o acesso as várias dimensões que compõe o real, uma vez que as fronteiras entre elas estabelecem-se menos rígidas com a aplicação de múltiplas abordagens fato que revela a integração científica entre as várias ciências sociais existentes. Aponta que há uma procura por um olhar mais abrangente sobre a realidade. Uma das aplicações possíveis à utilização de técnicas qualitativas com base em relações mais profundas com um número restrito de atores sociais. Lalanda cita, então, a história de vida, a biografia e a entrevista em profundidade como exemplos de instrumentos de análise social relevantes para a investigação sociológica.

O contato directo do sociólogo com os actores não anula o distanciamento que a ciência exige. Antes transforma a recolha de informação numa experiência que “humaniza” a própria investigação, ou seja, proporciona ao investigador a possibilidade de “ver por dentro”, tomando uma dupla posição de observação: a de investigador e a do próprio actor (Lalanda, 1998, p.873).

Ainda sobre a perspectiva de Lalande, a eficácia na utilização das técnicas citadas depende do domínio da metodologia escolhida e da postura adotada pelo pesquisador/entrevistador, a empatia, por exemplo, é essencial na hora de uma entrevista. É imprescindível que o momento da entrevista seja um espaço aberto que estimule o entrevistado a falar, a pensar sobre si e sobre sua realidade. Este deve sentir que é central no momento da entrevista, e o condicionamento de respostas deve ser evitado com o maior esforço possível mesmo que o pesquisador conte com um esquema explicativo predefinido. Isto não quer dizer que a entrevista não deve ter objetivos guiadores que caracterizam a pesquisa da qual faz parte. “Não se trata, por isso, de ouvir qualquer relato ou uma história sem estrutura de sentido, mas de ouvir falar a realidade segundo um traçado que lhe é proposto e em relação ao qual o entrevistado se cola ou se desvia” (op. cit., 874).

Quando se trata de narrativas de vida, o entrevistado é orientado a seguir por uma estrutura de tempo que revela uma sucessão de fatos que envolvem contextos e personagens, dos quais as interações intervêm sobre a realidade observada, muitas vezes modelam e transformam esse real. Contar uma história é também olhar sobre ela e sobre si, o discurso autobiográfico revela uma visão global sobre uma existência.

*A narrativa corresponde ao discurso de um actor sobre a sua história de vida, onde este se conta, sem, no entanto, ser forçosamente autobiográfico. [...] O investigador não pretende centrar-se no particularismo de cada narrativa, no “eu individual” que ela representa. Esta metodologia, ou etnometodologia, exige a recolha de diferentes narrativas, de diferentes actores que viveram experiências similares, mas pode ultrapassar as singularidades de cada narrativa e construir progressivamente uma representação sociológica das componentes sociais (op. cit., 876).*

A escolha da narrativa de vida como instrumento de pesquisa da dimensão social permite que o pesquisador olhe a realidade de seu interior, por meio do sentido e das particularidades apresentadas pelos sujeitos escolhidos como entrevistados. Analisar narrativas possibilita enxergar processos sociais por meio da historicidade apresentada na descrição de fatos ocorridos em diferentes ocorrências de tempo. Munido deste instrumento, o pesquisador pode encontrar o que há de essencial na realidade social.

## 5.2 Algumas considerações sobre a Sociologia Clínica

A Sociologia Clínica propõe-se a compreender os processos revelados por esse sujeito que tem a capacidade de interferir e pensar sobre o seu real. Ela recobre uma atenção particular àquilo que possibilita o reconhecimento do universal através das subjetividades apreendidas pela observação do sujeito e do social. Ela pode se deter tanto em projetos individuais quanto em projetos coletivos. E a compreensão da interligação entre o social e o psíquico favorece uma reflexão mais analítica e crítica sobre a sociedade.

Il a une dynamique propre, une autonomie relative, une capacite réactive. En ce sens, la société produit des individus qui produisent la société. Il existe une relation systémique et réursive entre eux. Ils interagissent et ils se coproduisent. Si la société preexiste à l'individu, du moins dans la synchronie, on ne peut penser l'un sans l'autre, on ne peut réduire l'individu à une simple production du social, on ne peut penser l'individu sans analyser en quoi il est à la fois producteur et produit social (Gaulejac, 2009, p. 42).

Robert Sévigny (2001) discorre sobre a utilização do termo clínica nas ciências humanas, afirma que, diferentemente da utilização usual associada à cura e ao cuidado, o sentido obtido está relacionado à mudança, prevenção, melhoria em uma dada situação. Entretanto, o teórico não descarta o sentido de trabalho “junto ao leito”<sup>18</sup> na prática clínica dentro das ciências humanas, pois, é por meio da inserção em campo e do contato com os atores sociais que o clínico busca a compreensão da questão social. E, ainda, a presença de uma intervenção clínica demonstra a inserção da questão do sujeito e do sentido, como é o seu surgimento em uma dada situação (Giust-Desprairies, 2001). A abordagem clínica compartilha objetivos com a abordagem experimental, apesar da tendente oposição gerada na descrição e comparação de tais abordagens, ambas buscam “um saber global, uma teoria geral que possa ser aplicada a situações específicas” (Sévigny, 2001, p.16), ou seja, estabelecer correlações entre o particular e o geral, o abstrato e o concreto. Ainda na perspectiva de Sévigny, “é, com efeito, impossível imaginar que a Sociologia Clínica se interesse pelos desafios sociais sem se preocupar, também, com os desafios ligados à teoria e a metodologia sociológica” (idem, p.19).

---

<sup>18</sup> “O sentido etimológico da palavra clínica é: observar diretamente, junto ao leito do paciente” (Sévigny, 2001, p. 15).



A respeito do surgimento da Sociologia Clínica, Norma Takeuti (2004-2005) coloca que esta vertente não foi descoberta recentemente, mas teve um desenvolvimento lento com diversas dificuldades que perpassam o seu reconhecimento. Ela a caracteriza como uma abordagem, e não uma nova corrente, que traz uma perspectiva diferenciada introduzindo o sujeito como um ser em processo capaz de acessar sua historicidade para produção de sentido em seu contexto social. Para tanto, a Sociologia Clínica se utiliza de seu caráter multidisciplinar que favorece a uma sensibilidade maior na observação da sociedade.

Uma discussão proposta por Vincent Gaulejac (2001) enfatiza a criatividade da Psicossociologia advinda de seu caráter marginal comparada a outros campos da Sociologia, Psicologia e Psicanálise. Sua situação permite uma amplitude de práticas, contato com objetos geralmente negligenciados. O autor delimita que o psicossociólogo tem um interesse “pelo indivíduo em situação, recusando separar o indivíduo e o coletivo, o afetivo e o institucional, os processos inconscientes e os processos sociais” (p. 36). Considerando, portanto, que o campo de estudos aqui discutido trata da relação entre o social multidimensional, composto por aspectos objetivos e subjetivos, e o psíquico trazendo um questionamento sobre o papel do sujeito e sua amplitude de ação, Gaulejac afirma ser mais coerente o uso do termo Sociologia Clínica no lugar da terminação Psicossociologia, visto que ultrapassa o simples relacionamento entre dois campos. Pondera que a Sociologia Clínica conduz uma reflexão sobre três aspectos:

1. a análise das articulações entre os determinismos sociais e os determinismos psíquicos;
2. a questão do sujeito nas ciências humanas e sociais;
3. a *démarche* clínica como condição necessária ao desenvolvimento de uma sociologia crítica (p.37).

### **5.3 A importância do sujeito**

Há um esclarecimento da formação do indivíduo trazido por Gaulejac (2001). O autor o afirmar como um ser composto por múltiplas determinações, influenciado por uma formação histórica complexa que reuni em si elementos advindos do processo de

socialização primária e de outros processos que representam as relações sociais e culturais circunscritas em uma dada época. A multideterminação do indivíduo carrega a exigência de coerência, diversidade e contradição. A consideração dessa formação proporciona um questionamento mais fenomenológico sobre o indivíduo e sua historicidade. Se, então, o indivíduo compreende a si próprio e o contexto que o envolve, ele tem uma maior liberdade de ação. Trata-se de uma verdade revisitada em situação, um esforço de visitar para compreender em que essa realidade faz sentido. Esta tomada de consciência transforma o indivíduo em sujeito, o qual é capaz de negociar, negar e transformar o real, fundamentalmente, torna-se um ator capaz de contribuir e intervir na sociedade. O sujeito é a intermediação entre o ser do homem e o ser da sociedade. Isto quer dizer que a subjetivação surge como um processo de mediação, e entre o indivíduo e o sujeito encontra-se a identidade, que quando reconhecida fornece as ferramentas para agir no social.

Entre l'individu et le sujet, l'identité est une notion carrefour. Elle désigne à la fois l'ensemble des assignations identitaires "objectives" – biologiques, juridiques et sociologiques – et l'ensemble des sentiments subjectifs qui s'expriment dans la formule "être soi-même" (Gaulejac, 2009, p. 57).

A identidade é uma noção complexa e contraditória que evoca unidade, reconhecimento e individualização. Sua aquisição se dá por meio de um processo dialético no qual há o confronto com os padrões internalizados da socialização primária com consequente reconfiguração das noções que sujeito tem de si. A identidade agrega uma série de significações que perpassam os processos de construção do ser e de reconhecimento, processos esses que estão relacionados com os diversos registros das relações humanas e sociais (Gaulejac, 2009, p. 58).

Um importante ponto a se refletir é a presença do estudo do sujeito no campo da sociologia. Muitos teóricos relegaram o sujeito a uma posição ilusória por o considerarem como uma parte das construções sociais, sendo colocada em segundo plano sua atuação. É possível perceber certa atenção nessa questão do lugar do sujeito através de Norbert Elias (1994) que introduz a discussão de que ao homem está ausente uma apreensão palpável do funcionamento das relações sociais, o contato é tão corriqueiro que não é percebido, assim como não se atenta para a falta de conhecimento sobre os próprios sujeitos na sociedade. O meio-ambiente das sociedades é formado por indivíduos, e estes não podem ignorar o fato

de que são constituintes da mesma. Elias pondera que ao sociólogo, enquanto estudioso e pensador da sociedade, cabe a tarefa de mantê-los relacionados, os indivíduos e a sociedade, indo contra a corrente usual de separação egocêntrica, partindo do sujeito, e a partir dele a sobreposição de estruturas tais como o Estado ou a família. Tal corrente é corroborada pela sociologia tradicional que reifica seu objeto, a sociedade, e tem como foco principal a compreensão das regularidades sociais que determinam o comportamento dos indivíduos. Seguindo o pensamento de Elias, então, a noção de que a sociedade é externa aos indivíduos será suprimida pela ideia de teias de interdependência entre as pessoas, e o sociólogo deve estar atento para a sua participação em seu interior. Não devendo se sobrepor a qualquer outras das partes envolvidas. Além disso, existem teóricos que propõem uma sociologia do sujeito que supera as limitações da sociologia clássica, sendo o objeto de estudo dela, tal qual François Dubet (1995) aponta, a capacidade dos atores construir sua experiência, conferindo-lhe uma coerência. Este mesmo autor completa que há um trabalho do ator, no qual se forma a atividade do sujeito, neste trabalho está implicada a heterogeneidade das lógicas de ação.

#### **5.4 Especificidades da abordagem socioclínica**

Considerando que existem duas vertentes sociológicas, tradicional com foco nas estruturas e do indivíduo, é possível afirmar que a Sociologia Clínica se localiza na intersecção entre elas, conforme afirma Gaulejac (2001), existe uma tensão dialética entre essas duas vertentes, cabe ao sociólogo clínico se posicionar no centro dessa tensão e manter esses dois aspectos relacionados e não oponentes. Quando em pesquisa, a Sociologia Clínica busca não limitar a análise somente as representações e significações, ela procura explicitar o sentido que os atores dão a suas ações e aos dados<sup>19</sup> objetivados encontrados. É o sentido captado pela experiência das histórias que revela aquilo que não é dito. Portanto, “toda pesquisa clínica é qualitativa porque ela se interessa, pelo menos em última análise, pelo universo dos sentidos” (Sévigny, 2001, p.21). Mas esta afirmação não quer dizer que ela é exclusivamente qualitativa, há a apropriação de dados objetivos,

---

<sup>19</sup> Robert Sévigny define como dados a “realidade mais concreta, tangível, diretamente observável, ao universo simbólico, às representações ou às significações” (2001, p.22).

quantitativos, como indispensáveis ao entendimento. Esta amplitude de análise da pesquisa clínica demonstra a existência de uma “multiplicidade de níveis de análise” (idem, p.21) se fazendo incompleta a redução de um nível a outro ou a limitação em uma única esfera crítica. Por conseguinte, deve-se considerar que o sentido não está restrito ao privado ou individual, mas sua significação tem referência fundamental ao social.

Como já foi visto, a Sociologia Clínica utiliza outras disciplinas em sua prática. A Psicanálise revela-se como uma parceira de importante atuação que complementa as interpretações surgidas da pesquisa clínica. Ela propicia a realização de uma co-construção, a qual possibilita o reflexo dos questionamentos no próprio questionador, fato que não o deixa esquecer que é participante do meio que pesquisa. A metodologia da socioclínica se apropria de algumas características do método psicanalítico: há a aplicação de um quadro metodológico, no qual se deve delimitar os modos de ação e execução da análise, incluindo a postura ética, bem como deve haver um conhecimento sobre o contexto em que a análise se insere, com o objetivo de captar a subjetividade inerente ao ser humano; e, existe a possibilidade de estimular o deslocamento do sujeito para que ele mesmo possa pensar sobre sua situação e, a partir disso, traçar hipóteses que permitam esclarecer o entendimento do quadro social para o entrevistado que estará sendo construído no momento da entrevista.

A Psicanálise pode ser compreendida como um processo investigativo, método de tratamento de processos psiconeuróticos e/ou como um campo científico produtor de um quadro epistemológico. Dentro do campo da Sociologia Clínica, há pesquisadores que se aproximam mais da abordagem freudiana e há outros que optam pela psicanálise integrativa. Aqui, optei por discutir a primeira abordagem, com a qual tive mais contato. Freud, ao inaugurar seus pensamentos sobre a psicanálise, enfatiza a capacidade analítica sobre a realidade, que pode ser aperfeiçoada pelo conhecimento de processos internos e externos ao indivíduo que refletem a vida em sociedade. Este teórico propõe como paradigma da psicanálise um processo ocorrido na primeira fase da infância, o complexo de Édipo, que pode ser compreendido como uma não realização de uma vontade sexual que traduz a relação existente entre o real, o simbólico e o imaginário. Tal teorização enfatiza a presença significativa da sexualidade na infância a qual gera diversos processos posteriores no indivíduo, variáveis de acordo com o desenvolvimento dessa sexualidade, incluindo a presença de fatores de repressão e de experiências vividas.

Para acessar tais processos vividos na infância, que podem explicar fatores vivenciados no presente, Freud sugere a utilização de um quadro metodológico que permite acessar os tópicos do psiquismo através da linguagem, de forma livre. Estes tópicos preservam características importantes na compreensão do indivíduo. O inconsciente, por exemplo, pode agir como um tópico regulador do superego. Aquele é a expressão das normas apreendidas no convívio em sociedade que freiam as pulsões vitais. As normas são definidas a partir da coletividade, evitando a arbitrariedade do outro. Essa repressão recai principalmente sobre o desejo libidinal, o qual pode gerar processos patológicos caso não consiga ser regulado de acordo com o determinado pela convivência coletiva.

Freud coloca o poder de sublimação<sup>20</sup> como fator importante para o não desenvolvimento de patologias, pois esse mecanismo permite transferir as pulsões e desejos sexuais para outras atividades realizadas pelo sujeito. Aliás, o desejo é tratado pelo teórico como fator estruturante do ser humano. A energia sexual existente nem sempre se relaciona com a sexualidade genital, esta energia é mobilizadora do afeto e da ação. Aliás, o exercício da sublimação é uma das possibilidades frente às tensões sociais que se concretizam e estimulam a exclusão, pois, diante das adversidades impostas pelo convívio social, o sujeito se mune de mecanismos de defesa.

Pensar sobre o sujeito exige que se leve em consideração a sua determinação psíquica e social. Para tanto, as contribuições da psicanálise se revelam fundamentais por possibilitar acessar a dimensão inconsciente do indivíduo. “Se o indivíduo é produto de uma história, esta condensa, de um lado, o conjunto de fatores sócio-históricos que intervêm no processo de socialização e, de outro, o conjunto de fatores intrapsíquicos de que determinam a sua personalidade” (Gaulejac, 2001, p. 41).

A Sociologia Clínica é composta por três pilares: formação, pesquisa e intervenção. Esta última designa uma prática que utiliza histórias de vida para encontrar pontos que possam contribuir com mudanças. A intervenção através de histórias surgiu num contexto de crise do sentido, no qual o vínculo social estava fragilizado pela condição hipermoderna

---

<sup>20</sup> Segundo o Dicionário de Psicanálise Larousse, Sublimação é “processo psíquico inconsciente que explica, para Freud, a capacidade da pulsão sexual de substituir um objeto sexual por um objeto não sexual (conotado de determinados valores e ideais sociais) e de trocar seu objetivo sexual inicial por um outro objetivo, não-sexual, sem perder de forma notável sua intensidade.”

marcada pela perda do sentido e pelo retorno a si próprio, sendo o acesso à história, que pode ser tanto individual quanto coletiva, um meio de colocar o sujeito em situação. O método deve favorecer a conscientização dos fatores históricos, culturais, sociais, econômicos e familiares que condicionam a história do sujeito (Gaulejac, 2010). A demanda pela intervenção pode vir tanto do pesquisador quanto do objeto a ser estudado. Jacqueline Barus-Michel (2001) afirma não ser simples a tarefa de definir a verdadeira demanda, destinatário ou beneficiário, dada a complexidade das relações e ações. Mas que é importante se ater a essa definição da demanda por existirem interesses diversos das partes envolvidas. Cabe ao interventor contribuir com o campo ou com o sujeito da demanda. Além da intervenção, temos a formação e pesquisa em Sociologia Clínica que surgem como estímulo ao entendimento da interação entre subjetividade e sociedade. A complexidade do conhecimento e a interdisciplinaridade que compõe esta área permitem realizar uma busca por saber e uma prática empírica que procuram a compreensão do processo pelo qual o indivíduo dá sentido social à sua existência e, a partir desse sentido, perceber a formação e desenvolvimento da sociedade, entendimentos indispensáveis ao pensamento sociológico.

Para se colocar em situação de intervenção o pesquisador precisa respeitar algumas práticas como o estabelecimento do quadro metodológico a ser aplicado. Neste quadro, o pesquisador deve delimitar, previamente, o que será feito e a forma como será feita a intervenção. Também deve estar atento as questões éticas que percorrem o processo, bem como deve ter conhecimento claro do contexto em que se insere. É a responsabilização pela intervenção que será realizada. O espaço de fala aberto pela intervenção deve ser um espaço de alívio no qual se construirá o sentido sobre a historicidade a ser analisada.

Sobre a importância da identidade narrativa que se acessa através das histórias de vida, Gaulejac referencia Dubar para explicitar que seria uma clara expressão da crise gerada entre as identificações individuais anteriores e as novas formas reflexivas que emergem no sujeito sobre suas relações sociais. A identidade narrativa é, portanto, “uma construção autônoma do indivíduo a partir da colocação em palavras de uma história pessoal que faça sentido para si mesmo” (Dubar, 2000, apud Gaulejac, 2004-2005, p. 61). Narrar sua história íntima significa demonstrar as crises, rupturas, realizações e continuidades que o sujeito vivência para acessar sua autonomia. É o distanciamento

produzido por essa ação que permite uma interferência ativa em seu projeto de vida, “distanciado, o sujeito significa sempre alguma coisa de si mesmo” (Giust-Desprairies, 2001, p.242). Mas este distanciamento não implica em negação de suas heranças, ao contrário, possibilita ao sujeito ter a escolha de dar continuidade ou não as marcas que permeiam sua formação individual. Tal qual coloca Gaulejac (2004-2005), há uma dinâmica apoiada na tensão gerada entre a identidade adquirida e a identidade almejada que ampara essa possibilidade de escolha.

A opção por acessar narrativas de vida ainda se justifica pelo fato do falar sobre si ser “uma prática social em desenvolvimento” (Gaulejac, 2004-2005, p. 64) que pode ser percebida, por exemplo, na busca de tratamentos psicológicos que dão acesso a um espaço de fala receptivo, na internet através dos blogs e redes sociais, na arte, na cultura. Encontra-se aí uma tentativa de ser sujeito da própria história, de ter controle e influência sobre a trama que o insere. O reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito assujeitado confere a capacidade de compreender as próprias dificuldades de realizar novas significações e mobilizações com efeitos sobre sua realidade. Geralmente, negligenciada, a escuta da fala ou a possibilidade dela fornece instrumentos relevantes de interpretação e modificação do social, desde que ocorra dentro de um quadro metodológico como descrito acima.

A estrutura da narrativa é essencial para a análise e o sentido é sempre uma construção. “Une histoire n’a pas d’autre sens que celui qu’on lui donne. C’est dire qu’il est objet de multiplex interprétations possibles. D’où l’importance des discussions dites «théoriques» sur le système d’interprétation, explicite ou implicite, à l’oeuvre” (Gaulejac, 2010b, p. 314).

Diante do exposto, é possível perceber que a Sociologia Clínica é um campo que reconhece a formação múltipla do sujeito e busca entender como o indivíduo se desenvolve e lida com sua existência social em meio a tantas determinações. Fundamentalmente, esse campo compreende que a apreensão sociológica das significações sociais ocorre quando se penetra o vivido através da historicidade expressa em narrativas.

Tendo em vista o objetivo de investigar a trajetória de vida e profissional, optei por realizar entrevistas semiestruturadas, sob a metodologia da Sociologia Clínica

anteriormente explicitada, que abordassem, além da cronologia da vida dos entrevistados, aspectos relacionados às mudanças de comportamento derivadas das transformações ocorridas com o contato com trabalho. Houve um respeito à cronologia na busca de traçar uma linha temporal que demonstrasse as mudanças na trajetória profissional em termos de periodicidades. A isso se seguiu uma análise sociológica calcada nos conceitos da Sociologia do Trabalho, da Sociologia Clínica e de teorias sobre juventude, que permitiram construir um significado social dessas muitas experiências de trabalho em termos de formação de identidades e estruturação da vida social.

O capítulo que se segue trará essas duas esferas intercaladas – entrevista e análise – demonstrando como a realidade dos entrevistados pode ser compreendida por meio de conceitos específicos e como revela sua dimensão fundamental na estruturação de suas vidas. Foram selecionados trechos da entrevista para ilustrar as afirmações, como recurso para enriquecer a análise do trabalho apresentado.



## **Capítulo 6 – Análise de dados**

### **6.1 Perfil dos entrevistados**

Foram realizadas entrevistas com 8 jovens, 3 homens e 5 mulheres. A definição do número de entrevistas foi pautada pelo método socioclínico que tem como uma de suas práticas grupos de intervenção de até 10 participantes, por considerar que a subjetividade individual é complexa e rica, as análises obtidas serão melhores aproveitadas se dada atenção a poucos indivíduos por vez. Foi convidado um maior número de voluntários para a entrevista, a intenção era obter um grupo com o mesmo número de homens e mulheres, mas a maior disponibilidade foi apresentada por mulheres, além dos casos em que eventualidades não permitiram a realização da entrevista.

Os entrevistados e entrevistadas possuem renda familiar per capita superior a 1.020 reais, atualmente, o governo usa como base para a baixa classe alta o valor de 1.020 reais referente à renda familiar per capita. Através de um estudo realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República que utilizou os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), ambas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, definiu-se que a classe média compreende a renda familiar per capita entre 291 reais e 1.019 reais mensais, acima disso considera-se classe alta. Todos os entrevistados tem renda familiar per capita referente a classe alta, segundo esses padrões utilizados pelo governo. Entretanto, há que se considerar que em Brasília o custo de vida é demasiado elevado, ela está em terceiro lugar no ranking nacional do custo de vida das capitais, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. O custo de vida é medido pelos índices de preços ao consumidor elaborados mensalmente pelo IBGE que utilizam uma base de cálculos sobre preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas pessoas.

Se nos centrarmos ao custo de vida dentro do Distrito Federal, a Universidade Católica disponibiliza um estudo mensal sobre o índice de custo de vida do DF. Este estudo investiga o valor de uma cesta composta por 27 produtos, com a coleta de preços realizada na primeira quinzena de cada mês, os dados apresentados se referem ao Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia e Guará (ICV-DF, 2013). Importante descrever que o Plano

Piloto engloba dois bairros, Asa Sul e Asa Norte, que estão contidos na cidade de Brasília que também é formada pelas regiões do Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste, Octogonal, Cruzeiro, consideradas regiões centrais. Periféricas a Brasília estão as demais regiões administrativas – Águas Claras, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Fercal, Gama, Guará, Itapuã, Jardim Botânico, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Park Way, Planaltina, Recantos das Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA/Estrutural, Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga, Vicente Pires e Varjão –, as quais eram conhecidas como cidades satélites. Portanto, o estudo de custo de vida da Universidade Católica utiliza três regiões administrativas consideradas periféricas e a região central do Plano Piloto como base para comparação. É possível considerar o Plano Piloto como parâmetro para o custo de vida de Brasília como um todo, Taguatinga, Ceilândia e Guará são cidades consideradas com um bom desenvolvimento econômico em comparação as demais regiões administrativas não centrais. O estudo em questão mostra que das 4 localidades investigadas, o Guará é o que tem a cesta de produtos mais cara, seguido de Brasília, Taguatinga e Ceilândia, nesta ordem. A cesta do Guará ficou 6,52% mais cara que a do Plano Piloto.

A partir da exposição anterior afirmamos que os entrevistados residem em locais considerados com custo de vida elevado, de classe média a classe alta no Distrito Federal: Plano Piloto, Sudoeste, Guará e Cruzeiro. O alto custo de vida dessas localidades sugere que seja relativizada a categorização como pertencentes à classe alta proposta pelo parâmetro utilizado pelo governo atualmente. Os entrevistados e entrevistadas afirmaram pertencer a classe média quando questionados, variando entre classe média “mediana” e classe média alta, baseados em seus padrões de consumo, moradia e lazer. A auto identificação de classe social é significativa para o entendimento da situação em que se está inserido, sendo por vezes mais relevante que aquela proposta por parâmetros estatísticos e governamentais.

Todos possuem nível superior em Ciências Sociais e foram estudantes da Universidade de Brasília. Nesta existem quatro habilitações possíveis: bacharelado em Ciências Sociais, bacharelado em Sociologia, bacharelado em Antropologia e licenciatura. Não houve restrição da habilitação obtida para a escolha das pessoas entrevistadas,

inclusive, algumas delas possuem duas habilitações. Todos estão estudando ou trabalhando como alternativa a dificuldade de acesso a empregos que correspondam as suas formações. Os entrevistados possuem a idade entre 25 e 29 anos, ingressaram na UNB entre 2004 e 2006, e se formaram entre 2009 e 2011. Todas as entrevistas ocorreram no ambiente da Universidade de Brasília. As entrevistas tiveram duração aproximada de 1 hora, com algumas excedendo esse limite.

As entrevistas foram direcionadas para narrativas de trajetória de vida e profissional de cada sujeito. De acordo com as exigências éticas da pesquisa científica, todos os participantes foram informados sobre os propósitos das entrevistas. Elas foram submetidas à metodologia sugerida pela Sociologia Clínica, visto que esta área se apresenta como uma vertente teórica que busca na análise do ser humano enquanto sujeito social os reflexos da conformação e manutenção da sociedade através de manifestações explícitas e implícitas do comportamento humano.

Nenhum dos entrevistados está sem atividades. Quatro deles estão cursando pós-graduação *stricto sensu* em Sociologia ou Antropologia, três conseguiram na época da realização das entrevistas o cargo de professor, em função do concurso público para a Secretaria de Educação do DF que havia ocorrido recentemente. Duas entrevistadas dedicam-se exclusivamente ao estudo para concursos públicos. E todos mesclam mais de uma opção para se ocupar, há aqueles que fazem mestrado e estudam para concurso, ou aqueles que lecionam e estudam para concurso, ou ainda aqueles que fazem mestrado e lecionam. No caso das entrevistadas “concurseiras”, elas já transitaram pela tentativa de ingressar num mestrado acadêmico, não obtendo sucesso, se focaram nos concursos.

Um interessante ponto a se observar é a auto definição que os entrevistados fazem de sua profissão. Todos foram questionados, no início da entrevista, sobre dados pessoais básicos, incluindo a questão “qual sua profissão?”, as respostas obtidas foram: professor/a (três respostas), estudante (três respostas), cientista social, socióloga/o (duas respostas), mestranda. Existiram casos de dupla definição, como socióloga e estudante. Vemos que apesar de todos possuírem um diploma em Ciências Sociais, em uma das quatro habilitações possíveis, a identidade profissional não é concisa, ela parece ser definida de acordo com a atividade que se exerce no momento.

### 6.1.1 Perfil Individual

Para fins de referência aos trechos das transcrições das entrevistas utilizados no texto da análise, aqui está um perfil individual de cada entrevistado. Suas identidades serão mantidas em sigilo, mantendo o acordo determinado em momento de entrevista, sendo cada entrevistado identificado por um número.

- Entrevistada 1: 28 anos, solteira, reside na Asa Norte. Ingressou na UNB em 2004 e formou em 2009, bacharel em Sociologia e licenciada. Identificou-se como socióloga e estudante. Atualmente, faz pós-graduação em Sociologia e leciona na rede pública de ensino do DF.
- Entrevistada 2: 25 anos, solteira, reside no Sudoeste. Ingressou na UNB em 2005 e formou em 2009, bacharel em Antropologia e licenciada. Identificou-se como estudante. Atualmente, faz pós-graduação em Antropologia.
- Entrevistado 3: 28 anos, solteiro, reside no Sudoeste. Ingressou na UNB em 2004 e formou em 2009, bacharel em Sociologia e licenciado. Identificou-se como professor. Atualmente, leciona na rede pública de ensino do DF e estuda para concurso público.
- Entrevistada 4: 29 anos, solteira, reside no Cruzeiro. Ingressou na UNB em 2005 e formou em 2009, Bacharel em Ciências Sociais e licenciada. Identificou-se como Cientista Social. Atualmente, estuda para concurso público.
- Entrevistado 5: 25 anos, solteiro, reside na Asa Norte. Ingressou na UNB em 2006 e formou em 2011, bacharel em Antropologia e licenciado. Identificou-se como professor. Atualmente, leciona em uma escola normal do DF.
- Entrevistada 6: 25 anos, solteira, reside no Guará. Ingressou na UNB em 2005 e formou e 2009, bacharel em Sociologia e licenciada. Identificou-se como estudante. Atualmente, estuda para concurso público.
- Entrevistado 7: 26 anos, solteiro, reside no Sudoeste. Ingressou na UNB em 2007 e formou em 2010, bacharel em Sociologia. Identificou-se como Sociólogo. Atualmente, faz pós-graduação em Sociologia.
- Entrevistada 8: 27 anos, solteira, reside na Asa Norte. Ingressou na UNB em 2005 e formou em 2011, bacharel em Sociologia e licenciada. Identificou-se como

professora e mestranda. Atualmente, faz pós-graduação em Sociologia e leciona na rede particular de ensino do DF.

## **6.2 Dinâmica familiar**

Os jovens entrevistados nasceram em contexto social e familiar semelhantes, guardadas as especificidades da história de cada um. Todos relataram pertencer a famílias de classe média e classe média alta, em que ambos os pais exerceram alguma atividade remunerada em algum período de suas vidas, quando não durante toda a vida, desde a infância, sendo desconhecida a realidade de pais que não trabalham. Não houve relatos de lares em que um dos pais assumiu a esfera doméstica somente e completamente por um longo período de tempo, a não ser em casos de momentos determinados pelo desemprego. Podemos perceber que se trata do contexto social e econômico brasileiro iniciado na década de 1980, que se incorporou nos anos seguintes e se prolonga até a atualidade. As mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, os filhos que entram na escola precocemente, possuem um maior contato com atividades extras desde cedo, para atenderem a essa dinâmica familiar que se estabeleceu.

Quando questionados sobre a existência de alguma orientação vinda da família quanto à escolha de uma carreira profissional, e isto inclui os direcionamentos desde a infância com relação à educação, a resposta foi a mesma em todos os casos, os pais sempre os deixaram livres para fazerem suas escolhas, desde que fossem escolhas que os satisfizessem. Entretanto, por trás desse discurso apresentado há a ideia de que a satisfação está atrelada à manutenção do padrão de vida em que a família vive, ou ao desejo de ascensão social dos filhos. Esta ideia foi percebida pelo apontamento realizado pelos próprios entrevistados durante a narrativa realizada sobre a família. Nenhum deles cogitava ter uma vida considerada inferior economicamente se comparado ao padrão da família nuclear. A entrevistada 2 fez uma afirmação interessante sobre esse processo de orientação vindo da família, ela disse que não sentiu nenhuma orientação por parte dos pais, mas que tinha uma interferência muito forte vinda da dúvida que eles colocavam. Sempre questionavam sobre o que ela ia fazer depois de formada, se ela ia encontrar trabalho,

questionavam inclusive sobre o que era as Ciências Sociais o que se fazia com essa formação, quando ela já tinha optado por esse curso. Vejamos, a título de ilustração, o que a entrevistada 2 narra quando fala da situação de sua irmã recém-ingressa no ensino superior e que considera semelhante ao que vivenciou nesse mesmo momento de vida:

a não interferência foi a mesma, ou a interferência da dúvida no caso, tudo bem, você vai fazer isso, mas o que você vai fazer depois? Mas nunca teve nenhuma pressão para que fosse feito uma coisa ou outra até porque, no caso da minha irmã, se a gente for pensar em padrões hegemônicos, o que se espera que uma pessoa faça em relação a curso superior também está vinculado em o que esse curso superior vai fornecer enquanto salário. A minha irmã, inicialmente, pensou em fazer medicina, depois ela mudou para engenharia de minas e energia, que foi quando ela virou a menina dos olhos de toda minha família porque ela seria uma pessoa que manteria o padrão de renda, família extensa não só nuclear, e quando ela decidiu que da engenharia de minas ela, de fato, iria prestar psicologia que é o curso que ela faz hoje, a decepção era visível também, meio estampada, ninguém fazia a menor questão de dissimular, mas essa é a única interferência, a interferência do olhar do outro, mas não que alguém tenha tentado impor alguma coisa ou outra.

A fala sobre a família nuclear e a influência dela nas escolhas tomadas no presente sempre apareceu com muita dificuldade, a impressão possível de obter é que a rotina ocupada dos pais e a socialização baseada numa cultura de liberdade e livre escolha não deixa claro para os próprios sujeitos quais os valores familiares que eram estimulados e ensinados. Além da naturalização desses valores comum a todo ser humano e, por isso, a dificuldade em listar e descrevê-los, todos falaram do estímulo que era dado quanto ao sucesso que se traduz em manutenção do ideal financeiro da família. Além disso, o desejo de estabilidade surge desde os primeiros sinais de inserção no mundo laboral, seja através de experiências de trabalho durante o ensino médio ou sobre os incentivos aos estudos, percebe-se que todos apresentam preocupação em ter uma vida estável. Provavelmente, com exceção dos dois casos em que os pais são concursados desde a lembrança dos entrevistados, mudanças advindas de desemprego, instabilidade financeira e variações de ocupação foram vivenciadas pela maioria, fato que se reflete sobre esse forte anseio por estabilidade. A importância dessas experiências vividas na socialização primária reside no fato de elas potencialmente poderem ter estruturado, em alguma medida, os impulsos motivacionais que permearam sua trajetória e que duram até a época atual. Os dois casos de pais

concurados também apresentam esse desejo de vida estável refletida em ocupação e remuneração fixas, é sabido que o imaginário sobre o concurso público tem como premissa a estabilidade que um cargo desses pode oferecer, portanto, se os pais possuem essa pretendida estabilidade e segurança por serem concursados, seguindo a lógica apresentada pelas narrativas, esses pais desejam que os filhos mantenham o mesmo padrão. Há relatos que os pais desejam expressamente que os filhos seja concursados, o entrevistado 3 fala que a expectativa da mãe dele só começou a ficar evidente quando ele precisou escolher uma profissão em função do vestibular. Segundo ele,

infelizmente na sociedade tem aquela coisa de que para o filho ser bem sucedido, ele tem que ganhar dinheiro. [...] minha mãe tem um pouco do senso comum de achar que ser bem sucedido é você ter um cargo público que te paguem bem, não importa se você é muito feliz e realizado com isso, importa sua conta bancária, poder você gastar e comprar suas coisas.

A entrevistada 8 expõe um episódio emblemático desse desejo da estabilidade e da cultura do concurso público:

Saiu o concurso público da Caixa Econômica Federal, toda a minha família se voltou para mim e falou assim, “olha essa é a sua maior oportunidade, você tem que ser técnica bancária” [...] É concurso público, as pessoas viravam para mim e falavam, “você não quer ser como eu que tem uma estabilidade profissional e estou há trinta anos na Caixa Econômica prestes a me aposentar?”.

E ainda, a entrevistada 1 resume os anseios de seu pai com esta frase: “a ideia que ele tinha pra mim era que eu passasse num concurso, tivesse a grana e ajudasse a sustentar a casa”.

Vemos pelos relatos anteriores que o consumo é um forte determinante no estímulo dos pais. Apenas o entrevistado 7 relatou que os pais claramente incentivavam suas escolhas no sentido de buscar algo que lhe desse prazer, a ressalva estava na qualidade da educação, desde sempre, para ele, era estimulado estudar numa universidade pública.

Apenas a entrevistada 1 não tem mais suporte financeiro dos pais. Seu pai faleceu e sua mãe, por problemas de saúde de sua avó, precisou parar de trabalhar, as quais vivem de pensão. Todos os outros 7 recebem algum auxílio financeiro ou ainda residem na casa dos pais, o que se reflete sobre a ausência de sentimento de independência e pela intensa busca pelo reconhecimento advindo dos familiares. Ao que se refere à questão do

reconhecimento é possível afirmar que, levando em consideração a perspectiva de Dejours (1994), este pode ser percebido como promotor do bem estar mental. A trajetória em busca do reconhecimento dos familiares surge como combustível para buscar alternativas às frustrações encontradas após a conclusão do ensino superior. Nenhum dos entrevistados está satisfeito com sua situação atual, embora possuam alguma atividade que não os deixam sentirem-se inúteis. O reconhecimento familiar das escolhas profissionais tomadas parece decisivo para trazer alguma tranquilidade aos sujeitos. Enquanto a família não demonstra esse reconhecimento, parece que eles não se sentem completos e confiantes naquilo que estão fazendo. A busca incessante de se qualificar para ser o melhor de si traz um pouco de sofrimento a esses jovens, sentido primordialmente pelo físico refletindo sobre sua qualidade de vida. O cansaço pela dupla vida de estudante e profissional é descrito em todos os casos, mas, por outro lado, enxergam ser uma necessidade do momento que enfrentam de dificuldade de acesso ao trabalho.

Embora o reconhecimento familiar pareça palpável, é possível tratá-lo como algo ilusório carregado de idealização, pois, se houver uma reflexão mais aprofundada, em qualquer instância que se almeje um reconhecimento, este sempre será ideal, praticamente impossível de ser alcançado. Aquilo que se espera do outro dificilmente será correspondente ao que este outro possa fornecer. Tal reconhecimento, então, pode ser um causador de frustrações futuras que, de certo modo, alimenta a busca por novas alternativas, em alguns casos, sendo motor da vida em sociedade ou, em outros, pode também favorecer o extermínio dessa vontade de viver.

A projeção do futuro está pautada pela estabilidade financeira com o objetivo de superar as expectativas da família e adquirir o reconhecimento dela. Mas é possível que as expectativas desses jovens quanto eles mesmos sejam deixadas de lado pela importância atribuída à opinião do outro. A pressão social materializada pela vontade da família deva ser driblada pra que uma trajetória de vida diferenciada se constitua.

### **6.3 O curso de Ciências Sociais - experiências e expectativas**

Os entrevistados compartilham a motivação pela escolha do curso: todos eles disseram ter interesse pela inquietação, pela versatilidade, pelo potencial transformador



que as Ciências Sociais representam. A possibilidade de poder ter conhecimentos variados, discutir política, cultura, economia, movimentos sociais, uma infinidade de temáticas, atraiu esses jovens para essa formação. Revelaram que os questionamentos próprios do momento da adolescência foram decisivos por seguir nessa trajetória. Todos eles revelaram consultar o manual do estudante disponibilizado pela organizadora do vestibular para decidirem sobre o curso. Atualmente, com a informatização do sistema, esse manual não é mais disponibilizado, mas todos os candidatos ao vestibular da UNB podem consultar a descrição sobre cada curso no site da universidade, que permanece semelhante àquela vista pelos entrevistados. A descrição<sup>21</sup> disponibilizada sobre as Ciências Sociais é a seguinte:

## **Ciências Sociais**

---

Tão complexo quanto definir o que é a sociedade, é delimitar o estudo das Ciências Sociais. Porém, em linhas gerais, trata-se do campo de investigação acadêmica que procura compreensão científica do mundo social. A área é dividida em duas ramificações, Sociologia e Antropologia. A primeira objetiva fornecer uma visão de conjunto dos vários acontecimentos da vida em sociedade, sejam eles relativos à economia, à política ou à esfera simbólica e cultural. Já a Antropologia procura descrever o homem e analisá-lo com base nas características biológicas e culturais dos grupos em que se distribui, enfatizando as diferenças e variações entre eles.

### **Perfil**

Quem deseja ingressar no curso precisa, acima de tudo, ser curioso e gostar de pesquisa. É importante também ter paciência, dedicação pelos estudos e gosto pelas Ciências Humanas.

### **Mercado de Trabalho**

Com o diploma, o profissional está apto a prosseguir na carreira acadêmica e seguir seus estudos no mestrado e doutorado, ou exercer a pesquisa, como profissional autônomo ou vinculado a alguma instituição. Quem optar pela licenciatura, pode dar aulas em escolas, públicas ou privadas, de nível fundamental e médio. Por ser a sede do poder, Brasília tem outras opções para sociólogos e antropólogos. Entre elas, a atuação como analista de políticas públicas sociais, ou como prestador de serviços em organizações não governamentais (ONGs) e organismos internacionais.

### **O curso na UnB**

Ao longo da graduação, o aluno passa por disciplinas introdutórias da área de Humanas, além de clássicas e específicas de cada habilitação. Considerado centro de excelência pelo CNPq, o Instituto de Ciências Sociais (ICS) conta com professores pesquisadores, que auxiliam os estudantes durante a iniciação científica.

### **Infraestrutura**

Quem quiser dedicar-se a outra atividade extracurricular, pode participar da Socius Consultoria Júnior em Ciências Sociais, empresa fundada em 1998. O trabalho consiste na realização de pesquisas de opinião pública e mercado, perfis socioeconômicos e socioculturais. Além disso, consiste também em analisar os

---

<sup>21</sup> Descrição retirada integralmente, sem alterações, do site da Universidade de Brasília. Fonte: [http://www.unb.br/aluno\\_de\\_graduacao/cursos/ciencias\\_sociais](http://www.unb.br/aluno_de_graduacao/cursos/ciencias_sociais)

impactos e riscos ambientais e exploratórios para clientes como órgãos do governo, organizações não governamentais, instituições de ensino, empresas e até mesmo estudantes da pós-graduação. Os estudantes são, em todos os momentos, supervisionados por professores e profissionais qualificados.

### **Saiba Mais**

Habilitações: Bacharelado em Antropologia, Ciências Sociais e Sociologia e Licenciatura Plena em Ciências Sociais

Unidade Acadêmica: Instituto de Ciências Sociais (ICS)

Campus: Plano Piloto

Turno: Diurno

Vagas por semestre: 90

Número de semestres: 6(mínimo) / 14 (máximo). Recomendado: 8

Alguns optaram pelo curso pensando ser ele uma estratégia para chegar numa outra trajetória profissional. As entrevistadas 2 e 8 tinham interesse por cinema, pensavam em fazer comunicação social, mas como o curso de áudio visual da Universidade de Brasília é considerado fraco, por meio das pesquisas que fizeram sobre possibilidades de trabalho nessa área específica e do contato com trajetórias de alguns profissionais, entenderam que a ampla formação das Ciências Sociais ajudaria a chegar a seus objetivos.

Quando eu estava no cursinho para o vestibular, eu comecei a fazer uns cursos para o cinema, e aí, eu comecei a achar aquilo legal, eu comecei a pensar em fazer cinema ao invés de fazer Ciências Sociais, que sempre foi uma coisa que eu achava legal, assim, mas não sabia de fato o que aquilo era e eu comecei a querer fazer cinema. Mas aí, eu estudei com um cara que é aqui de Brasília, ele é diretor, ele é brasileiro, ele é sociólogo de formação, mas ele é cineasta. E ele falava assim, que o curso de cinema de Brasília é muito precário da UNB, então é melhor você continuar estudando cinema e trabalhando com cinema, mas estudar outra coisa porque senão você vai... Ela falava exatamente isso, eu lembro, senão você só vai aprender a montar tripé e desmontar tripé. E, de fato, você não vai estudar cinema, porque não tem equipamento, não tem investimento suficiente. E aí, eu fui pesquisar como é que eram os cursos de cinema... [...] Eu comecei a me questionar se era aquilo que eu queria, mas aí eu segui o conselho desse professor e me inscrevi para o vestibular para fazer Ciências Sociais.

As duas abandonaram essa ideia inicial devido à trajetória seguida dentro do curso. As experiências com pesquisa e o contato com o mercado de trabalho, mostraram novas perspectivas mais palpáveis a elas. O entrevistado 7 também queria uma carreira diferente, ele descreve:

Já que eu gosto de humanas, desde o ensino fundamental eu tenho nota, me pareceu naquela época muito importante ter qualquer formação na área de humanas para ser jornalista, para emitir uma opinião sem ser besteira, a gente sabe que jornalista fala muita besteira, me deu o estalo nessa época. Aí, eu pensei “vou pesquisar os cursos da UNB de humanas”, aí, eu vi lá Sociologia e tem lá aquele paragrafozinho, acho que tem muita gente do nosso curso que se guia por aquele parágrafo, “ah, legal, interessante”. Conversei com a minha mãe, ela conhecia sociólogos, tinha noção do curso, me incentivou muito. E aí, eu entrei no curso de Ciências Sociais pensando que aquela seria minha formação secundária, eu queria ser jornalista.

Ao ingressarem na universidade, esses jovens sentiram insegurança pelo novo e desconhecido, ao mesmo tempo em que sentiram entusiasmo pela conquista. O contato inicial com as matérias das Ciências Sociais foi complexo para todos, era uma linguagem desconhecida, um conteúdo muito distante de tudo que tinha sido aprendido na escola. Alguns revelaram certo desânimo pelas dificuldades que encontraram e pensaram até mesmo em largar o curso. O entrevistado 7 expõe com clareza um pouco dessa dificuldade encontrada:

Porque foi um choque, né, os professores tinham aquela linguagem e eu me encantava com algumas ideias, mas não entendia tudo que estava sendo discutido. A gente entra muito despreparado pra linguagem acadêmica. Por exemplo, palavras como empírico, “o pessoal falava, ah, o empírico”, eu ia lá no dicionário e via o significado. Os professores não tem uma noção de como falar uma linguagem para o aluno que tá entrando na introdução. Aí, eu me prejudicava muito nisso, o primeiro ano foi bem difícil. Mas eu corri atrás, reprovava em economia, estatística, essas coisas que todo mundo reprova no nosso curso. Tive muita insegurança, embora eu me encantasse por todas aquelas matérias e todos esses amigos novos, todas essas discussões e debates, me encantava, mas, eu tinha insegurança pelo desempenho que eu estava tendo.

Passada essa insegurança inicial, o contato com disciplinas menos focadas em teorias clássicas, em discussões mais gerais, o contato com temas mais específicos parece trazer mais conforto aos estudantes de Ciências Sociais. Paralelo a isso, surgem as primeiras experiências profissionais, os estágios, as pesquisas, o programa de iniciação científica, o que traz mais engajamento aos alunos. O estudante que chega ao meio do curso começa a ter uma nova visão daquilo que ele escolheu para sua formação. Os

projetos coordenados pelos professores são considerados essenciais para essa inserção do aluno no ambiente da área. Há uma descrição nítida de que o acesso a esses projetos se dava por meio de rede de relações, para saber das seleções, para estar numa pesquisa de algum professor era preciso estar atento e bem relacionado. Isso é visto como um ponto negativo, pois o acesso a essas experiências fica restrito àqueles que conseguem estabelecer melhores interações com colegas e professores. Os alunos que tem dificuldade em manter essas relações sentem-se prejudicados, como é o caso da entrevistada 1 que disse ter perdido muitas oportunidades por não ter conseguido se inserir socialmente com os colegas do curso. Seu primeiro contato com atividade de pesquisa aconteceu por causa de um professor que colocou como sistema de avaliação da disciplina que ministrava a prática de pesquisa. Todos os alunos eram estimulados a participar do projeto de pesquisa que ele desenvolvia, este exercício era considerado escasso entre as outras disciplinas. Muitos foram os relatos de que as pesquisas que participaram foram originárias de indicações de colegas, comprovando mais uma vez que a rede de relações é determinante para o conhecimento das oportunidades.

Outra experiência exposta é da empresa júnior do curso chamada Socius. Para aqueles que tiveram a oportunidade de participar, relataram ser um bom instrumento de inserção no curso e de interação com os colegas. Através da Socius, os alunos de diversos semestres se conhecem e se relacionam com um objetivo específico, buscar capacitação profissional, a qual não é ofertada pelo curso. É opinião de todos os entrevistados que o curso dá uma formação teórica de base, mas que não prepara de forma alguma para o mercado de trabalho. Além disso, a especialização requisitada neste mercado só começa a ser pontuada no final do curso com a escolha dos temas de monografia. A importância dessa especialização não é percebida e não é estimulada claramente pelos professores. Os estudantes começam a compreender esse fato com a observação de que cada professor se especializa em uma área e nela segue com seus projetos e disciplinas.

Os professores aparecem como motivadores em função da qualidade da aula, da propriedade das informações que passam. Essas características estimulam os estudantes a buscarem mais conhecimento, se sentem mais instigados a estudar mais sobre qualquer assunto que seja. Os professores considerados bons promovem uma sede de conhecimento que se transforma em satisfação por ter optado em ser um aluno de Ciências Sociais.

Complementar a isso, estão o domínio e entusiasmo com pesquisa que alguns professores apresentam, essas também são qualidades que os entrevistados disseram ser inspiradores aos alunos.

Quando questionados sobre o que eles imaginavam ser o mercado de trabalho em Ciências Sociais quando estavam próximos do fim do curso, a resposta de todos incluiu a opção concurso público, além de trabalho com pesquisa através de consultorias, carreira acadêmica e docência. Mas falar de concursos públicos, com exceção da entrevistada 6 que tem agora o estudo para concursos públicos como central em sua vida, recebendo até mesmo remuneração por essa atividade e que se arrepende de ter feito Ciências Sociais por acreditar que poderia ter feito outro curso que ajudasse na empreitada atual, todos os outros falam dessa opção com certo descontentamento, como se fosse um mal necessário. A realidade de Brasília sugere que os concursos públicos nunca sejam descartados até mesmo por aqueles que não desejam de forma algum serem funcionários públicos, como é o caso do entrevistado 7. Ele deseja seguir carreira acadêmica e trabalhar com pesquisa sem ter contato com a formatação e burocracia que a maioria dos cargos públicos impõe. Ele negou mais de uma vez que teria o concurso público como opção em sua vida, considerando a sua realidade e suas vivências, mas logo a frente disse que se não encontrasse as oportunidades que busca, buscaria um emprego público por necessidade de subsistência. Aqueles que cogitam o concurso com uma possibilidade real em face da escassez de ofertas de trabalho, temem não se adequar a rotina e as atividades impostas por esses cargos, admitem que poderiam se tornar profissionais infelizes mas, empregados e com salário garantido. Ainda há resistência em aceitar essa opção como definitiva, fazem provas de concursos de cargos que pareçam menos massacrantes, não se dedicam tanto ao estudo para essas provas como deveriam, acreditam que melhores oportunidades aparecerão, trabalhos em que possam desenvolver suas potencialidades e usar aquilo que foi obtido na formação, trabalhos mais prazerosos mesmo que o retorno financeiro não seja o desejado, é só uma questão de tempo. Numa ótica da psicodinâmica do trabalho, Mendes e Abrahão (1996) indicam que vivências de sofrimento aparecem associadas à padronização de tarefas, rigidez hierárquica, falta de participação em processos decisórios etc.; por outro lado, o prazer estaria associado à possibilidade de utilização do potencial criativo, valorização e reconhecimento no trabalho.

A opção por concurso público também aparece em decorrência da insegurança que portam por não se sentirem aptos ao mercado de trabalho. O curso não fornece uma formação adequada nesse sentido, as vivências de experiências profissionais são consideradas insuficientes para os requisitos do mercado de trabalho, a insegurança desses jovens torna-se sofrimento, por medo de não conseguirem algum trabalho que traga o mínimo de segurança financeira. Podemos trazer a perspectiva de Christophe Dejours para compreender esse sentimento.

Por trás das vitrinas, há o sofrimento dos que temem não satisfazer, não estar à altura das imposições da organização do trabalho: imposições de horário, de ritmo, de formação, de informação, de aprendizagem, de nível de instrução e de diploma, de experiência, de rapidez de aquisição de conhecimentos teóricos e práticos e de adaptação à “cultura” ou à ideologia da empresa, às exigências do mercado, às relações com os clientes, os particulares ou o público, etc. (Dejours, 2006, p. 28)

Ao final do curso, com o contato real com o mercado de trabalho e com a dificuldade de inserção ocupacional que se apresenta, esses jovens tem o sofrimento aumentado. Primeiro, passa pela incompreensão de não conseguirem trabalho apesar de terem formação. Depois, com o passar do tempo, sentem-se injustiçados por estarem nessa situação. Exigem formação e experiência, mas a oportunidade de obter essa experiência não é dada, a formação não traz retorno financeiro ou quando traz, no caso das bolsas ofertadas na pós-graduação, é um rendimento insuficiente para a manutenção dos padrões econômicos compartilhados pela família de origem. Essa situação os deixa amarrados à casa dos provedores ou impõe que atividades paralelas sejam realizadas para a complementação da renda, prejudicando, dessa maneira, a formação que está se obtendo. O tempo passa, a idade aumenta e a insegurança se torna cada vez maior por não estarem no mercado de trabalho. Tal qual apresenta Goffman (1988), a desqualificação vinda do outro afeta o autoconceito de quem sofre a exclusão. Esta exclusão social que pode promover o isolamento do indivíduo, pode também limitar o acesso dele a seus direitos, inclusive pode promover a perda da cidadania. A atmosfera de medo e insegurança que paira obriga as pessoas a buscarem alternativas frente às necessidades. É, portanto, um adiamento da definição da identidade de adulto vivenciada por esses jovens que prolongam a permanência nos estudos, já que a passagem para a vida adulta é marcada pelo processo de socialização secundária, isto é, pela entrada na atividade, esses sujeitos que não conseguem

concretizar essa passagem, ou começam a concretização no fim da graduação com o início da profissionalização iniciada, mas se veem limitados com as barreiras encontradas no mercado de trabalho.

#### **6.4 O mundo real do trabalho**

Todos os entrevistados vivenciaram alguma experiência de trabalho durante suas vidas. Alguns trabalharam antes de entrar na universidade, outros trabalharam durante o ensino superior com estágios, pesquisas ou trabalhos não relacionados à formação. Essas experiências sistemáticas de trabalho, nas quais tem chefia, demandas formais e metas a serem cumpridas, podem ser consideradas como a aquisição das “regras do jogo”: apropriação da forma institucional. Para além da constituição do sentido do trabalho, esta etapa, que pode ser entendida como uma socialização secundária constitui-se como ferramenta essencial para a sobrevivência no mundo do trabalho. A entrevistada 1 relata sua primeira experiência de trabalho:

Eu cheguei a ver como era difícil, eu trabalhava, ralava pra caramba e ganhava uma miséria. No telemarketing eu trabalhava 6 horas, às vezes, mais. Mas no primeiro que eu trabalhei na loja de fotografia, eu trabalhava umas 10 horas. Chegava às 7:30 (da manhã) e saía, as vezes, até às 9:00 da noite [...]. Eles ficaram sabendo que eu queria fazer cursinho, eles me dispensaram, eu achei ótimo. Fiquei com rancor, fui demitida, mas depois eu falei “nossa, eu trabalhava 11 horas, não tinha mais tempo pra nada”. Então foi interessante nisso, eu ralava muito e ganhava nada. Não tinha mais tempo de nada e, às vezes, a gente vê isso muito de longe, e ter vivenciado, na verdade, foi interessante.

Outra experiência relevante relatada dos primeiros contatos com o mundo trabalho é o caso da entrevistada 2 que fez estágio no Senado Federal. Ela afirma que a experiência obtida lá só serviu para encher linhas em seu currículo, na verdade ela nem considerou essa atividade como experiência profissional, apesar de ter passado 2 anos de sua graduação lá. Ela disse que o trabalho realizado lá não passava de exploração de serviço público, que ela não aprendeu nada de importante ou que servisse para sua formação enquanto cientista social. Esta diferenciação reflete o sentido que é dado ao trabalho, pois o sentido do

trabalho está relacionado com a formação de um projeto, que por sua vez é constitutivo do trabalho. Quando este sentido se esgota o trabalho acontece pelo trabalho – o que a entrevistada descreve em sua vivência no estágio.

Numa consideração macro, podemos colocar o trabalho burocrático em órgãos públicos como exemplo da transformação do trabalho ocorrida no capitalismo. Dentro deste contexto, o trabalho tornou-se assalariado, alienado e fetichizado. Passou de finalidade central da vida humana a meio de subsistência. Sob o capitalismo, segundo Marx, o trabalhador não se satisfaz com o trabalho, não se reconhece e muitas vezes se desumaniza (Antunes, 2008). É possível desenvolver, então, a questão do sentido do trabalho. A entrevistada revela que a atividade realizada no Senado não trouxe sentido para ela, pois não favoreceu sua inserção social; não permitiu identificação alguma com aquilo que era feito, gerando sofrimento; não havia um ambiente de cooperação para o desenvolvimento das tarefas; ela não se sentia ocupando um lugar no social, era algo passageiro com uma finalidade única: queria ter dinheiro para ter certa independência financeira durante a graduação. Talvez, seja possível supor que o sentido do trabalho neste caso, estava externo a ele, ou seja, apesar das adversidades, a realização deste trabalho, por pior que fosse ocorria em função da possibilidade de consumo. Além disso, a precarização, que seria uma tendência no mundo do trabalho, alimentada pela abertura do mercado e aumento da competitividade, reaparece, aqui, determinando “a tendência à perda na qualidade do emprego e das relações de trabalho” (Santana e Ramalho, 2004; p. 36)

A entrevistada 1, os entrevistados 3 e 5 se tornaram professores na época da entrevista, quando saiu o resultado do concurso para professor temporário da rede pública de ensino do DF. Foi possível obter alguns relatos de como estava sendo essa nova experiência na vida deles. A satisfação aparecia por terem conseguido o emprego saindo da condição de desempregados, mas ficava implícita a insegurança que o caráter temporário da ocupação trazia. Não havia medo em serem dispensados antes do tempo previsto, mas existia a consciência que esse emprego é por tempo determinado, o contrato prevê um ano de exercício prorrogável por mais um ano, a ansiedade por não saber o que seria depois deste prazo era inerente ao discurso. Por se tratar da rede pública de ensino, vários problemas são encontrados. Os professores temporários são, geralmente deslocados para as escolas em regiões mais carentes, aonde a infraestrutura pode ser um pouco precária. Mas,



o que principalmente ressaltaram foi o desânimo percebido no ambiente de trabalho. A disciplina de Sociologia não tem muito prestígio entre os alunos e colegas de profissão, além da remuneração não ser aquela desejada por eles. A falta de reconhecimento (pelo olhar do outro) nas relações de trabalho e a frustração podem ser reflexo de uma dificuldade de integração. Para além do salário injusto, a angústia, também se dá no ambiente de trabalho, com pouco tempo que assumiram o posto revelam certo descompromisso e afirmam ser um meio unicamente de obter experiência no currículo e ter uma fonte de renda. Esta postura surge como um mecanismo de defesa ao ambiente de trabalho indesejado e frustrante. Sobre essa situação, podemos refletir sobre o papel do trabalhador e a questão da empregabilidade. Segundo a lógica contemporânea, o trabalhador deve ser definido como um ser polivalente, altamente atualizado e adaptável ao mercado de trabalho. Porém, tais características não agregam segurança e estabilidade ao trabalhador, pois as exigências do mercado fazem com que a sensação de ser algo descartável de acordo com a conveniência da situação seja algo constante e um estimulador ainda maior da qualificação. Considerando, portanto, o trabalho como um elemento essencial de integração social que assume uma legitimidade e valorização histórica determinante da relação trabalho/não-trabalho, na qual o não-trabalho é condenado socialmente, tal qual propõe Antunes (2000), vemos que a insegurança carregada pelo trabalhador assume contornos cada vez mais pesados que influencia seriamente sobre sua qualidade de vida e de trabalho, sendo este mantido até mesmo sob condições ruins para não se encarar o desemprego.

Ampliando-se a ótica para um cenário maior, nacional ou até global, podemos perceber essas trajetórias como parte de um movimento referente à dinâmica moderna do mundo do trabalho. Esse e outros contratos temporários seriam resultantes de uma série de transformações na lógica de gestão ocorridas nas últimas décadas do século XX. O potencial de precarização contido na diminuição do peso do contrato de trabalho por tempo indeterminado é o que nos possibilita entender os mecanismos que fomentam a vulnerabilidade social. A constante ameaça de desemprego que, para muitos, acaba por tornar-se uma realidade. A ansiedade gerada pelo período limitado que caracteriza o trabalho ilustra a instabilidade conferida aos portadores de contratos temporários. Santana e Ramalho (2004) afirmam que a precarização favorece a insegurança no cotidiano do

trabalhador mesmo que este possua um vínculo formal, tal qual ocorre com este tipo de contrato.

Estes mesmos entrevistados relataram experiências de pesquisa que tiveram durante a graduação e até mesmo após a finalização dela. Sempre falavam com entusiasmos sobre o ofício de pesquisador e que gostariam de continuar nesse caminho, se possível. Se antes, como pesquisadores, a sensação de autonomia era grande e o trabalho muito prazeroso, depois, como professores de Sociologia, passaram a vivenciar uma situação bem diferente, onde a flexibilização espacial (pelo longo deslocamento até o local de trabalho) e a precariedade das condições de trabalho (em termos materiais) dificultavam desempenho do trabalho.

O entrevistado 3 descreveu com mais detalhes sua insatisfação com a atividade de professor temporário. Ele afirma que chegou com todo entusiasmo na escola, queria ver os alunos evoluírem, disse ser um professor idealista que acredita que todos tem potencial para se desenvolver. Propôs novas atividades, novas formas de cumprir com o programa de estudos proposto pela escola. Mas logo se viu tolhido pela direção e por outros colegas em momento de coordenação. Estes diziam que ele estava perdendo o seu tempo e o que melhor a ser feito era seguir o formato do programa imposto pela escola. Ele tentou resistir por um tempo, mas diante das frustrações já obtidas nos primeiros meses de trabalho, se viu adoecendo e sem reconhecimento. Desistiu e entrou no “esquema” que a escola já possuía. É possível relacionar este episódio com os mecanismos de gerências desenvolvidos no taylorismo. Considerando as análises de Braverman expostas por Santana e Ramalho (2004), a diretoria escolar representante da ideologia estatal, nada mais representa do que o aumento do controle sobre os meios e natureza da produção com a consequente diminuição da influência da classe trabalhadora, ou seja, a submissão imposta aos trabalhadores em troca de melhores condições materiais de trabalho. A alienação dos trabalhadores frente ao processo produtivo aumenta de acordo com a quantidade de controle imposta sobre o processo de trabalho. A inserção do controle lida, principalmente, com aspectos subjetivos relacionados a processos políticos e ideológicos os quais podem produzir três comportamentos em resposta: conflito, resistência e consentimento. O entrevistado optou pela resistência, no início, mas acabou consentindo frente às frustrações encaradas e por necessidade de manter o emprego.

Na trajetória narrada, tem-se que, enquanto professor, na maioria dos momentos, a vivência no trabalho é sentida como muito massacrante. Ao assumirmos o trabalho propriamente dito como o “algo mais” que deve ser acrescentado pelo sujeito às prescrições institucionais, para que se possam cumprir os objetivos das tarefas designadas; e também aquilo que o indivíduo deve acrescentar de si quando, por cumprir rigorosamente as prescrições, o objetivo da tarefa acaba por não ser realizado. Nesse sentido, verificamos uma distância entre o trabalho prescrito e o real, este último somente revelado ao sujeito através de sua resistência às técnicas e procedimentos que devem ser executados. É deste encontro com o real que surge o sofrimento, no qual se concentra a subjetividade; ele é a proteção da subjetividade com relação ao mundo, na busca de meios para atuar neste mundo, visando ser transformado e encontrar formas de superar a resistência do real.

Ainda sobre o trabalho com pesquisa, outras entrevistadas expuseram sobre as experiências que tiveram e as dificuldades que encontraram quando esses trabalhos terminaram, situação vivida pela maioria dos entrevistados, a realidade fora da rede de relações atrelada a universidade é bem diferente, quanto mais distantes temporalmente da universidade e suas interações, mais escassos tornaram-se os trabalhos com pesquisa. Ficaram a mercê da competitividade do mercado de trabalho. A entrevistada 6 trabalhou formalmente em 3 pesquisas grandes, além de outras menores em que exercia mais atividades de apoio. Finalizadas essas pesquisas ela não conseguiu trabalhar em mais nenhum outro projeto. Sua experiência não era suficiente para o mercado de trabalho que ora exigia muita especialização, ora exigia um maior tempo de experiência de trabalho que suas qualificações não atendiam. Diante dessa situação, optou por tentar o mestrado, mas também não conseguiu ser aprovada na seleção, então, voltou-se para os concursos públicos, atividade que atualmente lhe traz remuneração, pois recebeu e recebe bolsas de estudo pelo bom desempenho nesses estudos. A entrevistada 2 também descreveu a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho após a formatura. Ela vivenciou diversas experiências profissionais que não estão sendo suficientes para obtenção de emprego. Sua escolha pela vida acadêmica se deu principalmente pelo desemprego após a finalização do ensino superior.

A escolha pelo mestrado foi porque eu tinha que me sustentar de alguma forma e eu tentando outras seleções de emprego não consegui, o que foi exatamente minha escolha pelo doutorado agora. Nesse último semestre do mestrado, eu fiz várias

entrevistas, tiveram semanas que eu tive cinco entrevistas de emprego e nenhuma dava certo. Então, você fica numa sinuca de bico em que ou você faz isso ou não, eu gosto da carreira acadêmica, eu não acho que eu tenha perfil, mas eu gosto. Enfim fui selecionada e continuei, mas única e exclusivamente em função de ser uma fonte de renda viável porque eu acho que, para mim, hoje é muito fácil passar numa seleção da academia do que numa seleção para o mercado, como o tem sido provado verdade (entrevistada 2).

Há um ponto importante a se considerar. As expectativas traçadas frente ao mercado, pautadas pelas expectativas e padrões econômicos oriundos da família, são altas se comparadas às ofertas de trabalho existentes no momento para quem inicia a carreira. Apenas um dos entrevistados não fez licenciatura, todos os outros fizeram, porém ser professor de educação básica era apenas cogitado como escolha real e consciente por apenas dois deles, os entrevistados 3 e 5. Ainda assim, eles afirmaram que se tivessem encontrado um trabalho em pesquisa teria preferido essa opção. As outras 5 fizeram licenciatura por receio das dificuldades do mercado de trabalho. E a experiência deles tem mostrado que lecionar está sendo a porta de entrada no mundo laboral. A partir das narrativas, podemos considerar que a licenciatura posta em segundo plano, ou como plano de emergência, ocorre porque nenhum deles se sente preparado minimamente para exercer o ofício de professor. Avaliam que a estrutura curricular do curso é muito precária e insuficiente, o que gera uma grande insegurança para seguir nesse nicho. Além disso, é amplamente conhecido que os professores de educação básica não são valorizados, lidam com condições ruins de trabalho e remuneração injusta como descrito pelo entrevistado 3 em sua experiência recente. A busca por melhores condições de trabalho leva, mais uma vez, a esses jovens permanecerem nos estudos e buscar por qualificação, como percebemos pelos perfis apresentados, boa parte está fazendo pós-graduação ou estudando para concurso. Levando-se em consideração a situação do mercado de trabalho brasileiro atual, principalmente no que se refere ao caso dos professores públicos de nível escolar, é possível perceber que existe um intenso esforço, por parte dos entrevistados, em não cair no grupo destinado à desqualificação dentro do processo produtivo – desqualificação esta que permite a inserção do controle com conseqüente alienação, anteriormente citado –, com objetivo de pertencer ao pequeno setor altamente qualificado aproximando os processos de concepção e execução do trabalho, o que quer dizer que trabalho intelectual se faz cada vez mais presente no exercício das atividades. Vale considerar que as Ciências

Sociais com formação histórica na intelectualidade como instrumento de trabalho, dificulta que os habilitados nessa área aceitem trabalho em que esse potencial não seja aproveitado.

Outra consideração deve ser feita, do ponto de vista do imaginário, esses sujeitos formados em Ciências Sociais, pelo potencial que a intelectualidade evoca, estão muito ligados a processos criativos de pensamento, portanto a identificação com tarefas formatadas que limitam sua criatividade é algo praticamente impossível, o que por sua vez dificulta se sentir reconhecido. A criatividade da qual se trata aqui, é uma pulsão que determina a necessidade de se doar ao meio através do acesso de suas capacidades. Ela compõe a subjetividade do indivíduo que por sua vez colabora para a produtividade humana. Todo o trabalhador tem a necessidade de ter sua criatividade expressa e reconhecida, ou seja, é a objetivação de sua contribuição. Entretanto, o aumento da produtividade através da criatividade não é acompanhado por melhores condições de trabalho, pois a inserção da flexibilização em busca de lucratividade precariza as relações de trabalho, o que favorece a insegurança e aumenta, dessa forma, a dedicação e a consequente produtividade. Quando a não existe essa sensação de contribuição ou ela não é reconhecida, o trabalho torna-se fonte de sofrimento (Dejours, 2006). Assim sendo, a busca por um trabalho idealizado aparece como motor para enfrentar as dificuldades nas ocupações atuais, ou para driblar as angústias em não encontrar trabalho.

Existiram, também, situações de trabalho em que esses jovens se identificaram e projetaram expectativas para além da graduação. É o caso da entrevista 8 que fez estágio no setor de responsabilidade social situado numa empresa pública, dessa experiência profissional surgiu sua pesquisa de monografia e orientou suas escolhas na pós-graduação. Ela relata como uma experiência muito produtiva, teve a oportunidade de ter contato com grandes projetos e com uma realidade profissional possível para as Ciências Sociais que não é orientada na graduação. Descreve também que se sentiu explorada e que as exigências feitas ao seu posto eram muito maiores do que deveriam ser. Mais uma vez, percebemos aqui efeitos da precarização do trabalho sobre as estruturas do estágio, ela afirmou que muito do que ela fazia deveria ser feito por outros trabalhadores contratados da empresa, mas que era conveniente ter estagiários que faziam as atividades pelo baixo custo da remuneração e pelos laços frouxos que o contrato de estagiário carrega. Por outro

lado, disse ter sido importante vivenciar uma experiência dessas por poder entender na prática quais eram as “regras do jogo” necessárias para enfrentar o mercado de trabalho.

O entrevistado 7 também teve experiências positivas em contato com trabalho no setor público. Ele descreve:

No meu último semestre eu peguei um estágio na Secretaria Nacional de Segurança Pública, na coordenação de pesquisa do Ministério, que é vinculado ao Ministério da Justiça. E era muito interessante lá, porque tinha tudo a ver com o que eu fazia na UNB, com as pesquisas, e aí, complementou com a visão do que o governo federal faz, e uma área de atuação de sociólogo trabalhando nessa área. A minha chefe trabalha com várias pessoas acadêmicas. Era um estágio legal, diferente dos estágios que o pessoal falava, que carimbava papel. Eu estava num lugar que eu via oportunidade de conhecer pessoas e entender um pouco mais de segurança pública, de governo, de Estado. Porque lá nessa coordenação onde eu trabalhava, para você ver, a minha chefe fez contato com a ANPOCS para ter uma mesa da nossa coordenação no evento. Tinha um vínculo muito forte com a academia e com fazer política pública. Tinha revista para artigos acadêmicos, a gente publicava pesquisa, fazia pesquisa com toda a polícia do Brasil. Publicava um relatório que tem lá no Ministério da Justiça, então foi uma oportunidade muito grande pra entender a possibilidade de atuação como profissional, porque eles contratavam consultores externos para trabalhar lá.

Este trecho demonstra que o sentido do trabalho se dá por meio da socialização secundária. A inserção num ambiente de trabalho seguro, com relações de cooperação, que permitiu uma inserção social e transmitiu um status através da ocupação em lugar social, mostra que a identificação com o trabalho foi realizada por completo.

A entrevistada 4 também obteve frutos do estágio adquirido em meados da graduação. Ela estagiou no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, aonde desenvolveu atividades relacionadas à pesquisa principalmente relacionadas aos direitos humanos. Permaneceu no instituto até o final da graduação, sendo contratada como graduada logo em seguida. Trabalhou por aproximadamente três anos neste local, o que revela que uma boa carga de experiência foi obtida. Mas após a finalização de seu contrato, relata que não conseguiu mais nenhum emprego na área das Ciências Sociais. Não entende o porquê dessa ocorrência, acredita que o fato de não ter feito uma pós-graduação logo em seguida, dificultou o seu acesso ao mercado de trabalho. Trabalhou em outros setores,

serviço e comércio, como estratégia frente ao desemprego. Cansada da má remuneração e da distância entre sua formação e aquilo que estava exercendo, desistiu desses empregos e voltou-se para o estudo para concursos públicos.

As entrevistadas 1 e 6, e o entrevistado 3 tiveram como experiências fundamentais a pesquisa acadêmica. Sempre vinculados a algum projeto de algum professor, puderam vivenciar essa dimensão do trabalho com pesquisa durante a graduação e após a formatura. Mas com a finalização desses projetos e o distanciamento da universidade viram essas oportunidades acabarem, como já foi dito.

Além do estágio já relatado no Senado Federal vivenciado pela entrevistada 2, ela também participou de um grande projeto de pesquisa, durante um ano, que deu origem a sua monografia de conclusão de curso, e também trabalhou no IPEA no fim da graduação com prolongamento da atividade até depois da formatura, como ocorreu com a entrevistada 4. Ela ainda participou do Programa de Iniciação Científica da UNB e de outros projetos de pesquisa menores. Suas experiências profissionais deveriam ser consideradas satisfatórias para se inserir no mercado de trabalho, mas como já acompanhamos em seu relato, participou de várias seleções sem sucesso, permanecendo na vida acadêmica por saber que são menores as suas chances de reprovação nesse tipo de seleção, se ela não consegue em um programa, tenta outros com alguma possibilidade de sucesso, como aconteceu em seu mestrado.

Eu realmente acho que a carreira de Ciências Sociais, em grande medida, é esquizofrênica porque o papel não corresponde com a realidade de várias pessoas que eu conheço, então você pode ter varias experiências no currículo que não são absolutamente nada e eu vejo isso no meu próprio currículo, então, quando eu mostro o currículo para outros estados, por exemplo, quando foi, igual a seleção do mestrado que eu passei depois que eu não passei no mestrado que eu queria aqui na UNB, passei em Porto Alegre e eu não acho que eles não tem a real dimensão do quanto meu currículo não é nada, porque eu tinha um estágio no Senado, eu tinha um emprego no IPEA e, aí, eu tinha diversas pesquisas vinculadas a órgãos federais a órgãos do governo e no papel isso impressiona, mas o quanto que isso de aprendizado real e de capacidade real para desenvolver outras tarefas o que me proporcionou, eu tenho minhas dúvidas, eu acho que uma coisa é o papel e a outra coisa é o que as pessoas realmente aprendem. Eu acho que é esquizofrênico, não só para mim, o meu exemplo às vezes eu acho que é muito sintomático, porque

tenho várias coisas que pararam no meio do caminho que não foram até o final, mas que no fim das contas no papel está registrado.

O caso da entrevistada 2 mostra claramente como tem ocorrido a lógica de inserção ocupacional dos jovens recém-graduados em Ciências Sociais. A experiência e formação que se tem nunca são suficientes para as exigências do mercado de trabalho, fato que revela um descompasso entre formação e profissionalização. A dificuldade constante em conseguir um emprego, as várias negativas vivenciadas nas seleções colaboram para o sentimento de insegurança que esses jovens carregam desde a graduação, pois percebem que a formação oferecida pelo curso na universidade não é preparatório para a realidade do mundo laboral. É uma formação restrita para a reprodução da vida acadêmica que não tem meios de absorver de maneira maciça os seus egressos.

Pelas narrativas apresentadas o trabalho ganha sentido primeiramente pelo acesso ao consumo. Os entrevistados não demonstraram ambição em conseguir ascender socialmente, a impressão retirada é que o desejo de todos é manter o padrão compartilhado pela família de origem. Quando perguntados sobre o que o trabalho representava para eles, a primeira resposta foi relacionada ao sustento e a aquisição de bens, em seguida é citado o prazer do exercício de uma atividade útil.

Engraçado, né, porque assim, eu sempre estudei muito o trabalho, o mundo do trabalho na sociologia do trabalho e nunca pensei no trabalho em si, eu sempre vi que o trabalho é algo necessário para a gente garantir a nossa subsistência, então, vem mais ou menos daí, eu gosto muito de estudar o mundo do trabalho, talvez eu faça mestrado e siga a carreira acadêmica nessa área, mas trabalho para mim é, por um lado, o lado prazeroso de retribuição que você vai fazer aquilo que te dá vontade, aquilo que você se sente realizado [...]. Por outro lado, o trabalho é um meio de subsistência que agente tem, que é ir para o mundo dos concursos para sobreviver. Então, a gente tem os dois lados. Se fosse possível trabalhar com a manifestação do trabalho que tanto você garanta a sua subsistência com a sua produção de nisso que eu me realizo como ser humano, o mundo seria perfeito, mas, não dá para todo mundo ser assim. (entrevistado 3)



Também surgiram respostas relacionadas à ocupação de um espaço na sociedade. Além da remuneração e prazer, alguns afirmaram que o trabalho deva trazer alguma contribuição para as pessoas. Vejamos o caso da entrevistada 6:

eu tenho duas expectativas, uma é poder ajudar a sociedade com um mundo melhor, não trabalhar para alguém ganhar dinheiro, trabalhar para melhorar alguma coisa no mundo. É isso que eu queria, assim, um trabalho não tão burocrático em que eu pudesse fazer alguma coisa que eu gostasse e que pudesse trazer algum benefício para sociedade, não só para algum dono de empresa. Então era isso, era querer remuneração também, que faz parte da vida, e status nem é muito da minha busca, mas é mais contribuir de alguma forma para sociedade.

No caso do entrevistado 5 a ocupação de um lugar na sociedade aparece de uma forma diferente. Para ele o trabalho está relacionado com uma rede de necessidades que estabelecemos em convivência em sociedade.

O trabalho é uma obrigação, porque acho que independente da ocupação que você tenha o seu trabalho sempre influencia alguém, se você escolheu determinada ocupação, determinada profissão é porque alguém em algum lugar depende do que você está fazendo. E aí, tem esta questão, a questão da sua satisfação pessoal, fazer o que você gosta. Mas também tem esta questão de que tem várias pessoas que trabalham com coisas que você precisa, se você precisa do médico, se você vai ao restaurante que você gosta, você precisa de alguém que faça aquela comida, você precisa do cara que saiba concertar minha bicicleta, você precisa do conhecimento dele. Eu gosto de fazer determinada coisa, então é “massa” porque faz a gente pensar um pouco para fora, não dá para fazer só o que a gente gosta, a gente tem que fazer alguma coisa útil em determinado tempo da nossa vida que seja útil para gente e seja útil para alguém.

Há também a questão da identidade. Ao longo das narrativas foi possível perceber o quanto todos gostariam de ser reconhecidos pelo que fazem, apesar das adversidades. O reconhecimento da família, o reconhecimento dos pares, o reconhecimento dos alunos quando em situação de docência, até mesmo o desejo de um reconhecimento mais amplo vindo do mercado de trabalho, por quererem que sua formação e seu trabalho sejam considerados produtivos, transformadores de alguma realidade, seja por meio da passagem do conhecimento para alunos, ou pelos resultados de uma pesquisa que possa interferir numa política pública ou no ambiente de uma organização, e até mesmo pelo sentimento de utilidade vindo da produção de conhecimento que acontece com a carreira acadêmica.

Esse reconhecimento se mostra como estruturado das identidades dos sujeitos, se são notados e valorizados ocorre, então, a apropriação de uma identificação própria enquanto trabalhadores.

Em suma, é possível afirmar que essas representações traçadas sobre o trabalho permitem que esses jovens se sintam inseridos socialmente. O acesso ao consumo, a construção de uma identidade, a ocupação de um espaço na sociedade, podemos também incluir a aquisição de status, são processos que compõem os sentidos que o trabalho pode ter para as pessoas.

## Capítulo 7 – Considerações finais

Para muito além das questões subjetivas as quais procuramos aqui tratar, no sentido de propor uma possibilidade de aproximarmos-nos de um sujeito em sua trajetória particular para tentar reconstituir o cenário dos processos de metamorfose social no mundo do trabalho, o estudo nos remete a uma reflexão voltada à compreensão do trabalho considerando-o como matriz da integração social e representante do maior fator de produção de sentido para essa integração. As formas de inserção, considerando inclusive a não inserção, as estratégias frente às dificuldades encontradas no mercado de trabalho, a ininterrupta busca por qualificação e outras categorias abarcadas no presente estudo, são capazes de determinar o lugar que se ocupa no social, e vice-versa.

Diversos fatores são importantes para orientar uma trajetória profissional. Ao nos determos sobre um grupo específico em contexto geracional, social, econômico e de formação, é possível suscitar algumas reflexões sobre uma parcela da sociedade que podem elucidar mecanismos e processos que ocorrem no ambiente social. Também é importante considerar que é preciso estar atento às diversas transformações que ocorrem para uma melhor compreensão da realidade que nos circunda. Para Delgado, Cappellin e Soares (2002, p. 13), a família, o mercado, o público e o privado são constantemente remodelados, sendo responsáveis pela designação de papéis sexuais e raciais e suas consequentes responsabilidades e ocupações, as quais intervêm sobre a definição de oportunidades de trabalho. Esses elementos são centrais para o desvendamento da conjuntura social, especialmente na esfera do trabalho, por meio de uma leitura de trajetória individual e dos lugares ocupados no social.

Vemos que os sujeitos afirmam em suas narrativas que mesmo seguindo escolhas tidas como pessoais, não abandonam as expectativas compartilhadas pela família, em função da formação moral e valorativa que adquiriram, revelando aquilo que é inerente à socialização: os valores familiares são passados para que os indivíduos se adequem a convivência social e assumam um papel social a que lhe é destinado. Portanto, deve se considerar que as escolhas tomadas nem sempre são carregadas da consciência sobre os processos de socialização a que se pode ter sido submetido, mas a socialização é

suficientemente eficiente para determinar o seu lugar na sociedade. A busca por estabilidade, a preocupação acentuada em obter uma remuneração adequada aos seus padrões de consumo e a necessidade que a família reconheça suas escolhas, mostram como esse processo de socialização é forte.

Refletindo sobre o mundo do trabalho contemporâneo, é visível que a necessidade de qualificação expressa pelos entrevistados é reveladora das exigências do mercado. A cada nova situação é necessária a adaptação às novas demandas. É uma constante adequação do trabalhador ao mercado de trabalho para manter-se empregado, nada mais é do que a empregabilidade presente na esfera do trabalho. No caso dos jovens em análise, essa qualificação permanente surge como estratégia à dificuldade de inserção ocupacional que enfrentam. A preocupação não reside somente em manter o emprego, como também em obter uma oportunidade de emprego.

É plausível afirmar, também, que a constante qualificação expressa pela permanência nos estudos presente na trajetória desses sujeitos se caracterizou como um mecanismo de defesa, no sentido de que este tem o objetivo maior de evitar a angústia do não reconhecimento. Pode se associar a busca pela qualificação presente nessa situação a uma prática de sublimação, conforme propõe Freud (1996), a energia sexual – não necessariamente relacionada à sexualidade genital – mobiliza o afeto e a ação, os quais são direcionados para o desenvolvimento competente de alguma prática intelectual e profissional.

Quanto ao hábito de desenvolver várias atividades ao mesmo tempo para suprir os anseios de renda ou para se manter ocupado diante do desemprego, causando sobrecarga, como relata os sujeitos, pode se refletir sobre a exigência social predominante no contexto em que esse está inserido. A sociedade atual é marcada por uma economia de mercado com ênfase na produtividade excessiva e no consumo exacerbado. Tal qual anuncia Adorno e Horkheimer (1987) em “*A Dialética do Esclarecimento*”, a reificação da cultura pelos processos industriais favorece a reprodução dos valores sociais dominantes através de seus mecanismos de entretenimento e consumo, tirando a autonomia do sujeito e o senso crítico e reflexivo quanto ao cotidiano. O indivíduo se torna um objeto para a indústria cultural, submetendo-se aos interesses econômicos traduzidos em processos de consumo. Dessa

forma, o sujeito aqui delineado, sobrecarrega-se de trabalho, também, pela pressão social que seu tempo determina.

Os jovens que vivenciam essa situação de longa permanência nos estudos, de buscas de alternativas diante das dificuldades de inserção ocupacional, mostram-se inseguros e apresentam sofrimento com a condição que lhes é imposta. Dada a juventude que ainda os nutre, mantêm um comportamento positivo e constroem expectativas apesar das dificuldades. Mas temem, por outro lado, a chegada da idade e o passar do tempo longe do mercado de trabalho.

Sobre a formação em Ciências Sociais podemos apontar algumas percepções. Os alunos entram assustados no curso, mas com vontade de conhecimento e formação em decorrência dos atributos que eles carregam que determinam a escolha pelas Ciências Sociais. O contato com matérias mais específicas e com projetos de pesquisa deixa o curso mais palpável para os estudantes, mas há obstáculos que dificultam essa inserção fundamental para a permanência no curso, como a ausência de estímulos para formação voltada ao mercado de trabalho, podemos afirmar que ele não tem sido capaz de preparar seus estudantes para o mercado de trabalho. Sua formação consiste na reprodução do corpo acadêmico e intelectual, restringindo, dessa forma, as possibilidades de inserção profissional de seus egressos. Existe também a dificuldade em aproveitar as oportunidades de aprendizado profissional, como no caso dos projetos de pesquisa, que são pautadas pelas redes de relações. Mariléia Silva (2010) concluiu que este mecanismo de redes personalizadas ocorre em decorrência da remodelação dos padrões de concorrência por um espaço no mercado de trabalho estimulado pelo modelo atual de acumulação de capital. Diante de dificuldades de vias formais de emprego, acontece a formação dessas redes de indicações como estratégia para driblar as dificuldades em conseguir trabalho. Como o ambiente universitário em que está incluído o curso precede o ambiente de mercado de trabalho, que teoricamente deveria ser um espaço de preparo, podemos inferir que a existências desses mecanismos durante a formação ilustra parte da realidade que será vivenciada ao sair desse meio.

Passar no vestibular, enfrentar a graduação e conseguir um diploma sugeriria que as pessoas que encararam essa trajetória estariam aptas para disputar uma ocupação no mercado de trabalho. Mas o que as narrativas apresentaram que, mesmo após conseguirem

experiências profissionais, esses fatores não são garantidores de uma competição justa por um emprego. A juventude só interessa ao mercado em ocupações consideradas de pouca qualificação, do contrário, os processos seletivos colocam exigências que só mesmo um profissional com vários anos de trabalho seriam capazes de preencher. A disposição em aprender, a multifuncionalidade, o domínio de tecnologias, a capacidade de lidar com problemas de maneira global, a versatilidade que esses jovens oferecem não estão sendo devidamente aproveitadas, e toda essa efervescência de saberes e competências acaba buscando meios alternativos de se inserir socialmente.

A consequência dessa situação é o desvio de vários graduados para o mercado dos concursos públicos. Neste não é necessário ter experiência profissional, há uma promessa de cumprir com os anseios de estabilidade e boa remuneração, e o sucesso depende do esforço individual empreendido, ao contrário das seleções de trabalho que aparecem como irrealis por causa das exigências estabelecidas. Entretanto, a opção pela disputa de um cargo público surge como um meio de preencher o vazio trazido pelo desemprego. Os entrevistados mostraram que apesar de considerarem essa alternativa, temem enfrentar um futuro de frustração e desprazer, que pode se manter devido as necessidades de subsistência.

É possível apontar que “a inserção profissional dos jovens graduados não se faz com rupturas, mas antes com continuidades e reencaminhamentos, a partir de determinadas estruturas previamente construídas e em constante reconstrução” (Silva, 2010, p.257). A realidade posta não facilita esses processos, torna-se imprescindível que os sujeitos resistam através de busca de estratégias e do contorno de situações desfavoráveis. Mudanças na trajetória são possíveis desde que os sujeitos tentem se manter conscientes de suas realidades, sem perder suas opiniões e anseios.

## Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. & Horkheimer, Max. **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

ALBUQUERQUE, A.C.; CAVALCANTE, A.R. (Org.). **Dilemas da sociedade do trabalho**. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

AMORIM, Diego. **Direto da escola para o governo**. Correio Braziliense, Caderno Economia, p.9. Brasília, 09 de junho 2013.

AMORIM, Diego. **“Futuro Seguro” é prioridade**. Correio Braziliense, Caderno Economia, p.20. Brasília, 09 de junho 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **O toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. Caderno CRH, v. 15, nº 37. Salvador, 2002.

\_\_\_\_\_. **A nova era da precarização estrutural do trabalho**. In DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José A. A. S. (orgs.) *Condições de trabalho no limiar do século XXI*. Brasília: Época, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008b.

\_\_\_\_\_. **O trabalho e seus sentidos**. Revista Debate & Sociedade – Uberlândia, v. 1, nº 1, 2011.

BALTAR, Ronaldo. **Mercado de trabalho para os sociólogos e a Sociologia no Ensino Médio**. Revista Coletiva, n. 10, jan/fev/mar/abr, 2013. Disponível em: <[http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com\\_k2&view=item&layout=item&id=149&Itemid=76](http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=149&Itemid=76)> Acesso em: maio 2013.

BARROS, Alice M. **O trabalho da mulher: revisão de conceitos**. In PENIDO, Laís de Oliveira (org.). *A igualdade dos gêneros nas relações de trabalho*. Brasília: ESMPU, 2006.

BARROS, Ricardo P.; CAMARGO, José M.; MENDONÇA, R. **Estrutura do desemprego no Brasil**. Texto para discussão nº 478. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

BARUS-MICHEL, Jaqueline. **Intervir enfrentando os paradoxos da organização e os recuos do ideal**. In Araújo, J. N. G.; Carreteiro, T.C. (Orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta/ Belo Horizonte, Fumec, 2001.

BONELLI, Maria da Gloria. **Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais no sistema das profissões**. Tese de doutoramento. Campinas: IFCH/ Unicamp, tese de doutoramento, 1993.

BRAGA, Eugênio C. F. **Cientistas sociais extra-universitários: identidade profissional no mercado da pesquisa**. In Estudos de Sociologia, v. 14, n.26, p. 141-167, Araraquara, 2009.

CHEMAMA, Roland (org.). **Dicionário de Psicanálise Larousse**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1995.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DELGADO, D. G., CAPPELLIN, P. e SOARES, V. (orgs.). **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2002.

DIDRIKSSON, Axel. **Contexto global y regional de la educación superior en América Latina y el Caribe** (cap.1) In Tendencias de la Educación Superior de América Latina y el Caribe. Disponível em: [www.iesalc.unesco.org.ve](http://www.iesalc.unesco.org.ve). Acesso em novembro de 2008.

DUBET, François. **Sociologie de l'expérience**. Paris: Seuil, 1994.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENRIQUEZ, Eugène. **Instituições, poder e “desconhecimento”**. In Araújo, J. N. G.; Carreiro, T.C. (Orgs.). Cenários sociais e abordagem clínica. São Paulo: Escuta/ Belo Horizonte: Fumec, 2001.

FREITAG, B. **Teorias da cidade**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2006.

FREUD, SIGMUND. **Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade**. In: Obras psicológicas completas: Edição Standard Brasileira. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALLINO, Luciano (diretor). **Dicionário de Sociologia**. São Paulo: Paulus, 2005.

GAULEJAC, Vincent. **Psicossociologia e sociologia Clínica**. In Araújo, J. N. G.; Carreiro, T.C. (Orgs.). Cenários sociais e abordagem clínica. São Paulo: Escuta/ Belo Horizonte: Fumec, 2001.

\_\_\_\_\_. **O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito**. In Cronos – Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), volume 5-6, números 1-2, janeiro e dezembro; 2004-2005.

\_\_\_\_\_. **As origens da vergonha**. São Paulo: Via Lettera Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. **Qui est “je”?** Paris: Éditions du Seuil, 2009.

\_\_\_\_\_. **L'histoire de vie a-t-elle un sens?** In GAULEJAC, V.; LEGRAND, M. (orgs.) Intervenir par le récit de vie : entre histoire collective et histoire individuelle. Paris : Editions Érès, 2010.



\_\_\_\_\_. **Pour une clinique de l'historicité.** In GAULEJAC, V.; LEGRAND, M. (orgs.) *Intervenir par le récit de vie : entre histoire collective et histoire individuelle.* Paris: Editions Érès, 2010b.

GENERATION Y: Powerhouse of the Global Economy. Deloitte, 2009. Disponível em: <<http://www.deloitte.com>> Acesso em: 20 jul. 2012.

GERAÇÃO Y – **perspectivas sobre o ambiente multigeracional.** Pocket Learning nº4, 2010. Disponível em: <[http://www.ssj.com.br/criacao/Pocket4\\_GeracaoYweb.pdf](http://www.ssj.com.br/criacao/Pocket4_GeracaoYweb.pdf)> Acesso em: 15 jul. 2012.

GIUST-DESPRAIRIES, Florence. **O acesso à subjetividade, uma necessidade social.** In Araújo, J. N. G.; Carreteiro, T.C. (Orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica.* São Paulo: Escuta/ Belo Horizonte, Fumec, 2001.

GLOBAL Employment Trends for Youth: 2011 update October 2011. International Labour Office - Geneva: ILO, 2011. Disponível em: <<http://www.ilo.org/empelm/units/employment-trends/lang--en/index.htm>> Acesso em: 18 jul. 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUIMARÃES, José R. S. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação.** Brasília: OIT, 2012.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HOLSTON, J. **Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ICV-DF – **Índice de custo de vida do Distrito Federal.** Ômega Empresa Júnior de Consultoria Econômica, Universidade Católica de Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ucb.br/textos/2/802/IndiceDeCustoDeVidaDoDfIcvDf/?slT=8>> Acesso em: junho 2013

LALANDA, Piedade. **Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica.** In *Análise Social*, v. XXXIII, Lisboa, 1998.

MACHADO, B. G.; PREDEBON, J. C. **“Geração Canguru”:** uma nova configuração da família contemporânea. s.n.t. Disponível em: <[guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2008/artigos/psicologia/332.pdf](http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2008/artigos/psicologia/332.pdf)> Acesso em: maio 2013

MACHADO, R. A.; SILVA, A. C. N.; TADOKORO, R. T.; WANDERLEY, F. E. **O mercado de trabalho nas Ciências Sociais.** 2007. Disponível em: <[www.pet.sociais.ufu.br](http://www.pet.sociais.ufu.br)>. Acesso em: 20 de abr. 2013.

MANNHEIM, Karl. **O problema sociológico das gerações.** In FORACCHI, Marialice (org.). Karl Mannheim: Sociologia. (coletânea). São Paulo: Ática, 1982.

MENDES, A M e ABRAHÃO, J. I. **A Influência da organização do trabalho nas vivências de prazer-sofrimento dos trabalhadores: uma abordagem psicodinâmica.** Revista: Psicologia Teoria e Pesquisa, 26 (2), 179-184, 1996.

MICELI, Sergio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Idesp/Vértice/ Finep, 1989.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades.** In Caderno de Pesquisas em Administração, v.1, nº3, São Paulo, 1996.

NUNES, Brasilmar. F. **Fragmentos para um discurso sociológico sobre Brasília.** Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Planejamento Urbano (ANPUR). Recife, 1997.

\_\_\_\_\_. **Brasília: a fantasia corporificada.** Brasília: Editora Paralelo 15, 2004.

\_\_\_\_\_; COSTA, A. T. **Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social.** Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 17. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A permanente atualidade da sociologia urbana.** In Revista Sociedade e Estado, vol. XXIII, nº1, SOL/UNB. Brasília, 2008.

POCHMANN, Marcio. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998.

SARSUR, 2001: 14 In ALBUQUERQUE, A.C.; CAVALCANTE, A.R.. (Org.). **Dilemas da sociedade do trabalho.** Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José R. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SCHMIDT, Benício Viero. **A educação superior e a globalização.** In Entre escombros e alternativas: Ensino superior na América latina. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. **Os Desafios do Pluralismo.** Apresentado no Seminário "Educación superior y ciencia y tecnología en América Latina y el Caribe: respuestas frente a la expansión y a la diversificación". Fortaleza, 2002.

SÉVIGNY, Robert. **Abordagem clínica nas ciências humanas.** In Araújo, J. N. G.; Carreiro, T.C. (Orgs.). Cenários sociais e abordagem clínica. São Paulo: Escuta/ Belo Horizonte: Fumec, 2001.

SILVA, Mariléia Maria. **Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 110, p. 243-260, janeiro-março, 2010.

SILVEIRA, P. G.; WAGNER, A. **Ninho cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem.** Estudos de Psicologia, Campinas, outubro-dezembro, 2006.

SIMMEL, G. **A metrópole e a vida do espírito**. In Fortuna, Carlos (org.) Cidade, Cultura e Globalização – Ensaio de Sociologia. Oeiras, ed. Celta Editora, 2001.

SIQUEIRA, Euler D. **O turista, o estrangeiro e o viajante: notas para uma sociologia do turismo e da viagem**. In Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXX; Anais da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. Santos, 2007.

TANGUY, Lucie. **Do sistema educativo ao emprego. Formação: um bem universal?** Educação e Sociedade, ano XX, nº 67, agosto, 1999.

TAKEUTI, N. M. “**Apresentação**”. In Cronos – Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), volume 5-6, números 1-2, janeiro e dezembro; 2004-2005.

TENDENCIAS **mundiales del empleo juvenil**: agosto 2010: edición especial sobre las repercusiones de la crisis económica mundial en los jóvenes. Oficina Internacional del Trabajo. - Ginebra: OIT, 2010. Disponível em: <[http://www.ilo.org/empelm/pubs/WCMS\\_150034/lang--es/index.htm](http://www.ilo.org/empelm/pubs/WCMS_150034/lang--es/index.htm)> Acesso em: 18 jul. 2012.

TERRA. **Geração Y não quer saber de trabalho duro, diz pesquisa**. Março de 2010. Disponível em: <<http://mulher.terra.com.br/interna/0,,OI4314996-EI1377,00-Geracao+Y+nao+quer+saber+de+trabalho+duro+diz+pesquisa.html>> Acesso em: 25 jul. 2012.

WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim**. Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 2, Maio / Agosto 2010.

WELLER, Wivian. **Karl Mannheim: Um Pioneiro Da Sociologia Da Juventude**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFPE – Recife, 2007.

WIRTH, L. **O Urbanismo como Modo de Vida**. In Velho, Otávio (org.) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

## ANEXO

### Roteiro de Entrevista

---

#### Dados gerais

---

Nome:  
Idade:  
Profissão:  
Estado Civil:  
Local de Moradia:  
Renda Familiar:  
Escolas que estudou:  
Ano de ingresso e formatura:

---

#### Trajetória de Vida

---

1. Fale sobre sua trajetória de vida (origem, infância, adolescência, escola...).
2. Relação com pais
  - socialização
  - projeto individual
  - projeto parental
  - valores familiares
3. Trajetória profissional dos pais
  - o que você vê de similar ou diferente no seu contexto e no contexto de seus pais?
4. Educação (fundamental, médio, superior).

---

#### Trajetória Profissional

---

1. Relação com o curso
  - quais foram os motivos pela escolha do curso?
  - (socialização) colegas, professores, expectativas, frustrações...
  - busca por formação/especialização/diferenciação durante a graduação
  - o que é o mercado de trabalho para você?
2. Relação com trabalho
  - experiências profissionais – estágios, pesquisa, trabalhos voluntários...
  - planejamentos e expectativas
  - escolha pelo concurso? Por quê? O que o concurso representa para você?
  - sentido do trabalho: O trabalho representa o que em sua vida? Quais os retornos esperados pelo trabalho?
  - quais as suas expectativas quanto ao seu futuro profissional após os 30 anos?
  - você se sente realizada? Identifica-se com sua escolha profissional? Se não, o que é necessário para que esta realização aconteça?
  - qual o seu ideal de trabalho?
  - \*o que você busca? Dinheiro/prazer/Estabilidade